UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

NILTON CESAR NICOLA

Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas:
uma abordagem inter/transdisciplinar

Versão Corrigida

São Paulo
2016

De acordo: _____
Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

NILTON CESAR NICOLA

Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas:
uma abordagem inter/transdisciplinar

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

N582a Nicola, Nilton Cesar
 Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas: uma abordagem inter/transdisciplinar / Nilton Cesar Nicola ; orientadora Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. - São Paulo, 2016. 174 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Análise Crítica do discurso, inter/transdisciplinaridade. I. Andrade, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira, orient. II. Título.

Nome: NICOLA, Nilton Cesar.

Título: Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas: uma abordagem inter/transdisciplinar

Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Sílvia, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À minha dedicada orientadora

Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

RESUMO

NICOLA, N. C. **Análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas: uma abordagem inter/transdisciplinar**. 2016. 174 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Numa abordagem inter/transdisciplinar, pretende-se pesquisar como é possível articular-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) ao estudo das estruturas sócio-econômico-políticas de um determinado momento histórico, no caso, o brasileiro, da segunda metade do século XX. A carta-testamento deixada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, então presidente da República, por ocasião de seu suicídio, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954, constitui-se em objeto privilegiado para uma análise inter/transdisciplinar, tendo como eixo epistemológico a Linguística Crítica. Buscou-se na presente análise, embasamento teórico nas contribuições de estudiosos como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Michael A.K. Halliday, entre outros. As ideias de Edgar Morin, teórico do pensamento complexo enriqueceram a parte do trabalho relativa à abordagem inter/transdisciplinar. As reflexões de Hilton Japiassu sobre o papel da abordagem inter/transdisciplinar nas pesquisas científicas foram também incorporadas. Recorreu-se, além disso, ao estudo do *ethos* discursivo, outro elemento norteador do trabalho. Com base nos referidos fundamentos, objetivou-se fazer uma análise linguística, social e política da carta-testamento, firmada pelo enunciador (Getúlio Vargas), cuja construção revela vontade de dominação e instrumentalização política do enunciatário (o povo brasileiro). As categorias abordadas foram a histórica, a emocional, a mística, a linguística, e a do *ethos* discursivo de Vargas. Teve-se em mira configurar, assim, a factibilidade do diálogo da linguística com teorias sociais, de forma inter/transdisciplinar e contextualizadora. Nesse sentido, pode-se também dizer que limitar a ACD à análise da linguagem (fugindo, aliás, a seus pressupostos) é prejudicial a uma visão de conjunto em que os sistemas de signos socialmente constituídos encontram-se integrados. Conclui-se pelo diálogo possível e necessário entre a ACD e uma abordagem inter/transdisciplinar profunda do discurso, que leve em consideração o contexto da produção, o discurso como prática social, e como as relações de poder, dominação e controle podem estabelecer-se e manter-se através de formas diferentes de linguagem.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Dominação. Inter/transdisciplinaridade. Poder. Política.

ABSTRACT

NICOLA, N. C. **Critic review of the letter/will of Getúlio Vargas: an inter/transdisciplinary approach.** 2016. 174 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In an inter/transdisciplinary approach, the researcher intends to articulate the ACD with the study of socio-economic-political structures of a certain historical moment, in this case, the Brazilian, on the second half of the 20th Century. The Letter-testament left by the gaúcho politician Getúlio Dornelles Vargas, then president of the Republic, by the time of his suicide, at the Palace of Catete, Rio de Janeiro, on August 24th, 1954, became the main object for an inter/transdisciplinary analyses, having as its epistemological support, the Critical Linguistic. In such analyses, theoretical bases were found in the studies of Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Michael A. K. Halliday, amongst others. Edgar Morin's ideas, expert on the theory of complex thought, enriched the part of the work related to the inter/transdisciplinary approach. Hilton Japiassu's thoughts of the role of inter/transdisciplinary approach to scientific research have been incorporated here as well. Contributions from the studies of the *ethos* of a discourse were taken into consideration. Based on the above principals, a linguistic, social and political analysis were done over the Letter-testament, signed by the enunciator (Getúlio Vargas), in whose text he reveals a will for domination and political manipulation of the Brazilian people. The categories studied were the historical, emotional, mystic, linguistic and discursive *ethos*. As the work is developed, it is possible to construct a dialogue between the linguistic and the social theories, due to the inter/transdisciplinary and contextualized approach. Going one step further, one can say that limiting ACD to the simple analyses of language (in fact, running away from its aims) is harmful to a more complete vision of the signals socially constructed and integrated. The conclusion goes for the possible dialogue amongst ACD and other social sciences in an inter/transdisciplinary approach, taking into consideration the context of the Letter-testament, the discourse as a social practice, and how the relationships of power, domination and control can be established and maintained through different ways of using a language.

Key words: Critical Analyses of Discourse. Domination. Inter/Transdisciplinary. Power. Politics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Motivação.....	11
1.2 Delimitação do objeto de pesquisa e justificativa	14
1.3 Explicitação do problema e hipótese de trabalho	16
1.4 Quadro teórico.....	17
1.5 Objeto e metodologia da pesquisa	18
1.6 Resultado esperado.....	18
1.7 Apresentação dos capítulos.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1 Caminhos da Análise Crítica do Discurso: apresentação	24
2.2 Teóricos em destaque	29
2.2.1 Teun A. van Dijk: teoria multidisciplinar	29
2.2.2 Norman Fairclough: teoria social do discurso	32
2.2.3 Da inter/transdisciplinaridade: Edgar Morin	36
2.2.4 Hilton Japiassu: da inter/transdisciplinaridade na universidade	40
2.3 <i>Ethos</i> discursivo	43
2.3.1 <i>Ethos</i> aristotélico	43
2.3.2 <i>Ethos</i> na perspectiva da Análise Crítica do Discurso.....	45
2.3.3 O <i>ethos</i> dos discursos políticos	46
3 CARTA: GÊNERO DISCURSIVO	50
3.1 Introdução.....	50
3.2 Cartas na Literatura mundial	51
3.2.1 As cartas de Elizabeth Bishop	52
3.2.2 As cartas do ator Sidney Poitier.....	55
3.2.3 As cartas de Madame Sévigné.....	56
3.3 As cartas na História do Brasil.....	58
3.3.1 O acervo de José Mindlin	58
3.3.2 Carta do “Achamento do Brasil”	59
3.3.2.1 À luz da análise linguística	60
3.3.3 Carta aos brasileiros	62
3.3.3.1 Contexto político	62
3.3.3.2 À luz da ACD.....	63

3.3.4 Carta ao povo brasileiro	65
3.3.4.1 Contexto político	65
3.3.4.2 À luz da ACD	67
3.4 As cartas na imprensa	68
3.4.1 Cartas dos leitores	68
3.4.2 Carta ao leitor.....	72
3.5 A dupla genericidade da carta-testamento	75
3.5.1 Sobre testamento	76
3.5.2 Sobre a carta-testamento	78
4 GETÚLIO VARGAS: A TRAJETÓRIA DE UM MITO	79
4.1 Dados biográficos	79
4.2 Carreira política	81
4.3 Era Vargas	83
4.3.1 O Estado Novo.....	85
4.3.2 Declínio do Estado Novo.....	91
4.4 Nos braços do povo: segundo mandato.....	94
4.5 Quem foi Getúlio Vargas?	94
4.6 Da crise ao suicídio	101
4.7 Consequências históricas	105
5 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA CARTA-TESTAMENTO: UMA ABORDAGEM INTER/TRANSDISCIPLINAR	107
5.1 Da abordagem inter/transdisciplinar.....	107
5.1.1 Vertente histórica	109
5.1.2 Vertente emocional.....	113
5.1.2.1 Das emoções.....	113
5.1.2.2 Do sentimentalismo	114
5.1.3 Vertente mística.....	117
5.1.4 Vertente linguística	119
5.1.4.1 Texto	119
5.1.4.2 Discurso	122
5.1.5 Vertente do <i>ethos</i> discursivo.....	131
5.1.5.1 O desenvolvimentismo autoritário: 1928-1943.....	133
5.1.5.2 O discurso do trabalhismo: 1943-1954.....	134
5.1.5.3 Comentários	135
5.2 Por fim.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139

REFERÊNCIAS	143
ANEXOS	157
ANEXO A – A carta-testamento de Getúlio Vargas	157
ANEXO B – Carta aos Brasileiros	159
ANEXO C – Carta ao Povo Brasileiro.....	171

1 INTRODUÇÃO

1.1 Motivação

Nilton Cesar Nicola, advogado, bacharel e licenciado em História, mestre em Letras, interessou-se pelos aspectos linguísticos da carta-testamento de Getúlio Vargas desde a elaboração de suas primeiras pesquisas no curso de doutorado, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lucia da Cunha Victório de Oliveira Andrade. Em decorrência de sua formação acadêmica, paixão pelas letras, interesse por história e política, buscou articular a abordagem inter/transdisciplinar aos estudos de Análise Crítica do Discurso.

Considerando-se que a análise da carta-testamento implica, além dos processos de sua produção, o contexto do cenário histórico em que o presidente Getúlio Vargas atuou, lançou-se mão, na pesquisa, de uma abordagem inter/transdisciplinar para realizar a análise crítica do documento.

Tais relações exigem referências aos ambientes econômico, político e institucional, nos quais a carta foi gerada. Dados biográficos do signatário da carta-testamento foram pesquisados para compor o estudo, uma vez que o comportamento, as atitudes e as características próprias da pessoa colaboram na análise de seu discurso. Em vista disso, além do ambiente sócio-político-cultural, deu-se valor à pessoa inserida em seu contexto. Acredita-se que na interação entre esses conhecimentos é que se consegue uma boa interpretação do discurso.

Por que um mestre em Letras teria motivação para realizar uma análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas em sua tese de doutorado? Em primeiro lugar, deve-se registrar que o pesquisador sempre se interessou pela leitura de cartas de personagens famosos. Em decorrência de sua convivência com essas obras, deu destaque e compartilhou reflexões e comentários sobre o papel das cartas na interpretação da história.

Esta pesquisa começou com a análise de cartas que serviram como exemplos que revelam a história, os sentimentos, os ideais e o discurso de uma determinada época.. Focou alguns capítulos do livro **Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas**, obra organizada por Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib (Ed. Companhia das Letras). Considerada uma exímia personagem da arte epistolográfica, foram citadas várias passagens da obra **Uma arte: as cartas de Elizabeth Bishop** (Ed. Companhia das Letras), que contém interessantes observações e reflexões sobre a história e a cultura do Brasil. Esta

parte do estudo foi elaborada com o objetivo de realçar o papel das cartas nos estudos da análise do discurso, sob o prisma da inter/transdisciplinaridade. O pesquisador estudou, assim, algumas cartas da literatura mundial: além das de Elizabeth Bishop e Madame Sévigné, comentou brevemente as de Sidney Poitier, que exemplificam o olhar inter/trans disciplinar do pesquisador. Continuando com a análise de cartas na História do Brasil, analisou a “Carta de Pero Vaz de Caminha” (Ed. Mar de Letras) e prosseguiu com duas cartas que também marcaram a História do país: a Carta aos Brasileiros e a Carta ao Povo Brasileiro.

Por conta de sua formação, o pesquisador interessou-se pelos acontecimentos políticos que precederam a assinatura da carta-testamento de Getúlio Vargas. Escreveu o terceiro capítulo sobre a trajetória de um mito. Trouxe dados biográficos de Getúlio Vargas, sua carreira política, a era Vargas, o declínio do Estado Novo, seu segundo mandato, reflexões sobre quem foi Getúlio Vargas, da crise ao suicídio, e incluiu algumas consequências históricas decorrentes do ato suicida.

Vargas, signatário da carta que mudou a história do Brasil, sentindo-se pressionado pelos militares, pela UDN, partido de oposição, e notadamente por seu maior inimigo político, Carlos Lacerda, ficou sem alternativa: já dissera que só morto deixaria o Catete. Não renunciou, suicidou-se. Cedeu às pressões nacionais e internacionais. Vargas encontrou no suicídio uma solução para a crise política do país. As consequências históricas da morte de Vargas também merecem espaço no presente estudo.

Note-se que a carta-testamento deu origem a reações populares de grande repercussão no país. Os desdobramentos históricos do suicídio ocorreram a partir da leitura e compreensão da mensagem da carta-testamento. Seus dizeres, analisados oportunamente, podem ser vistos como elementos desencadeadores de substanciais mudanças na vida política brasileira. Vargas deixou de viver para viver na história.

No último capítulo, o foco principal do estudo tem por base teórica a Análise Crítica do Discurso político, à luz dos estudos da escola crítica inglesa, e numa abordagem inter/transdisciplinar, baseada nos princípios do conhecimento complexo, de Edgar Morin.

Para a organização deste capítulo, o pesquisador partiu da abordagem inter/transdisciplinar e analisou as seguintes vertentes: histórica, mística, emocional, linguística e do *ethos* do discurso.

Visando a facilitar o trabalho de interpretação com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), foram realizados estudos sobre o *ethos* do discurso. Partiu-se de Aristóteles e chegou-se até o papel do *ethos* para os analistas do discurso. O pesquisador explorou possíveis leituras da carta-testamento. Exemplos de discursos políticos contemporâneos, na

campanha presidencial de 2014, dos candidatos Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva, vieram exemplificar o papel do *ethos* nos discursos políticos.

Analizou-se ainda o contexto sócio-político do período que vai de 1950 a 1954; o propósito comunicativo do signatário; aspectos da personalidade de Vargas contidos no *ethos* de seus discursos proferidos em fases distintas de sua trajetória política; a economia do país naquela época; fatos históricos que precederam o suicídio e as consequências de tal fato, junto ao povo brasileiro.

Como amostra das motivações do pesquisador, transcreve-se abaixo uma crônica escrita, por ele próprio, na década de 1990.

Crônica: tiro no coração – 29/7/1992

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954: de madrugada, reunido com seu ministério, o presidente concorda em pedir licença e se afastar do governo temporariamente. Renunciar em favor do vice João Café Filho? Nunca, só morto deixaria o Catete antes do fim de seu mandato. Oficiais oposicionistas, porém, querem mais e voltam impositivos à carga: em vez de temporário, o afastamento deve ser definitivo. Resposta súbita do presidente, por volta das 8h30: um corajoso tiro de revólver – Colt, calibre 32 – disparado no coração. Concorrendo pelo PTB, Getúlio Dornelles Vargas chegou à presidência em 3 de outubro de 1950, com 48,7% do total de votos. Deixou para trás, em segundo lugar, o udenista Eduardo Gomes (29,7%) e, em terceiro, o pessedista Cristiano Monteiro Machado (21,5%). O suicídio de 1954 – que adiou por dez anos o golpe de força desfechado contra as instituições – marcou o fim de uma trajetória política. Trajetória iniciada por Getúlio em 1909, aos 27 anos de idade, como deputado estadual no Rio Grande do Sul. Eu, getulista? Pelo contrário, amigo leitor. Apesar disso, não posso desmerecer um político que, ameaçado pela deposição, reagiu brava e briosamente dando cabo da própria vida. E o respeito aumenta ainda mais em face do momento político nacional. Quando, cercado por escândalos e acusações de variados calibres, o presidente atual se agarra firme no cargo com todas as forças de um vasto e indisfarçável cinismo. Ao que tudo indica, Collor pretende (des)governar o país até o fim de seu (longo) mandato. Licença temporária ou renúncia? São duas hipóteses igualmente prováveis. *Impeachment*? Viria em boa hora. A nós, leitor amigo, cabe esperar que, no futuro, o povo saiba evitar que outro aventureiro chegue à presidência através do voto livre e direto. E que, chegando a ela, se reproduza a corrupção e o deboche, duas marcas fundamentais e registradas da escandalosa era collorista. (NICOLA, 2013, p. 118-119)

1.2 Delimitação do objeto de pesquisa e justificativa

Pesquisa

Neste trabalho pretendeu-se articular a ACD ao estudo das estruturas sócio-econômico-políticas de um determinado momento histórico, no caso, o brasileiro, da segunda metade do século XX, numa abordagem inter/transdisciplinar. A carta-testamento deixada por Getúlio Dornelles Vargas, gaúcho que exercia o cargo de presidente da República, por ocasião de seu suicídio, no Palácio do Catete, localizado no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954, constituiu-se em objeto privilegiado para este estudo, tendo como eixo epistemológico a Linguística Crítica.

Para melhor compreensão dos termos utilizados nesta tese, procurou-se esclarecer o uso dos termos inter/multi/transdisciplinar. Para tanto, dentre as pesquisas realizadas, fechou-se o foco nas explicações elaboradas pelo filósofo Hilton Japiassu (2008) que assim os diferencia:

- Pesquisa interdisciplinar: é a que se realiza nas fronteiras e pontos-limites entre diversas ciências (por exemplo, entre Filosofia e História), podendo ser produzida tanto por um indivíduo como por uma equipe. Resulta no diálogo entre saberes.
- Pesquisa multidisciplinar: é a praticada por uma equipe de pesquisadores oriundos de diferentes ramos do saber. São vários especialistas lidando com um só assunto. As descobertas são resultado do trabalho da equipe.
- Pesquisa transdisciplinar: é a que se realiza no nível de esquemas cognitivos, devendo atravessar as disciplinas. Visa à criação de um campo de conhecimentos onde haja diálogo entre filósofos e cientistas, sem marcas hierárquicas entre os participantes. Ela se interessa pela dinâmica da ação e interação entre as disciplinas. Daí nasce um novo conhecimento, transdisciplinar, não uma nova disciplina.

Delimitação do campo

A pesquisa centrou-se na releitura, sob o prisma da ACD, da carta-testamento de Vargas, fechando-se o foco analítico numa abordagem inter/transdisciplinar. Complementando o estudo, atenção foi dada ao papel do *ethos* nos discursos políticos, especialmente nos de Vargas. Reflexões foram realizadas sobre o gênero literário “carta”, um

meio de comunicação e transmissão da história. Ademais, os recursos linguísticos presentes no texto em questão foram analisados sob diferentes aspectos da linguística crítica.

Para tanto, procurou-se um método que possibilitasse estabelecer relações, uma forma de pensar para chegar ao cerne do problema em estudo.

Justificativa

Considerando-se que a ACD deve incorporar noções relacionadas às condições de produção do discurso, a subjetividade, a formação discursiva, a enunciação, a interação social, encarar a língua sem estas variáveis não seria adequado. Seria uma análise que se restringiria aos aspectos retóricos, quando o que se propôs foi a incorporação dos aspectos que estão além da enunciação, aparecendo de modo extralinguístico na construção do sentido de um discurso, no caso, da carta-testamento de Getúlio Vargas.

Objetivo geral

Contribuir para os estudos linguísticos inter/transdisciplinares na área de Análise Crítica do Discurso.

Objetivos específicos

- discutir a problemática da abordagem inter/transdisciplinar na Análise Crítica do Discurso;
- analisar a relação língua/discurso/ideologia em seus fundamentos teóricos e implicações linguístico-discursivas;
- possibilitar a materialização da análise de uma carta (a carta-testamento) e das formações discursivas sob o enfoque inter/transdisciplinar;
- focar na retórica do signatário, o presidente Vargas, ao analisar criticamente o documento;
- contextualizar o suicídio, identificando principais motivações e consequências históricas da carta-testamento de Getúlio Vargas.

Isso posto, objetivou-se, com a presente pesquisa, abrir um diálogo com as ciências políticas e sociais, e, ao mesmo tempo, realizar, com base no referencial teórico da ACD, uma análise crítica da carta-testamento de Vargas, levando-se em conta, de modo central, o *ethos* discursivo do presidente-suicida, na escolha cuidadosa das palavras.

Corpus

O *corpus* a ser analisado constitui-se na carta-testamento de Getúlio Vargas, encontrada na cabeceira do presidente suicida, em 24 de agosto de 1954, em seu quarto, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Eram duas folhas datilografadas e assinadas, versão oficial que foi lida por Osvaldo Aranha, primeiro em rede nacional e, em seguida, na cerimônia de sepultamento.

Sobre a seleção do *corpus*, é preciso mencionar que o material para estudo baseou-se em várias fontes: livros de História do Brasil, de Política e de Linguística, artigos, dissertações e teses de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sendo que estes últimos estão disponibilizados na internet.

1.3 Explicitação do problema e hipótese de trabalho

O problema, objeto do presente estudo, constituiu-se na busca de uma compreensão contextualizadora do fenômeno discursivo, em uma análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas, assim como de suas consequências históricas. Foram valorizados no trabalho: trajetos do discurso como objeto da linguística; da língua, discurso e ideologia, isto é, a ordem do discurso; reflexões sobre o papel das cartas nos estudos da história em seus aspectos inter/transdisciplinares, e as condições determinantes do legado da carta, com destaque especial aos estudos de *ethos* discursivo.

O enfoque inter/transdisciplinar tem ocupado um espaço cada vez maior nos estudos de linguística e da ACD. No que tange à Análise Crítica do Discurso, noções relacionadas às condições de produção do discurso trouxeram uma nova forma de encarar o objeto de estudo. Aspectos epistemológicos (inter/transdisciplinares) presentes na construção do sentido do discurso nortearam a pesquisa.

Hipótese

Considerando-se o importante papel da hipótese na organização da pesquisa, foi a partir de sua formulação que o pesquisador teve condições de explorar a bibliografia, e selecionar dados relevantes ao presente trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não se pretendeu permanecer preso a uma hipótese única, pois outras se articulavam em rede: hipóteses diversas ou variáveis contribuíram para sustentar a hipótese central, a principal.

A hipótese principal que se levantou, em termos bastante claros, foi a que se segue:

É possível fazer uma análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas, numa abordagem inter/transdisciplinar? A que conclusões esta análise conduzirá? Abrirá portas para que outras pesquisas venham a se realizar?

1.4 Quadro teórico

Buscou-se na presente análise, embasamento teórico nas contribuições de estudiosos como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Michael A.K. Halliday, entre outros. As ideias de Edgar Morin, teórico do pensamento complexo e da inter/transdisciplinaridade, enriqueceram a abordagem. O epistemólogo brasileiro Hilton Japiassu complementou os estudos e as reflexões sobre o papel da inter/transdisciplinaridade nos trabalhos de pesquisas desenvolvidos no seio das instituições de ensino superior. Levou-se em consideração os estudos sobre o *ethos*, elemento presente na análise realizada. Com base nos referidos fundamentos, objetivou-se fazer uma análise linguística, social e política da carta-testamento, firmada pelo enunciador (Getúlio Vargas), cuja construção revela vontade de dominação e instrumentalização política do enunciatário (o povo brasileiro). Teve-se em mira configurar, assim, a factibilidade do diálogo da linguística com teorias sociais, de forma inter/transdisciplinar.

Nesse sentido, pode-se também deduzir que se limitar a ACD à análise da linguagem (fugindo, aliás, a seus pressupostos) prejudica a visão de conjunto, em que os sistemas de signos, socialmente constituídos, encontram-se integrados.

Concluiu-se pelo diálogo possível, e também necessário, entre a ACD e uma abordagem inter/transdisciplinar do discurso. A análise, assim realizada, levou em consideração o contexto da produção, o discurso como prática social, e como as relações de poder, dominação e controle podem se estabelecer e se manter através de formas diferentes de linguagem.

1.5 Objeto e metodologia da pesquisa

Entendendo-se como objeto do estudo a materialização do *corpus*, este foi a própria carta-testamento deixada por Getúlio Vargas, versão oficial, datilografada e assinada.

Metodologia

Tratando-se de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de conhecer diferentes formas de contribuições científicas que se realizaram sobre o assunto, o levantamento de dados foi realizado em bibliotecas públicas, as da Universidade de São Paulo, e, especialmente, em dissertações, teses, artigos publicados em anais de congressos, revistas especializadas, e artigos editados eletronicamente.

O método pode ser entendido como o conjunto de procedimentos pelos quais se torna possível conhecer determinado assunto, estudar determinada realidade, analisar certos tipos de comportamento. Assim posto, o método escolhido levou o pesquisador a realizar:

- levantamento da fundamentação teórica: ACD, inter/transdisciplinaridade;
- revisão da literatura de/sobre a carta-testamento de Getúlio Vargas;
- busca de dados sobre a trajetória política de Vargas, seu *ethos* discursivo, seu governo;
- reflexão sobre o material revisado, sob o prisma da Análise Crítica do Discurso, em abordagem inter/transdisciplinar;
- Análise Crítica do Discurso contido na carta-testamento;
- redação da tese propriamente dita;
- elaboração das Considerações Finais.

1.6 Resultado esperado

Espera-se que, através da pesquisa bibliográfica efetuada, das sessões de estudos com a orientadora, e do esforço pessoal do pesquisador, esta tese venha a contribuir para as investigações sobre ACD realizados na Universidade de São Paulo. Pretende-se, também, que outros estudiosos da ACD possam ver na abordagem inter/transdisciplinar da análise discursiva uma forma enriquecedora de desenvolver seus trabalhos linguísticos, levantando hipóteses originais e buscando novas respostas aos problemas propostos.

1.7 Apresentação dos capítulos

Fundamentação teórica

Tendo como objetivo geral a contribuição aos estudos de ACD, numa abordagem inter/transdisciplinar, a pesquisa bibliográfica objetivou principalmente levantar dados sobre o surgimento da ACD, seus pesquisadores de destaque e alguns estudos da inter/transdisciplinaridade. Conclui-se o capítulo com a contribuição do *ethos* discursivo como fundamentação teórica para a realização da análise da carta-testamento de Getúlio Vargas.

O primeiro subtítulo deste capítulo denomina-se “Caminhos da Análise Crítica do Discurso”.

Fruto de um simpósio realizado na Holanda, em janeiro de 1991, a ACD passou a constituir-se em estímulo aos linguistas dessa área para compartilharem estudos e formarem um corpo variado de pesquisadores, mas orientado pela mesma linha teórica.

Os “teóricos em destaque” é o segundo subtítulo deste trabalho. Foram expressamente mencionados os linguistas Teun A. van Dijk, defensor da multidisciplinaridade; Norman Fairclough, defensor da teoria social do discurso (ambos podem ser classificados como teóricos sócio-discursivos, multidisciplinares). Para eles, assim como para o pesquisador, a linguagem traz consigo um conteúdo socioideológico, de modo a dever-se priorizar não só a retórica, mas também sua relação indissolúvel com seus usuários.

Nesta parte, o terceiro assunto a ser tratado é “Edgar Morin: inter/transdisciplinaridade”, onde se apresentam as contribuições do filósofo, educador, sociólogo e pesquisador, principalmente no que diz respeito à inter/transdisciplinaridade, isto é, ao diálogo cerrado entre as áreas de conhecimento. As contribuições do epistemólogo Hilton Japiassu são analisadas sob o prisma da importância da abordagem inter/transdisciplinar nas universidades e escolas brasileiras. O pesquisador também levou a efeito o levantamento bibliográfico sobre a relação entre a sociolinguística e a política, como enriquecimento do tema.

O discurso, esta foi a conclusão, é uma prática social, que revela relações desiguais de poder entre grupos sociais. Estudaram-se os laços indissolúveis entre discurso e ideologia, tendo em vista a melhor interpretação das mensagens escritas ou faladas.

Incluiu-se um estudo sobre o conceito de *ethos*, no terceiro subtítulo, “Ethos discursivo”, que se subdividiu em três partes: de Aristóteles a Mainguénau; *ethos* na

perspectiva da ACD, e, por fim, o *ethos* dos discursos políticos. Tendo-se em vista a relevância de se conhecer o *ethos discursivo* de um político na conquista de votos, realizou-se pesquisa sobre o papel do “marqueteiro” nas campanhas políticas dos candidatos à Presidência da República em 2014.

Chegou-se à conclusão de que a escolha de palavras na enunciação do discurso revela o autorretrato com base no qual os políticos procuram transmitir suas qualidades, numa tentativa de representação daquilo que eles julgam ser.

Antes de se iniciar a análise do *corpus*, pesquisou-se a trajetória política de Getúlio Vargas, desde suas origens até o “tiro no coração”.

O gênero carta

A carta, por excelência, é o lugar onde o signatário se vê através de sua relação com o leitor. A vida, os costumes, os valores, os receios, os desejos, e a história, se transformam em indicativos do contexto no qual o signatário produz sua carta. A carta-testamento, no caso de Vargas, foi a fonte e o filtro diretamente ligados à comunicação do presidente-suicida.

As reflexões contidas neste segundo capítulo se constituíram em exemplos dos aspectos inter/transdisciplinares da leitura de uma carta, gênero literário que traz muito da história, da política, da geografia e dos valores de uma época, assim como dos sentimentos expressos pelo signatário.

O capítulo foi organizado em três partes, sendo que a primeira (“Cartas na literatura mundial”) aborda as cartas escritas por Elizabeth Bishop, Sidney Poitier e Madame Sévigné. O motivo de tal seleção: as cartas de Elizabeth Bishop foram escritas no Rio de Janeiro, palco dos acontecimentos políticos que antecederam o suicídio de Vargas. As cartas de Sidney Poitier, escritas em outro hemisfério, contém visadas emocionais e de valores de um grande nome do cinema americano. Das cartas de Madame Sévigné, escritas na França, muitos trechos foram incluídos nos livros de história daquele país.

Noutro subtítulo (“As cartas na História do Brasil”) abordou-se o acervo de José Mindlin, a carta do “Achamento do Brasil”, a “Carta aos Brasileiros” e a “Carta ao Povo Brasileiro”. Essa escolha se baseou no valor histórico de tais documentos: do internacional, passou-se ao nacional. Note-se que o pesquisador sempre se preocupou em estudar o contexto político da época em que as referidas cartas foram escritas e tecer comentários à luz da ACD.

Na terceira parte, cujo subtítulo é “Cartas na imprensa”, abordou-se o papel dialógico e comunicativo das cartas publicadas pela imprensa escrita. Focou-se a interação tanto das

cartas dos leitores com os editores e demais leitores, quanto dos editores com os leitores de uma conceituada revista da atualidade.

No derradeiro subtítulo focou-se nos estudos da dupla genericidade da carta-testamento, caminhando das características e dos tipos das cartas em direção ao testamento, definições históricas e jurídicas, terminando com a junção dos dois gêneros e considerações sobre a escolha do documento que marcou profundamente a história do Brasil.

Getúlio Vargas: a trajetória de um mito

Neste capítulo, com o objetivo de se fazer uma retrospectiva histórica da vida de Getúlio Vargas, o pesquisador reuniu elementos para descrever a trajetória do “mito”, o que possibilitou a contextualização da análise crítica da carta-testamento. A situação política do país, em 1954, era difícil para Vargas, que não conseguiu superar a pressão política da UDN. Ataques eram feitos diariamente, no jornal **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, seu maior inimigo político. Vargas morreu no cargo de Presidente, fato que provocou grande comoção, principalmente entre os mais humildes.

Sobre a vida de Getúlio Vargas muito se tem escrito. Para Juremir Machado da Silva, biógrafo de Getúlio, este não caberia dentro de uma biografia: Getúlio inteiro só caberia em um romance. (A propósito, Jô Soares escreveu e publicou em 1998, pela Companhia das Letras, o romance intitulado: **O homem que matou Getúlio Vargas**.)

A mais recente biografia de Getúlio Vargas, publicada pela Companhia das Letras, em 2014, é a do pesquisador Lira Neto. Trata-se de um trabalho composto de três volumes. Lira Neto iniciou a publicação da obra com **Getúlio (1882-1930): Dos anos de formação à conquista do poder**. O segundo volume intitulou-se **Getúlio (1930 a 1945): do governo provisório à ditadura de Estado Novo**. Por fim, foi lançado, em 2014, **Getúlio (1945-1954): da volta pela consagração popular ao suicídio**.

Constou desta parte da pesquisa (“A trajetória de um mito”), dados biográficos de Getúlio Vargas, de seu nascimento até se eleger, em 1922, para a Câmara Federal. Dedicou-se o subtítulo seguinte à sua “Carreira política”, que se desdobrou em três partes: “Era Vargas”, o “Declínio do Estado Novo”, e “Nos braços do povo: segundo mandato”.

Segundo Alzira Vargas, filha e confidente, Vargas foi chamado de populista, ditador, nazista, fascista, integralista e comunista: nesse sentido, e esclarecedoramente, o pesquisador deparou-se e se debruçou sobre depoimentos e informações elucidativas, constantes no subtítulo “Quem foi Getúlio Vargas?”.

O subtítulo “Quem foi Getúlio Vargas?” trouxe uma pergunta que se procurou responder através de depoimentos coligidos pelo pesquisador. O esforço de Vargas em transmitir a imagem de um “presidente do povo”, revelou-se, desde logo, pelo *ethos discursivo* presente em discursos transmitidos em rede nacional de rádio.

Os acontecimentos de agosto de 1954, do atentado contra Carlos Lacerda à exigência dos militares para que Vargas renunciasse, ou seria deposto, foram contextualizados no subtítulo “Da crise ao suicídio”.

Reuniram-se no último subtítulo, denominado “Consequências históricas”, os desdobramentos dos fatos ocorridos em 24 de agosto de 1954.

A inter/transdisciplinaridade na ACD

Neste capítulo, o pesquisador debruçou-se sobre o *corpus*. A carta-testamento, encontrada na cabeceira de Vargas, foi trabalhada sob os princípios da ACD, numa abordagem inter/transdisciplinar.

O conteúdo do capítulo “A inter/transdisciplinaridade na ACD” foi dividido obedecendo-se aos objetivos específicos propostos. Tratou-se de trazer os conhecimentos da inter/transdisciplinaridade, na análise crítica da carta-testamento, ao campo da política, da história, das emoções, da mística, e da linguística. O capítulo se encerrou com comentários gerais sobre o *ethos* discursivo utilizado por Vargas.

No presente capítulo, a ACD dialogou com a retórica e estabeleceram-se relações entre a oratória, a ideologia e a história. Assim se produziu o primeiro subtítulo: “Da vertente histórica”.

No segundo subtítulo, “Da vertente mística”, analisou-se o uso da linguagem mística na carta-testamento. Nessa vertente, ressaltou-se o esforço de Vargas em construir a imagem de um presidente messiânico, que sacrificou a vida pelo bem do povo.

Em seguida, no terceiro subtítulo, “Da vertente emocional”, abordou-se a presença da carga emocional contida na carta-testamento, mensagem que comoveu o povo. Como linguagem e sentimentos estão frequentemente entrelaçados, notou-se que os termos usados, como os pronomes e os verbos, expressam um conteúdo emocional analisado cuidadosamente pelo pesquisador.

No quarto subtítulo, “Da vertente linguística”, procurou-se refletir sobre as influências linguísticas na ACD. A vertente linguística, aqui, apoiou-se nos estudos da língua portuguesa, no cuidado com o uso correto da gramática, nos recursos linguísticos, na retórica e no esforço

em agradar ao povo e se colocar ao lado dele. A carta-testamento foi lida, frase por frase, à luz da inter/transdisciplinaridade.

No quinto subtítulo, “Vertente do *ethos* discursivo”, estudou-se o quão diversos foram os discursos de Vargas, transmitidos pelo rádio. Vargas mudou seu *ethos* discursivo ao longo de sua trajetória política. A carta-testamento revelou ao povo uma imagem populista, de pai dos pobres, em um país dividido entre os interesses das oligarquias e os dos trabalhadores.

Estas são as partes que se seguem na tese: Considerações Finais, Referências Bibliográficas, Anexos: Carta-testamento, Carta aos Brasileiros e Carta ao Povo Brasileiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Caminhos da Análise Crítica do Discurso: apresentação

A Linguística Crítica nasceu na década de 1970 e preocupa-se em teorizar a linguagem como forma de intervir na estrutura social que a envolve. Segundo Teun A. van Dijk, esta área de estudos linguísticos reflete sobre os meios para resolver problemas sociais vigentes, adotando como ponto de partida a perspectiva dos que mais sofrem, e analisa de forma crítica os que estão no poder. Para Fairclough e Wodak, que consideram a linguagem como prática social, o contexto de uso da linguagem constitui-se em elemento crucial de interpretação da relação entre linguagem e poder.

Na Universidade de East Anglia, Grã-Bretanha, foi desenvolvida uma abordagem aos estudos de linguagem conhecida por Linguística Crítica. Pesquisadores da área (Fowler, Dress, Hodge e Trew) publicaram, em 1979, o livro **Language and control** (Linguagem e Controle), muito lido pelos pesquisadores e linguistas interessados na linguagem como meio de expressar poder e ideologia.

Na Universidade de Lancaster, na década de 1980, outros estudiosos filiaram-se a essa abordagem. Fairclough, em 1985, publicou pela primeira vez um artigo no **Journal Pragmatics** usando a expressão “análise crítica do discurso” (WODAK, 2004).

A Análise Crítica do Discurso (ACD) tem como propósito o debate teórico e metodológico sobre o discurso: a linguagem como prática social. Trata-se de uma disciplina de destaque por oferecer importantes contribuições para a compreensão de problemas enfrentados pela sociedade contemporânea.

Na esfera internacional, assuntos relacionados à ACD são debatidos em três periódicos: **Discourse and Society**, **Cadernos de Linguagem e Sociedade (Papers on Language and Society)** e também no **Critical Discourse Studies**. Na esfera nacional, destaca-se o trabalho do NEAC (Núcleo de Estudos da Análise Crítica do Discurso), coordenado pelos professores doutores Paulo Roberto Gonçalves Segundo e Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, como parte das atividades desenvolvidas no curso de Letras da FFLCH/USP.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) centra foco nas pesquisas voltadas para os discursos políticos, institucionais, de gênero, social, e de mídia, que versam sobre as relações

de luta e conflito. Essa vontade de evidenciar a inter-relação é a essência da atividade crítica, devendo ser exercida através da linguagem, do discurso.

Uma abordagem crítica do discurso, segundo Fairclough (2001), é a descrição tanto dos processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto das estruturas e processos sociais nos quais os indivíduos, ou os grupos, criam significados em interações com os textos.

Para dar conta dessa função, três conceitos são indispensáveis: o conceito de poder, o conceito de história e o conceito de ideologia. Assuntos relacionados ao racismo, ao populismo, às questões sociais e os discursos da mídia tornaram-se proeminentes desde que se formou, na ACD, um “grupo científico de estudo”.

A ACD como um campo de estudos foi fruto de um simpósio realizado em Amsterdã, em janeiro de 1991. Com o apoio da Universidade de Amsterdã, Teun A. van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress e Ruth Wodak tiveram a oportunidade de discutir teorias e métodos de análise do discurso, a ponto de constatarem semelhanças e diferenças em suas teorias. Esses estudos vieram a formar o corpo das várias escolas de pesquisadores que participaram do simpósio.

Faz parte da história da ACD o lançamento da revista **Discourse and Society** (1990), editada por Teun A. van Dijk. Após a realização do simpósio na Universidade de Amsterdã, essa revista reuniu em edição especial abordagens diferentes de grandes pesquisadores da ACD, que passaram a colaborar em programas de intercâmbio e projetos conjuntos.

Os pressupostos teóricos que compõem o escopo das teorias da ACD, e que dão suporte à presente tese, estão aqui enriquecidos por estudos complementares da inter/transdisciplinaridade, presente na abordagem sociolinguística que estuda o discurso como prática social reveladora de relações desiguais de poder entre grupos sociais.

O embasamento teórico do teor socio-discursivo e transdisciplinar, da ACD, traz contribuições de, por exemplo, Bakhtin e Foucault, que enfatizam temas como dialogismo, polifonia, poder, luta hegemônica e ordem de discurso. Em seus ensaios filosóficos sobre a linguagem, Bakhtin afirma que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal (BAKHTIN, 2003). Essa filosofia vê na enunciação a realidade da linguagem e esta traz também uma carga socioideológica, de modo que prioriza não só a atividade da linguagem, mas também sua relação indissolúvel com seus usuários.

O elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão de orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN, 2003, p. 94).

A língua é vista como instrumento de interação social. Sendo assim, o objeto de estudo da ACD são os usos da língua responsáveis pela formação e pela transformação dos sistemas sociais.

Com relação aos estudos direcionados às cartas, pode-se afirmar que toda comunicação é produto da interação social dos participantes da situação. A língua, instrumento utilizado na comunicação deve ser vista como algo concreto. A interação social, fenômeno social, surge pela interação verbal, seja esta realizada por via oral ou escrita, e se constitui na essência da língua, segundo Bakhtin (1995).

A língua, instrumento de comunicação, faz uso das palavras para atingir tal objetivo: a comunicação. Apoiase em dois pontos: A e B. No ponto A, encontra-se o enunciador, aquele que profere a primeira palavra, que está sendo dirigida para alguém. Assim se constitui a interação, que se chama também de diálogo, de modo concreto e carregado de conteúdo socio-histórico, que é transmitido num contexto determinado pelas relações sociais e ideológicas daquele momento.

Quando se pensa em diálogo, logo se depreende que há, nele, uma interação social, um enunciador e um coenunciador, ambos fazendo uso da língua para expressar ideias e pensamentos, na forma desejada naquela situação.

Para Bakhtin, tudo o que o enunciador exterioriza direciona-se ao coenunciador e, este, juntamente com o contexto situacional e o contexto socio-histórico, molda e determina a forma de expressão efetiva na enunciação. Esta afirmação remete ao tema pesquisado, porque a análise crítica promove uma interpretação mais adequada e fidedigna do objeto de estudo, a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Bakhtin (2003) afirma que o uso da língua se concretiza em forma de enunciados orais e escritos, e que estes estão ligados aos campos de atividade humana. E quais seriam as áreas de atividade humana que interessam ao pesquisador? As sócio-político-econômicas que norteiam a história. Um tecido de acontecimentos históricos interage com os discursos realizados pelos políticos, pelos partidos políticos e pela mídia em geral. Essa teia de

acontecimentos constitui elementos indicativos de que linguagem, discurso e poder se relacionam.

Linguagem e poder embasam a ACD, que, por sua vez, admite uma abordagem inter/transdisciplinar. A ACD dialoga com outras teorias e rompe fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma teorias, sob a luz da abordagem socio-discursiva.

Para melhor compreensão da questão da hegemonia, presente na Carta-testamento, busca-se em Gramsci (1971) o referencial teórico e verifica-se a relação entre discurso e luta hegemônica. A questão do poder hegemônico, via ideologia, ocupa lugar de destaque nos estudos de ACD, segundo Pedro (1997), pesquisadora que atribui à ACD um papel central na análise das estratégias discursivas que legitimam o controle, que “naturalizam” a ordem social e, especialmente, as relações de desigualdade.

O marxismo localiza a ideologia no signo, visto que a própria consciência só pode existir mediante sua materialização em signos criados no processo de interação social. Marx e Engels se opõem à filosofia e à psicologia idealistas, visto que estas localizam a ideologia na consciência. A consciência real é um produto social e a linguagem aparece com a necessidade dos intercâmbios entre os homens (BAKHTIN, 1995).

O potencial móvel e evolutivo do signo, assim como o que faz dele um instrumento de refração da realidade, foi apresentado como causa e efeito de confrontos sociais. Para Marx e Engels, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada a dar nova forma aos seus pensamentos e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos.

Os estudos linguísticos contemporâneos voltados ao discurso têm dado espaço relevante à investigação de fatores de ordem sociocultural e política na relação que estes mantêm com a língua. Essas pesquisas são de caráter crítico e delineado por vertentes da Linguística preocupadas em dialogar com teorias de outros campos como as Ciências Sociais, a Psicologia Social, a Psicanálise, a Sociologia, a História e a Filosofia. É nessa linha de pesquisa que se encontram os teóricos da ACD, atentos aos processos de produção e interpretação linguística caracterizados por tensões políticas e sociais, e que pretendem utilizar-se do discurso para introduzir mudanças sociais.

Contribuições de Antonio Gramsci e dos intelectuais da Escola de Frankfurt caracterizaram a concepção sociológica da ACD, considerando-se que propuseram um diálogo entre as ciências humanas e as teorias linguísticas, dando destaque às Ciências Sociais. Influências como as de Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Theodor Adorno e

Antonio Gramsci vieram dar sustentação aos fundamentos das mudanças sociais através da prática discursiva.

A ACD tenta investir em uma prática social transformadora da sociedade, dando ao analista um relevante estatuto de interventor social por meio de seu trabalho de análise. Seus analistas são, normalmente, militantes sociais, intelectuais que formulam propostas para exercer ações de contrapoder e contraideológicas: “os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p. 85).

A Linguística Crítica de Michael Halliday, nome consagrado pelo que se convencionou chamar de Análise Funcional da Sentença, contribuiu para as bases epistemológicas da ACD. Para ele é preciso compreender a escolha semântico-pragmática dos constituintes de um enunciado, avaliando seus estatutos de objetos ou agentes em uma prática discursiva de representação social. A linguagem seria a descrição de possibilidades, como um leque aberto para opções comportamentais disponíveis ao indivíduo em sua vivência social.

O contexto de situação é um elemento importante da análise na teoria funcionalista, seja no estudo do texto escrito ou falado, devendo ser feito com base na relação entre linguagem e contexto. As características do contexto de situação são três: campo, relação e modo. A que se denomina “campo” está relacionada à situação em si; a “relação” diz respeito à interação entre os participantes do discurso e os papéis que ocupam nas relações sociais; e a última delas, denominada “modo”, compreende o modo estrutural do texto. Estes elementos formam o potencial significativo que está presente no contexto social, e nos recursos semânticos em uso nessa determinada cultura, o que é essencial para a elaboração do discurso.

A Linguística Crítica Hallidayana propõe a análise multifuncional da sentença, de modo a contemplar as três funções sociais da linguagem, segundo Halliday (1985), e presentes em qualquer enunciado: a função ideacional, que se liga ao “campo”, está presente na representação social passível de se atribuir aos objetos do discurso durante sua produção, com base no mundo real; a função interpessoal, ou seja, ligada à “relação”, revela as ações sociais de comunicação entre as pessoas, dizendo respeito à posição que elas ocupam na sociedade; a terceira função é a textual, por meio da qual o homem pode construir experiências e representar relações interpessoais, que se efetivam no presente na forma como se estrutura o texto, para ser indicativa de determinadas ideologias e intenções de quem escreve. As pessoas interagem e se comunicam através da linguagem escrita e oral para produzir significados, se entenderem e decifram o mundo.

Isso posto, podem-se estabelecer as bases epistemológicas da ACD, conforme se segue:

- Os estudos anglo-saxões sobre discurso na década de 70 – Linguística Crítica –, principalmente a Linguística Hallidayana;
- As teorias neomarxistas, especialmente de Gramsci;
- Os estudos da escola de Frankfurt.

2.2 Teóricos em destaque

Dois expoentes da ACD são ressaltados nesta parte do estudo, tendo-se utilizado, como critério de seleção, o grau de proximidade entre seus ensinamentos e a abordagem inter/transdisciplinar, a partir dos aspectos linguísticos.

Com respeito aos destaques escolhidos para embasar a abordagem inter/transdisciplinar, apresentam-se aqui os princípios defendidos pelo francês Edgar Morin, e a posição do epistemólogo brasileiro Hilton Japiassu, no que se refere ao papel da inter/transdisciplinaridade nas pesquisas universitárias do Brasil.

2.2.1 Teun A. van Dijk: teoria multidisciplinar

O linguista holandês Teun A. van Dijk, considerado um dos fundadores da ACD, estuda há muito tempo o papel desempenhado pela cognição, pelo conhecimento, como mediador entre o discurso e a prática social. Na visão sociocognitiva, o conjunto de conhecimentos de que o homem dispõe é responsável por sua interpretação do mundo.

A percepção cotidiana de tudo o que cerca o homem se origina nos saberes e vivências individuais e coletivas. O enunciatador cria condições para que sua ideologia possa ser recebida e aceita pelo enunciatário, a despeito dos conhecimentos e valores que a vida nele imprimiu. Assim se delineia um projeto multidisciplinar de ideologia, sob uma perspectiva sociocognitiva e discursiva.

A ACD enfatiza a necessidade de um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, ou transdisciplinar, tendo por objetivo a ampla compreensão do modo como a linguagem funciona. Tal análise busca uma teoria de linguagem que incorpore a dimensão do poder como condição essencial da vida social.

É necessário identificar quais práticas discursivas institucionalizam a sociedade e quais cognições sociais se verificam em tais práticas. Encontram-se nas ideologias vários laços entre o cognitivo e o social, podendo-se dizer que são sistemas específicos, nos quais se baseiam representações sociais e processos mentais partilhados. Para se analisar um discurso, é preciso analisar inicialmente cada frase em relação a todo o texto, em seu contexto, para que seja possível chegar à conclusão de que os significados incorporam posições ideológicas.

O modelo teórico de Teun A. van Dijk pode ser resumido nas seguintes palavras: ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais constituídos por relações relevantes de valores socioculturais, e organizados segundo um esquema ideológico representativo de autodefinição de um grupo.

No livro **Discurso e Contexto**, o teórico holandês debruçou-se sobre a noção de contexto, discutindo e desenvolvendo uma teoria ligada à comunicação. Inspirado por ideias e desenvolvimentos ocorridos na Linguística, na Sociolinguística e na Psicologia Cognitiva, Teun A. van Dijk apresenta evidências de que não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas a maneira como os participantes definem essa situação. Ele trata da noção de “contexto” da seguinte maneira:

[...] precisamos conhecer como os participantes constroem ambientes sociais, os participantes, como membros de grupos, as relações sociais entre participantes, ou os grupos e instituições sociais como parâmetros de suas construções subjetivas e intersubjetivas dos aspectos relevantes das situações comunicativas [...]. Nesse sentido, a compreensão contextual do discurso é parte inerente da compreensão das vidas e experiências diárias das pessoas e de como elas conseguem agir adequadamente em qualquer situação social [...]. (VAN DIJK, 2012, p. 297).

Os contextos tendem a ser entendidos em termos das situações comunicativas, como o gênero, a idade, a classe ou a etnia dos falantes. A principal função dos contextos é permitir e condicionar a produção e compreensão dos textos e da fala. Uma análise conceitual das relações entre contexto e discurso é recomendada por Teun A. van Dijk (2012). Assim, o estudo de variáveis como a cultura, a idade, a classe social ou a etnia dos falantes é importante. A influência da própria gramática sobre a fonologia, a sintaxe e o léxico trabalha para produzir elementos significativos para a ACD. Por exemplo, uma análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas deve levar em consideração o momento histórico em que ela foi

escrita, o motivo pelo qual foi escrita, as circunstâncias sociais em que vivia o povo brasileiro, enunciatário da mensagem, e, por isso, requer o suporte de estudos sociolinguísticos.

A influência do contexto é estudada pela Sociolinguística, pela Antropologia e pela ACD, porque o contexto penetra a língua; as hipóteses que o analista constrói sobre o contexto afetam a maneira como compreendemos a língua e os contextos devem ser bem compreendidos, já que exercem influência direta sobre as estruturas do texto e da fala.

Linguistas que trabalham com a ACD devem se preparar para saber exatamente o que são as ideologias, posto que abrem portas para o processamento ideológico do discurso, fator integrante do novo modelo socialmente partilhado e baseado em valores que representam a sociedade na qual o discurso foi reproduzido, as funções sociais, políticas e culturais das ideologias e respectiva organização e expressão em nível cognitivo, assim como discursivo. Exemplos de artigos publicados no **New York Times** e no **Washington Post** enriquecem a teoria multidisciplinar proposta por Teun A. van Dijk.

Como ilustração da teoria do contexto, Teun A. van Dijk analisa as numerosas propriedades contextuais do debate acerca do Iraque. Ao mesmo tempo, sua reflexão evidencia como a análise do contexto pode ser aplicada na Ciência Política. Em seu exemplo, van Dijk diz que Primeiros-Ministros e membros do Parlamento não se envolvem apenas numa fala gramatical e dotada de significado, e não seguem apenas regras e estratégias de interação, como ensinam a Análise da Conversação e do Discurso, mas principalmente se envolvem em ação política. O modo linguístico e o conteúdo do que dizem pode também apresentar funções políticas, como defender ou atacar políticos do governo, como “fazer” oposição, campanhas eleitorais etc.

Seguindo nesta rápida síntese sobre os caminhos da constituição da ACD, é oportuno refletir sobre o projeto multidisciplinar de ideologia, sob uma perspectiva sociocognitiva e discursiva, segundo apreende-se dos ensinamentos de Teun A. van Dijk.

Existe uma estreita relação entre discurso, ideologia e política, reproduzida textualmente. Nos conceitos modernos e multidisciplinares, as ideologias são descritas em termos de fundamentação axiomática das representações sociais que os grupos compartilham. Percebe-se que a ideologia exerce preponderância nos sistemas políticos, organizações, movimentos, práticas e cognições políticas reproduzidas no discurso político. Assim, podem-se tomar como exemplos os discursos políticos proferidos nas eleições presidenciais de 2014, no Brasil, que envolveram a disputa entre a candidata Dilma Rousseff e o candidato Aécio Neves. Nesses discursos, viu-se a ideologia expressa nas falácias, nas isenções, nas metáforas,

nas comparações, nas hipérboles e no uso de “coisas boas” que “nós” fazemos, e nas “coisas ruins” que “eles” fazem.

As ideologias políticas, em grande parte, são adquiridas, expressas, aprendidas, propagadas e contestadas pelo discurso organizado e proferido pelos adeptos de diferentes ideais. Elas são estudadas através das estruturas sintáticas ativas e passivas, pronomes como “nós” e “eles”, metáforas ou temas e argumentos “preconceituosos”. Acrescenta-se a existência de uma interface cognitiva entre uma situação e discurso ou texto, um modelo mental. Tais modelos mentais mostram como os participantes do processo de interação linguística vivenciam, interpretam e representam os pontos relevantes da situação política: o contexto no qual as interações se sucedem, de forma multidisciplinar, segundo a teoria do autor em questão (VAN DIJK, 2012).

2.2.2 Norman Fairclough: teoria social do discurso

Nome de destaque nas pesquisas de ACD é o do linguista britânico Norman Fairclough, criador da Teoria Social do Discurso. Ele afirma ser preciso analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social. Com a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), Fairclough entende qualquer evento discursivo como simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social.

O nome de Fairclough está ligado a múltiplas contribuições teóricas na pesquisa científica social, a qual se propõe a estudar os processos de mudança social. Ele afirma que a língua é atravessada pelos eventos sociohistóricos.

Fairclough toma como base de sua teoria a natureza dialética do discurso, ou seja, que, por um lado, o discurso constitui a realidade social e, por outro, ele é constituído por ela. O trabalho de Fairclough está baseado na Linguística Funcional de Halliday, teoria que vê a linguagem como ela é configurada pelas funções sociais que deve atender. Segundo tais ensinamentos, o discurso seria um momento de prática social, cujo enfoque leva em conta a atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semioses, numa relação dialética, expressa através da linguagem.

O mundo é formado pela atribuição do sentido que os atores sociais lhe impõem; por isso, o linguista britânico acredita que seja preciso completar a Análise do Discurso (linha francesa), porque esta não reconhece a face da resistência do discurso, da natureza social e as práticas discursivas presentes no texto.

Fairclough faz uso da noção de discurso como prática discursiva, recorrendo à tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais. Vale-se das análises textual e linguística do discurso como texto.

Há uma boa razão para usar “discurso” em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de constituições particulares dos mesmos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64).

Vê-se que, segundo Fairclough, a ACD passa pelos seguintes momentos:

- a) Centraliza-se em um problema social que tenha um aspecto semiótico;
- b) Procura os elementos que lhe opõem obstáculos com o fim de abordá-los mediante a análise:
 - da rede das práticas em questão localizadas;
 - da relação de semiose que mantém com outros elementos da prática particular de que se trata;
 - do discurso;
 - estrutural – a ordem do discurso;
 - interacional;
 - interdiscursiva;
 - linguística e semiótica;
- c) Considera-se a problemática social;
- d) Identifica as possíveis maneiras de superar os obstáculos;
- e) Reflete criticamente sobre a análise.

Nesta teoria, pode-se notar que a relação entre discurso e estrutura social tem natureza dialética, visto que o discurso é reflexo de uma realidade mais profunda, sendo representado por uma forma idealizada, como fonte social.

Outro ponto importante ressaltado por Fairclough: o discurso como prática política e ideológica. Como prática política e ideológica o discurso vem a estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas em que tais relações surgem. Como

prática ideológica o discurso vem a constituir, naturalizar, manter e também transformar os significados de mundo *nas diversas posições das relações de poder*.

Os analistas críticos do discurso acreditam que a desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade a fim de desvelar e superar relações de dominação. Fairclough [...] explica que a abordagem “crítica” implica, por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, implica intervenção social a fim de produzir mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em desvantagem (RAMALHO, 2008, p. 281-282).

O teórico britânico pretende fazer da análise do discurso um instrumento político contra a injustiça social. O discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os indivíduos no mundo; analistas da ACD devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contraideologia, práticas de resistência à opressão social.

Na linha de estudos de Norman Fairclough, considera-se o discurso como parte de um evento amplo e complexo de práticas sociais, em que os indivíduos interagem por meio de textos nos quais estão subjacentes ideologias, relações de poder e construção de identidades. Consequentemente, a linguagem, de modo geral, é vista como forma de ação sobre o mundo e sobre o outro, o que implica intencionalidade por parte do enunciador, já que o objetivo é direcionar o sentido dos enunciados a determinadas conclusões, em detrimento de outras, ou fazer com que o outro compartilhe determinadas opiniões.

Fairclough reitera que a abordagem “crítica” da linguagem resulta, necessariamente, no desvelamento de sentidos ocultos, podendo o discurso intervir na produção de mudanças sociais.

[...] a LC [Linguística Crítica] e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é [...] constituída [...], através do uso da linguagem (ou no discurso) (WODAK, 2004, p. 225).

Entre outras teorias que influenciaram os estudos de Fairclough, encontra-se na teoria da Linguística Crítica, de Michael Halliday, a valorização do trabalho operacionalizado de

maneira interdisciplinar. Entre 1993 e 2003, o enfoque sobre tais práticas sociais passou a apresentar uma abordagem multifuncional da linguagem.

Os textos, segundo a Linguística Sistêmica Funcional (LSF) (Halliday, 1985), resumidamente realizam, simultaneamente, três funções:

1. Ideacional: através dos textos os aspectos do mundo, de modo histórico, social e cultural são representados;
2. Interpessoal: quando os articulam relações sociais entre os participantes de um evento, assim como as atitudes, crenças e valores desses participantes;
3. Textual: através da linguagem e das mensagens coesas e coerentes, ligadas aos seus contextos situacionais capazes de ser compreendidos pelos participantes do evento discursivo.

Segundo Fairclough, a ACD deve realizar um trabalho inter, multi, transdisciplinar, tendo por objetivo a compreensão do modo como a linguagem funciona. Tal análise busca uma teoria de linguagem (que pode ser a LSF) que incorpore a dimensão do poder como condição capital da vida social. Leva-se em consideração, em vista disso, que a ACD pode estar presente na manifestação da linguagem, na constituição e na transmissão do conhecimento, na organização das instituições sociais e no exercício do poder. Para Fairclough, portanto, a ACD se interessa pela utilização das formas linguísticas em diversas expressões de manipulação do poder.

Fairclough pretende fazer uso da análise do discurso como instrumento político contra a injustiça social. Não o faz apenas como procedimento epistemológico sobre a língua. Para ele, o discurso deve ser visto como um meio para a ação que poderá ser praticada para alterar a situação dos indivíduos no mundo. Esta seria, para Fairclough, a melhor forma de os analistas da ACD conduzirem pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contraideologia, o que se constituiria em prática de resistência à opressão social.

O foco da ACD, enquanto ciência crítica, segundo Ramalho (2008), concordando com Fairclough, seria constituído pelos efeitos ideológicos que os eventos discursivos (ou textos, em sentido mais amplo) exercem sobre as formas de relacionamento social, sobre os sistemas de valores, crenças e atitudes. A ACD investiga como o discurso e os sentidos textuais atuam “a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder [na sociedade]” (RAMALHO, 2008, p. 45).

Como abordagem inter/transdisciplinar a ACD rompe barreiras epistemológicas de diversas áreas das ciências sociais, fazendo uso de teorias delas advindas para dar suporte a

uma abordagem sociodiscursiva, ao mesmo tempo em que oferece um viés discursivo a suas investigações. Para a referida pesquisadora da UnB, a ACD constitui “uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social” (RAMALHO, 2008, p. 44).

Ressalte-se, neste ponto da exposição, que o termo “transdisciplinar” aparece na literatura teórica da ACD.

2.2.3 Da inter/transdisciplinaridade: Edgar Morin

Para marcar a característica principal deste estudo, ou seja, uma análise crítica do discurso, numa abordagem inter/transdisciplinar da carta-testamento de Getúlio Vargas, deu-se atenção à contribuição do filósofo Edgar Morin, teórico do pensamento complexo, do epistemólogo Hilton Japiassu, além de reflexões fundamentadas nas teorias de Halliday, Wodak, Fairclough e Teun A. van Dijk.

Edgard Morin e Hilton Japiassu enfatizam que as ciências se deparam com zonas de incertezas, dúvidas e interrogações. A ACD pode e deve fazer uso do diálogo entre as áreas do conhecimento para que suas críticas e interpretações de textos sejam contextualizadoras, e conduzam, tanto quanto possível, à aproximação de certezas.

Os estudiosos da ACD sinalizam a necessidade de centrar foco no ponto de vista discursivo, e na relação social dinâmica entre eles. As relações sociais evoluem em consequência da interação verbal, base da linguagem, e esse processo de evolução pode se refletir nos textos. Portanto, para a ACD devem ser avaliados o contexto social do texto, o momento histórico da elaboração do texto, o objetivo da interação, assim como o aspecto linguístico do discurso. A abordagem inter/transdisciplinar que caracteriza o presente estudo é uma tarefa que deve avançar por meio do estudo de situações complexas, vistas por vários ângulos, e que exigem o desenvolvimento de uma prática reflexiva.

Mais um destaque sobre o interesse inter/transdisciplinar que os pesquisadores de ACD têm de mostrar como as práticas linguístico-discursivas se infiltram nas estruturas sociopolíticas, do poder e da dominação:

Como nota Kress [...] “os praticantes da ACD têm [...] o objectivo político [...] de questionar as formas dos textos, os processos de produção desses textos e os processos de leitura, juntamente com as estruturas de poder que

deram azo a esses textos”. Deste modo, “ao desnaturalizar” as práticas discursivas [...] os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas imbricam nas estruturas (...) sociopolíticas, do poder e da dominação (PEDRO, 1997, p. 23-24).

A partir deste ponto, o pesquisador enfoca as relações da epistemologia de Edgar Morin com a ACD, visto que o presente estudo tem como base, justamente, uma abordagem inter/transdisciplinar.

Para Edgar Morin, quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é a sua capacidade de tratar de problemas especiais. A compreensão dos dados particulares necessita da ativação da inteligência geral, que opera e organiza conhecimentos de conjunto em cada caso particular. O conhecimento fragmentado impede frequentemente de operar-se o vínculo entre as partes e a totalidade. Segundo Morin, ele deve ser substituído por um modo de produção do conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. É preciso, segundo Morin, usar métodos que permitam estabelecer as relações e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo.

A inter/transdisciplinaridade deve ser entendida, segundo Morin, como uma atitude, um trabalho de perseverança e coragem que resulta em sínteses imaginativas. Não basta pôr em estudo os ensinamentos da Sociologia, da História, da Ciência Política ou da Linguística. Cabe assinalar que a atitude dos analistas críticos do discurso, que seguem esta abordagem, faz toda a diferença quando se dedicam à pesquisa científica.

Atualmente, com o desenvolvimento de pesquisas baseadas no pensamento complexo de Edgar Morin, valorizando-se a inter/transdisciplinaridade, instaura-se um rico, profundo e fértil diálogo entre as ciências naturais, humanas e a filosofia. Morin explica que o conhecimento fragmentado impede o pesquisador de compreender a complexidade existente no conhecimento.

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto (MORIN, 2001, p. 14).

O conhecimento que nasce da abordagem inter/transdisciplinar deve ser, portanto, contextualizado. É uma possibilidade epistemológica que pressupõe o entendimento da

complexidade das relações humanas em todos os níveis: social, econômico, político, cultural, afetivo e intelectual.

Nesse sentido, Morin enfoca criticamente a problemática do conhecimento na esfera multidimensional em que se vive, composta por questões econômicas, psicológicas, sociológicas, mitológicas, biológicas e físicas, estudadas em diferentes áreas:

A organização do conhecimento em disciplinas seria útil se as disciplinas não estivessem fechadas sobre si mesmas, compartimentadas umas em relação às outras [...]. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas torna-nos cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto [...] Não seríamos seres humanos, indivíduos humanos, se não tivéssemos crescido num ambiente cultural onde aprendemos a falar e não seríamos seres vivos se não nos alimentássemos de alimentos provenientes do meio natural (MORIN, 1996, p. 8).

Não é possível, assim, compreender plenamente o ser humano a partir apenas do conhecimento das partes. Segundo Morin, por meio do pensamento complexo (contextualizado, interligado em teias do saber, em um emaranhado de valores, atividades, concepções, hábitos individuais e grupais), pode-se melhor compreender os problemas da realidade.

Edgar Morin (2001) explica que o ser humano é singular e múltiplo, que todo ser humano traz em si o cosmo. Traz em si multiplicidades interiores, uma poliexistência no real e no imaginário. O ser humano, diz ele, é complexo e traz em si caracteres antagônicos: *sapiens* e *demens*, *faber* e *ludens*, *empiricus* e *imaginarius*, *economicus* e *consumans*, *prosaicus* e *poeticus*. A condição humana, segundo Morin, deveria ser, portanto, o objeto essencial de toda pesquisa, já que o ser humano é a um só tempo biológico, psíquico, cultural, social, histórico.

Para esse autor, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles. O “grande paradigma do Ocidente”, o paradigma cartesiano (sujeito/objeto, qualidade/quantidade, causalidade/finalidade, sentimento/razão, liberdade/determinismo, existência/essência) acaba separando a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, e a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Para articular e organizar os conhecimentos é necessária, para Morin, a reforma do pensamento. Esta reforma é paradigmática: ela é uma questão que aparece, por exemplo, nas análises de dominação e

poder, hegemonia e mudanças sociais, nos discursos proferidos pelos políticos e demais detentores do poder.

A abordagem inter/transdisciplinar que caracteriza o presente estudo e que tem como referencial teórico a ACD é uma tarefa que deve avançar por meio da análise de situações complexas, vistas por vários ângulos, e que exigem o desenvolvimento de uma prática reflexiva. Esta opção se justifica pelo fato de que os analistas críticos do discurso devem estar cada vez mais preparados para pensar, compreender, refletir e decidir, com base em uma visão ampla e abrangente da realidade. Por isso mesmo, optou-se por uma abordagem inter/transdisciplinar.

Cabe salientar, a propósito, que a tendência das escolas consideradas como as melhores do mundo (as do Bacharelado Internacional e as da Finlândia, por exemplo) procuram organizar seus conteúdos programáticos de forma inter/transdisciplinar. Tais experiências pedagógico-didáticas se apresentam em forma de perguntas, as quais visam despertar o interesse dos alunos para pesquisar, refletir, relacionar e levantar dados originários de várias fontes e áreas do saber, na busca de respostas às perguntas levantadas.

Monica Weinberg, na revista **VEJA**, relata o que aprendeu sobre a educação na Finlândia, país várias vezes colocado em primeiro lugar no *ranking* mundial de educação.

[...] de certa maneira, as inovações finlandesas são um reencontro com um passado glorioso. Na Atenas clássica, o ensino era baseado em desafios que demandavam várias áreas do saber para serem solucionados. O mentor respondia a uma pergunta com outra mais difícil, um problema levava ao seguinte, em um voo pela razão balizado pelo rigor da geometria e pela lógica. A realidade é multidisciplinar e requer diversos domínios para ser abarcada em toda a sua complexidade. Os gregos já sabiam disso. Os finlandeses estão provando que essa e outras abordagens do passado, embora esquecidas no tempo, nunca perderam o seu valor (WEINBERG, 2015, p. 87).

Elas estão ressurgindo, pode-se dizer, na abordagem inter/transdisciplinar adotada pelos exames vestibulares realizados na atualidade, assim como na elaboração pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dos Exames Nacionais do Ensino Médio (ENEM).

Ainda segundo a referida reportagem, no século passado, o filósofo e matemático inglês Alfred North Whitehead escreveu **The Aims of Education** (“Os objetivos da educação”), uma proposta de trabalho inter/transdisciplinar, um diálogo entre as disciplinas contra o academicismo e a compartimentação dos campos do saber. Ele preconizava ainda

que o trabalho deveria ser cooperativo. Em tal postura, de acordo com Monica Weinberg, encontra-se muito das ideias de adaptação das escolas da Finlândia à dinâmica do mundo atual e às exigências da economia globalizada, inter-relacionada e conectada.

É preciso lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam o ensino inter/transdisciplinar desde 1999, época da redefinição das novas políticas educacionais que deveriam substituir as tradicionais. Eles foram elaborados com base na Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 9394/96), que prescreve dever ser o ensino contextualizado e não fragmentado.

O método proposto por Edgar Morin é o de provocar e estimular a elaboração de estratégias de conhecimento nas diversas áreas do saber, não de forma fragmentada, nem linear. O ensino fragmentado, segundo ele, impede o aluno de compreender a complexidade existente no conhecimento. É uma possibilidade de aprendizagem que pressupõe o entendimento da complexidade das relações humanas.

Voltando à realidade dos analistas críticos do discurso, observa-se que a ligação entre as áreas do conhecimento social, político, histórico e linguístico da época em que o discurso ocorreu, otimiza o trabalho desenvolvido, viabiliza o pensamento complexo (contextualizador), podendo-se compreender melhor os problemas a serem analisados.

Finalizando, é importante destacar que o olhar inter/transdisciplinar deve estar sempre presente na ACD, estimulando a reflexão, a curiosidade e o questionamento, além do espírito crítico e criativo.

2.2.4 Hilton Japiassu: da inter/transdisciplinaridade na universidade

As reflexões do epistemólogo Hilton Japiassu são relevantes na medida em que questionam as fundamentações teórico-filosóficas das pesquisas nas universidades brasileiras. Ele recomenda que os pesquisadores tenham uma atitude inter/transdisciplinar.

Na maioria das universidades brasileiras, a prática inter/transdisciplinar é quase inexistente, tanto no campo do ensino quanto no campo da pesquisa. Tal abordagem encontra-se no ostracismo, segundo ele, por conta dos preconceitos científicos que ainda cultuam um tipo de epistemologia de dissociação e fatiamento do saber. Para Japiassu (1981), a departamentalização do conhecimento é sinal de inteligência repartida e desperdiçada.

Nas escolas e universidades brasileiras, tais “fatias” de saber são transmitidas, de modo geral, acriticamente, de forma isolada e não contextualizada.

A atitude inter/transdisciplinar se apresenta como um princípio novo de reorganização das disciplinas nas matrizes curriculares. Esta reformulação nas estruturas didáticas tem se desenvolvido a partir da divulgação das pesquisas de Morin, que reorganizou o ensino médio na França. No Brasil, os exames do ENEM e da FUVEST têm seguido uma linha inter/transdisciplinar, exigindo do aluno uma leitura crítica e reflexiva das questões propostas.

Pode-se dizer que a inter/transdisciplinaridade exige que as disciplinas aproximem-se e dialoguem, em um processo constante e desejável de interpenetração.

Seria imprescindível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre quais se fundam as diversas práticas científicas. Diríamos que o objetivo utópico do interdisciplinar é a unidade do saber. (JAPIASSU, 1981, p. 81).

A atitude inter/transdisciplinar deve estar presente na análise crítica da carta-testamento, no sentido de se renovar a abordagem, de se fazer ciência com base em um novo paradigma epistemológico.

Acredito que a filosofia *fala* através da epistemologia: quem duvida de que o saber científico corresponde a uma das formas privilegiadas da relação do homem com o mundo? A experiência científica não possui existência independente. Pelo contrário, ela se constitui como um aspecto da experiência humana global. Se a epistemologia faz uma leitura do devir do conhecimento científico, a filosofia opera uma segunda leitura (JAPIASSU, 1981, VII).

A inter/transdisciplinaridade, segundo Japiassu,

É algo que se vive. É fundamentalmente uma atitude de espírito. Atitude feita de curiosidade, de abertura, de sentido de aventura, de intuição das relações existentes entre as coisas que escapam à observação comum (JAPIASSU, 1981, p. 81).

Para os adeptos dessa postura, a ideia de maturidade intelectual ultrapassa à de ter uma cabeça feita de conhecimentos fatiados. Para Japiassu (1981) e Morin (2008), “cabeças bem-

feitas” podem-se formar pela abordagem inter/transdisciplinar, que implica a crítica e o questionamento na construção do saber.

O sistema clássico de ensino ou pesquisa pressupõe um esplêndido isolamento, institui um saber pasteurizado, saber que parece decretar a morte da curiosidade pelas coisas da vida. O sistema inter/transdisciplinar “apresenta a grande vantagem de superar as dicotomias universidade/sociedade; saber/realidade, ultrapassando o isolamento e a concorrência, e instaurando uma nova reestruturação de ensino das disciplinas científicas” (JAPIASSU, 1981, p. 82).

Não se pode imaginar que uma determinação administrativa ou uma lei educacional consigam mudar hábitos arraigados daqueles que utilizam apenas a análise linguística em seus estudos. Integrando novos conteúdos e conhecimentos, através do exercício de certas aptidões intelectuais, psicológicas e filosóficas, os analistas críticos podem ir muito além do discursivo.

A abordagem inter/transdisciplinar, na ACD, deve corresponder às seguintes expectativas:

1. criar uma nova inteligência crítica;
2. formar analistas diferenciados, contextualizadores, capazes de praticar ACD inter/disciplinarmente;
3. reformular as leituras de mundo.

Para concluir este subtítulo sobre a inter/transdisciplinaridade e a universidade, observa-se que é preciso instalar nas universidades a *pedagogia da incerteza*, que se opõe à da certeza, da qual, com medo de errar, correm os cientistas. Sabendo-se que o conhecimento nasce da dúvida e se alimenta da incerteza, é desejável poder questionar as formas de “dominação”, inclusive científica. O conhecimento do natural, quando separado do social, torna-se materialismo mecanicista. Por outro lado, o conhecimento social, quando separado do natural, converte-se em idealismo. O melhor para a ACD seria unir os dois tipos de conhecimento, trabalhar com novos fundamentos teóricos e exercitar um olhar inter/transdisciplinar, uma segunda leitura, conforme preconiza Japiassu (1981).

2.3 *Ethos* discursivo

Para complementar a fundamentação teórica deste trabalho, à luz da inter/transdisciplinaridade, incluiu-se um estudo sobre o *ethos* discursivo, tema que dialoga com a Análise Crítica do Discurso.

Sabe-se que todo discurso pressupõe uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo, de tal forma que se pode projetar uma maneira de dizer, e não se pode ignorar as consequências desta impressão nos que recebem a mensagem do discurso.

O discurso estabelece uma comunicação entre os participantes. É nesse fazer discursivo que uns e outros mostram suas posições e seus papéis sociais. A construção da imagem do enunciador é resultado dos processos inferenciais resgatados, e do contexto sociocultural do momento.

A construção do cenário de estudos sobre o *ethos* começa na Grécia. Entre os antigos gregos, o autorretrato discursivo, conhecido como *ethos*, caracteriza-se como “a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (AMOSSY, 2005, p. 10). São as palavras utilizadas na enunciação de um discurso que projetam o autorretrato no qual se revelam qualidades, uma representação daquilo que se julga ser. Modos de dizer deixam transparecer ao receptor do enunciado uma imagem daquele que enuncia.

Vale a pena esclarecer que, para Aristóteles, a noção de *ethos* está ligada à imagem que o orador cria e mostra no momento da enunciação, a fim de convencer o auditório, e não corresponde necessariamente à identidade dele. Em Roma, com Quintiliano e Cícero, outras perspectivas surgiram. O *ethos* veio a ser entendido como algo ligado aos atributos reais do orador, à sua moral, e não incidia na imagem discursiva por ele criada.

2.3.1 *Ethos* aristotélico

Aristóteles foi o responsável por sistematizar a arte de persuadir. Em sua **Arte Retórica**, o filósofo demonstra, categoricamente, conceitos e passos da arte de convencer pelo discurso.

A ideia de *ethos* na Retórica incluía características extradiscursivas e, como a essência da produção discursiva era a oralidade, e não o material escrito, os oradores faziam uso de

recursos físicos (roupas, mímicas e feições, entre outras artimanhas), de modo a construir uma autoimagem positiva.

A arte retórica propõe-se a diagnosticar situações de discurso para adequá-lo ao seu objetivo maior: convencer, gerar a persuasão.

Para Aristóteles, existem as provas dependentes e as provas independentes. Como o nome está dizendo, as dependentes são empregadas pelo orador: *ethos* – o caráter do orador; *pathos* – as paixões despertadas no ouvinte; *logos* – o próprio discurso. As provas independentes são as que não dependem do orador e estão relacionadas a testemunhas e confissões.

O *ethos* aristotélico, no processo retórico, não pode ser compreendido isoladamente do *pathos* e do *logos*, apesar de ser considerada a mais importante das provas. Nesta perspectiva, ele será o caráter do orador representado através do discurso, caráter que desempenhará um papel importante na persuasão. O papel representado pelo *ethos* não significa que ele espelhe o caráter verdadeiro do orador, mas reflete a imagem de si que o orador cria através do discurso.

Assim, o *ethos* está ligado à própria enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor. Para Aristóteles, para criar uma imagem positiva de si mesmo, o orador deve se valer de três qualidades: a prudência, a virtude e a benevolência.

Prudência

A prudência se caracteriza pela capacidade de bem deliberar, de calcular os meios necessários para atingir um fim, pois ela transmite a imagem de uma pessoa bem dotada de sabedoria, prática/prudência, e que tem o poder de deliberar bem sobre o que é bom e conveniente, não apenas sob um ângulo particular, mas também coletivo.

Virtude

Aristóteles distingue duas formas de virtudes: uma inata e da qual não se pode ter o mérito, porque exclui a capacidade racional do cálculo e da escolha, sendo fruto do bom nascimento e da boa educação; outra, que poderia ser considerada a verdadeira virtude, é resultante do hábito e do agir bem. Virtude é uma disposição de caráter relacionada a uma sabedoria prática, ao fazer o bem, quase uma consequência da prudência.

Benevolência

Para se conseguir o sentimento de benevolência de um auditório, parte importante da persuasão, é preciso que o orador tenha credibilidade e que apresente, com equilíbrio, a incorporação correta da tridimensionalidade do *pathos* (auditório): a expressão adequada do tema a ser trabalhado, do *ethos* do orador e do *ethos* do auditório. Como exemplo, pode-se mencionar que, em um júri, se alguém é vítima de injustiça, é preciso trazer aos jurados graus variáveis de cólera, piedade e indignação.

Vê-se, no mundo da retórica antiga, da retórica aristotélica, que o termo *ethos* recebia interpretações e empregos variados. Aristóteles, escrevendo sua **–Arte Retórica–** pretendia apresentar uma *techné* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tais e quais indivíduos. Para isso, é preciso inspirar confiança, condição de fé no que diz o orador.

2.3.2 *Ethos* na perspectiva da Análise Crítica do Discurso

Seguindo na construção do cenário, é preciso considerar o termo *ethos* no quadro da análise do discurso. Para Aristóteles, o *ethos* está no discurso, sendo constituído no momento da enunciação, sendo considerado como a construção de uma imagem de si que se destina a transmitir o sucesso da própria oratória.

Nos dias atuais, estudos revelam que o *ethos* encontra-se no sujeito construído no discurso, como uma imagem do autor, não o autor real, de carne e osso, pessoa física, mas um autor discursivo, construído pela integração entre o texto e o orador. É como uma dimensão enunciativa que se integra à identidade de uma ideologia discursiva, segundo Maingueneau (1997/2002).

O que era uma disciplina única – a retórica – divide-se atualmente em diferentes disciplinas teóricas e práticas, que têm interesses distintos e captam o *ethos* sob facetas diversas.

O *ethos* é distinto dos atributos “reais” do orador. Ele não age em primeiro plano, mas de maneira lateral. Está ligado ao ato de enunciação, mas não se pode desconsiderar o papel do público, pois este é que constrói o *ethos* do enunciador, até mesmo antes que ele fale. Deve-se diferenciar o *ethos discursivo* do *ethos pré-discursivo*. Existem tipos de discurso ou de circunstâncias para as quais não é preciso que o destinatário disponha de representações

prévias do *ethos* do locutor: isto acontece quando, por exemplo, se lê um texto de um autor desconhecido.

A noção de *ethos* remete a coisas muito diferentes, conforme seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário: o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. Por exemplo, um professor que queira passar a imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo.

O *ethos* é uma noção “discursiva”, porque ele se constrói através do discurso, não através da “imagem” do locutor, algo exterior à sua fala; é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro. Finalmente, é uma noção socio-discursiva, um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de conjunto socio-histórico.

2.3.3 O *ethos* dos discursos políticos

É importante aprofundar as reflexões sobre os discursos políticos, de modo a agregar cor, vida e nuances ao cenário construído neste capítulo. Para tanto, convém trabalhar com exemplos extraídos de periódicos atuais, visto que o contexto histórico dos discursos é fator preponderante na interpretação e análise crítica desses discursos.

Durante a última campanha presidencial, a revista **VEJA**, edição nº 2 394, de 8 de outubro de 2014, publicou artigo de Rinaldo Gama sobre retórica, intitulado “Retratos falados para os eleitores”, no qual o articulista explica como os candidatos Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves se desdobraram para construir uma imagem positiva a partir de seus discursos.

A retórica, para Rinaldo Gama, a arte de bem falar, ajuda o candidato a fazer de seu discurso um instrumento convincente, confiável, diante do eleitor. Aristóteles escreveu que o *ethos*, a imagem que o orador constrói de si mesmo, consistiria no primeiro dos elementos-chave para convencer uma plateia: é, por assim dizer, o caráter do orador. Outra variável seria o *pathos*: capacidade de levar o auditório a certa disposição de espírito (emoção). O terceiro aspecto seria o *logos*: domínio da razão, quando o orador se dispõe a demonstrar que o próprio discurso contém um raciocínio lógico e coerente.

Segundo Rinaldo Gama, com base no linguista francês Patrick Charaudeau, não há política sem discurso. Na verdade, a candidata Dilma Rousseff, reeleita em 26 de outubro, o

candidato Aécio Neves, que disputou a presidência no segundo turno com Dilma, e a candidata Marina Silva, a terceira mais votada, usaram do discurso, durante as respectivas campanhas, para construírem a imagem que os outros queriam lhes atribuir. O discurso político, infere-se, é o lugar onde todas as palavras podem ser interpretadas pelo que elas dizem e pelo que não dizem.

Dilma Rousseff:

Tem uma coisa em economia que se chama índices antecedentes e os índices que evidenciam como é que a situação atual. O que são os índices antecedentes, por exemplo? A quantidade de papelão que é comprada, a quantidade de energia elétrica consumida, a quantidade de carros que são vendidos. Todos esses índices indicam uma recuperação no segundo semestre, vis-a-vis ao primeiro (GAMA, 2014, p. 68).

Percebe-se o culto à sapiência e ao didatismo, mas, muitas vezes, falta clareza e concordância, com raciocínios tortuosos, que não se concluem. Os fatos e as estatísticas trazidas pela candidata pretendem demonstrar que ela tem o poder e sabe das coisas: seria a mais bem preparada para continuar no governo.

Marina Silva:

Tudo o que minha mãe tinha para oito filhos era um ovo e um pouco de farinha e sal com umas palhinhas de cebola picadas. (...) Eu me lembro de ter olhado para o meu pai e minha mãe e perguntado “Vocês não vão comer?”. E minha mãe respondeu: “Nós não estamos com fome”. E uma criança acreditou naquilo. Mas eu depois entendi que eles há mais de um dia não comiam ((GAMA, 2014, p. 69).

Percebe-se o uso da própria trajetória de vida como elemento capaz de emocionar a audiência ou a plateia e desconcertar os adversários. Esse arrebatamento emocional, passional, se dá pelo *pathos*. Marina subiu nas pesquisas realizadas pelos institutos de opinião pública, possivelmente pelo fator emocional, pelo apelo passional de seus discursos.

Aécio Neves:

Nós vamos ter uma política de fronteira e de controle de entrada de drogas diferente dessa que está aí. [...] Nós só estabeleceremos negociação,

parcerias e apoios a esses países quando eles começarem a atuar internamente, dentro das suas fronteiras, para coibir a produção de drogas (GAMA, 2014, p. 69).

Eis o esforço do candidato em passar a ideia de uma postura propositiva, clara e racional, evidenciando que só se chegará a certo ponto se cumpridas determinadas condições. Há nesse discurso um objetivo, os meios para atingi-lo e um raciocínio lógico permeando o discurso. Ele faz uso do *logos*, colocando-se como aquele que representa a razão.

Percebe-se que o *ethos* caminha em paralelo ao discurso, implicando uma experiência sensível do discurso, criando um laço afetivo com o destinatário. Ele resume uma fórmula antiga, expressa no triângulo da retórica, segundo o qual instrui-se pelos argumentos; comove-se pelas paixões; insinua-se pelas condutas (GAMA, 2014): os argumentos correspondem ao *logos*, característica do discurso de Aécio Neves; as “paixões” correspondem ao *pathos*, característica do discurso de Marina Silva; as “condutas”, ao *ethos*, característica do discurso de Dilma Rousseff. Pode-se, então, dizer que os argumentos são didaticamente apresentados para persuadir o destinatário.

Com base nos exemplos acima é possível reafirmar que o *ethos* liga-se ao orador pelas escolhas linguísticas feitas por ele, escolhas que revelam pistas acerca da imagem do próprio orador, durante o processo discursivo.

Pensando ainda sobre o *ethos* pré-discurso, é oportuno lembrar que ele diz respeito à imagem que o coenunciador constrói do enunciador, antes mesmo que ele pronuncie algo. Já o *ethos* discursivo engloba o *ethos* pronunciado, dito, e o *ethos* mostrado. O primeiro é criado através das referências diretas do enunciador, enquanto o *ethos* mostrado fica no domínio do não explícito, da imagem que não está diretamente representada no texto, mas é construída pelas pistas que o enunciador oferece ao coenunciador, no momento discursivo. Dessa maneira, interagem e se relacionam o *ethos* dito e o *ethos* mostrado, construindo o *ethos* discursivo. O *ethos* discursivo mais o *ethos* pré-discurso resultam no *ethos* efetivo.

Dessa perspectiva, Charaudeau (2005) diz que a partir do momento em que o *ethos* está relacionado às representações sociais, ele pode ligar-se aos indivíduos e a grupos – *ethos* coletivo, como o nome lembra, refere-se a um grupo, e *ethos* individual, referindo-se a um sujeito apenas. Por exemplo, poder-se-ia afirmar que os homens, em geral, são mais “discretos” e que as mulheres são mais “tagarelas”.

Para enfatizar a ideia de que o *ethos* do discurso toma forma ao ser pronunciado, (sendo ou não verdadeiro), é importante analisar alguns episódios da cena política brasileira, a

partir do discurso político tucano e petista, tendo em vista que o *corpus* deste estudo é a carta-testamento de Getúlio Vargas, um discurso político. Os trechos escolhidos para compor este capítulo permitem abordar um aspecto da ACD: os modos de dizer. O *ethos* se constitui na apresentação de si efetuada pelo locutor em seu discurso, fazendo uso de seu estilo, suas crenças, suas competências linguísticas e acadêmicas na relação que estabelece com seus dizeres.

O capítulo seguinte abordará o gênero discursivo *carta*, uma forma de interação social.

3 CARTA: GÊNERO DISCURSIVO

3.1 Introdução

Este pesquisador, por ter interesse em cartas como gênero discursivo, ao escrever o presente capítulo, focou a atenção nos livros que trazem cartas de artistas, intelectuais, personalidades históricas e escritores famosos, exemplo do diálogo entre diversas áreas do conhecimento, coerentemente com as ideias de Edgar Morin e Hilton Japiassu. Focou-a também no diálogo aberto com os leitores pela imprensa paulista: é o caso, por exemplo, da Carta ao Leitor da revista **VEJA**, e de cartas dos leitores para a mesma revista (2015), e do jornal **Folha de S. Paulo** (ANDRADE, 2013). O intuito foi o de trabalhar a ideia de intercomunicação das partes envolvidas no processo de leitura, interpretação e reação aos textos jornalísticos. Por essa trilha, que foi da literatura ao direito, passou pelas cartas que marcaram a história do Brasil, chegou-se a considerações específicas sobre a genericidade do termo carta-testamento.

Por conta de sua formação, o pesquisador procurou encontrar relações entre leituras que podem ser feitas a partir de um texto. Escolheu iniciar o processo com cartas escritas por personagens que marcaram a literatura, assim como a história, a política e a economia do Brasil. Estendeu o estudo de modo a incluir o subtítulo “Cartas na imprensa”, já que este é o mais antigo fórum para debate público existente desde o surgimento da imprensa de massa (ANDRADE, 2013).

Na atualidade, a seção de Cartas do Leitor, divulgadas em jornais e revistas de grande circulação, publica comentários sobre notícias, reportagens ou artigos referentes a temas da atualidade, podendo as cartas ser escritas de modo formal ou semiformal.

Há também que se considerar as Cartas ao Leitor, em suas facetas culturais, históricas e políticas, a propor interações entre o remetente e o destinatário, colaborando, desse modo, para a formação de cidadãos crítico-reflexivos. Essas cartas estimulam o debate sobre problemas locais, regionais e globais, levando os leitores a participar.

A primeira e mais antiga carta, entre nós, foi a de Pero Vaz de Caminha, relatando ao rei de Portugal o “achamento do Brasil”. A Carta aos Brasileiros, de Goffredo da Silva Telles Júnior, lida em 1977 aos acadêmicos de Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, pedia uma nova ordem constitucional e o fim da Ditadura Militar. Posteriormente, no contexto das eleições presidenciais de 2002, a carta de Luís Inácio Lula da Silva serviu para acalmar o

mercado financeiro: conhecida como Carta ao Povo Brasileiro, ela veio se juntar às que embasaram a reflexão histórica do pesquisador.

Influenciado pela Literatura, o pesquisador motivou-se pela leitura das cartas de Elizabeth Bishop – grande mestre na arte de escrever cartas. As cartas dela que se prestaram à reflexão inter/transdisciplinar foram escritas no Brasil, onde a escritora estadunidense viveu cerca de vinte anos, a maior parte com sua companheira Lota de Macedo Soares.

Escrever cartas, pode-se dizer, é um trabalho “literário” no sentido convencional: ao escrever uma carta não se deve desprezar o bom uso das palavras, das regras gramaticais e da cultura associada às expressões contidas na mensagem. A arte de escrever uma carta está em saber modelar o que queremos e gostaríamos de dizer. Faz-se literatura, frequentemente, sem se ter consciência disso. Os textos escritos por Elizabeth Bishop são considerados de alto valor literário e documentos autobiográficos preciosos, além de também revelarem o Brasil dos anos 50 aos 70 do século XX, vistos pelo olhar arguto e implacável de uma escritora sensível.

É interessante notar que, nas cartas, o que se escreve hoje chega sempre depois. O hoje da recepção e da leitura vem depois do hoje da escrita e do envio, que agora já é um ontem. Nas cartas amorosas, o fato de o conteúdo estar sempre defasado no tempo, traz a dúvida sobre a sua veracidade, além da angústia que as incertezas provocam. O leitor fica sabendo sobre o passado do enunciador, porém nada sabe sobre o seu presente.

A leitura de cartas proporciona, para além de um inestimável capital de recordações e de um documentário vivo da existência, valiosos elementos de estudo de história, política, sociologia e linguística.

Todas as ansiedades, todas as inquietações, todos os desenganos dos indivíduos, pulsam, latejam e vivem nas cartas que eles escrevem. As cartas são o espelho das almas e o reflexo das sociedades, porque, revelando o homem, denunciam os bastidores da complexa vida social (VIANA, 1940¹ *apud* SEARA, 2006).3.2 Cartas na Literatura mundial

¹ VIANA, Mário Gonçalves. **Os epistológrafos na literatura portuguesa**. Ensaio histórico-crítico. Porto: Editora Educação Nacional, 1940. p. 7

3.2.1 As cartas de Elizabeth Bishop

Elizabeth Bishop é considerada um dos maiores nomes da poesia norte-americana do século XX. Foi o Brasil, país onde a poeta morou cerca de vinte anos, o espaço em que foram escritas muitas de suas cartas, organizadas e publicadas no livro: **Uma arte: as cartas de Elizabeth Bishop**.

Do livro em questão, foram selecionadas citações das páginas 233 a 537, referentes principalmente aos anos passados por Bishop no Brasil. Da Fazenda Alcobaça, em Petrópolis, no dia 8 de janeiro de 1952, Elizabeth Bishop escreveu à doutora Anny Baumann, relatando o tratamento ao qual se submeteu por causa de uma reação alérgica ao caju. Na carta, a escritora fala do quanto de café se tomava no Brasil:

[...] Aqui servem café até nos ônibus de primeira classe – tem uma espécie de kitchenette ao lado do motorista, e enquanto o ônibus desce a serra um garoto de jaleco branco fica enchendo umas xícaras pequenas e servindo-as aos passageiros, junto com caixinhas de biscoito onde está escrito: “oferta” (BISHOP, 1995, p. 236-237).

Nesta mesma carta há menção ao fato de que, havia dez anos, Bishop não se sentia tão feliz como então. Veio ao Brasil passar férias, em 1952, e ficou quase 20 anos encantada pelo lado bom da terra e pelo amor da brasileira Lota de Macedo Soares.

O Brasil contraditório, descrito por Elizabeth Bishop, é injusto, mas democrático, atrasado e generoso, segundo escreveu o ensaísta Roberto Pompeu de Toledo, em “Uma atmosfera vaga e majestosa”, ensaio publicado na revista **VEJA**, em 15 de agosto de 2001.

Em sua correspondência com os amigos nos Estados Unidos, Bishop diz que o correio, no Brasil, funciona a passo de cágado, que uma carta de Petrópolis ao Rio de Janeiro demora de 8 a 15 dias para chegar. O Brasil é, para ela, uma bagunça. O Rio de Janeiro, uma cidade debilitante, relaxada, corrupta. E os brasileiros? Pessoas incapazes de lembrar seja lá do que for. Por exemplo, em que estação do ano se está. Segundo ela, ninguém sabe fazer nada direito. E o nível de beleza do povo é, para dizer o mínimo, um tanto baixo. Os pobres, com exceção de alguns negros, são, para ela, de uma feiúra apavorante.

O correio interno praticamente não anda (mandei à Pearl [Kazin] um cartão-postal de Petrópolis ao Rio e levou quinze dias – oitenta quilômetros). É

gostoso e relaxante estar num país onde ninguém sabe direito em que estação do ano estamos, que horas são – as pessoas discutem interminavelmente sobre o nome comum de um objeto comum como uma xícara de chá. Tenho a impressão de que isso faz bem, dá – como diz a Lota – “uma boa sacudida na gente” (BISHOP, 1995, p. 237).

Apesar de a poeta dizer que os brasileiros são feios, e os pobres apavorantes, no dia 9 de fevereiro de 1952, de Petrópolis, Bishop escreve a Ilse e Kit Karker (casal inglês, ele pintor, ela romancista) o seguinte:

Meu Deus – ontem foi meu aniversário e eu estou gostando cada vez mais dos brasileiros. Uns amigos de Lota vieram e me trouxeram um bolo grande (a casa fica na encosta de uma montanha a que só se tem acesso de jipe, que aqui eles pronunciam jeep – um Land Rover inglês, Kit vai gostar de saber). E depois uma vizinha que eu mal conheço – entre outras coisas, porque uma não fala a língua da outra – me deu de presente o sonho da minha vida – um tucano” (BISHOP, 1955, p. 239).

Bishop foi se deixando apaixonar pelo “calor humano” dos brasileiros, pela natureza exuberante e pela boa vida que levava, ao lado da amiga rica e bem posicionada na sociedade carioca. Aliás, quando Carlos Lacerda governou o Rio de Janeiro, deu mão forte aos projetos arquitetônicos de Lota, sua amiga, mandando construir o aterro e o belo parque do Flamengo, tão inovador.

Em 23 de fevereiro de 1958, ao escrever à amiga Marianne Moore, Bishop relata:

O Carnaval foi semana passada, e eu estava decidida a assistir as escolas de samba – grupos maravilhosos de dançarinos negros que desfilam e dançam a noite toda. [...] (O samba dura a noite inteira, normalmente, e sempre faz muito calor.). [...] As melhores escolas de samba são mesmo magníficas – centenas de negros cobertos de sedas e cetins – com baterias maravilhosas. Agora também é comum usar luzes elétricas nas fantasias, e botões luminosos na frente (BISHOP, 1995, p. 385).

Interessante, do ponto de vista histórico, o modo como foi narrada a construção de Brasília, em carta de 22 de maio de 1958, endereçada à sua médica, doutora Anny Baumann:

[...] Estão construindo uma nova capital, chamada Brasília, nos confins do interior. Os melhores arquitetos, toneladas de mármore de Carrara, um lago artificial, um conjunto completo de edifícios governamentais, etc. – num lugar onde antes não havia nem mesmo uma estrada. Amigos nossos que já estiveram lá dizem que no momento está tudo igualzinho às cidades do faroeste dos Estados Unidos. [...] pretendo fazer uma viagem a Brasília em breve – pode-se ir de avião – para ver se escrevo um artigo (BISHOP, 1995, p. 385).

Bishop escrevia muito sobre os brasileiros e suas emoções. Em carta à amiga Loren MacIver, escrita em 25 de janeiro de 1964, surpreende-se com a reação dos brasileiros por ocasião da morte do presidente norte-americano John Kennedy:

O Brasil ficou emocionadíssimo com a morte de Kennedy. Foi terrível, todo mundo chorando na rua. Ainda agora, quando os motoristas de táxi percebem que sou americana, viram para trás – ameaçando nossas vidas – e fazem pequenos discursos formais para mim (BISHOP, 1995, p. 467).

Sobre a “Revolução de 1964”, em outra carta à doutora Anny Baumann, Bishop escreveu:

O presidente Goulart foi longe demais. Um punhado de generais corajosos e os governadores dos três estados mais importantes juntaram forças, e depois de 48 horas de tensão tudo terminou. A Lota foi muito corajosa – ou então extremamente curiosa! As reações foram realmente populares, graças a Deus. A passeata anticomunista que já estava planejada acabou sendo a comemoração de vitória – mais de um milhão de pessoas debaixo de um aguaceiro. Foi tudo espontâneo, e não é possível que fossem todos reacionários direitistas ricos! O Carlos Lacerda está feliz, é claro (BISHOP, 1995, p. 468).

Para finalizar esta breve visão da escritora norte-americana sobre o Brasil, note-se que na página 518, em carta a Anny Baumann, amiga comum de Lota e Bishop, redigida em 2 de outubro de 1967, Bishop diz: “na verdade, passei os doze ou treze anos mais felizes da minha vida com Lota, no Brasil.”

3.2.2 As cartas do ator Sidney Poitier

Com o mesmo propósito de refletir sobre a relação das cartas com áreas diversas do conhecimento, como a história, a economia, a política, a psicologia, a geografia, a literatura e a arte dos países onde as cartas foram escritas, na abordagem inter/transdisciplinar acolhida neste estudo, passa-se a refletir sobre outra contribuição vinda dos Estados Unidos.

As cartas enviadas por Sidney Poitier à sua bisneta Ayele aparecem, aqui, representando a epistolografia norte-americana recente. Em 2005, a editora Harper Collins publicou o livro **Life Beyond Measure: Letters to my great-granddaughter** (Vida além da medida: cartas para minha bisneta), de leitura agradável em tom de conversa, estão repletas de conteúdo histórico familiar, romances da vida do autor, suas lutas, e seus valores éticos e morais. O objetivo de Poitier, ao escrever essas cartas, foi justamente o de transmitir ensinamentos à sua bisnetinha Ayele.

Ao escrevê-las, Poitier diz ter passado sua vida a limpo. Começa por falar sobre a infância, tão difícil, sobre a ida para Nova York, seus primeiros empregos, seus esforços para tornar-se ator e, também, sobre suas vitórias: recebeu no ano de 1963 o prêmio de melhor ator da *Academy Award*.

O livro divide-se em três partes, com o total de vinte e três cartas. Apenas a primeira vem datada, mas todas estão organizadas por temas. Na parte I, “Primeiros Passeios”, Poitier escolheu as cartas que se referem ao nascimento da bisneta, em 23 de dezembro de 2005, em Atlanta, Georgia. Segue percorrendo sobre a família Poitier, e relembra bons momentos da própria vida. Segue trecho extraído dessa primeira parte:

Darryl La Barrie, seu pai, será o novo técnico do time de basquete masculino da Universidade do Leste da Carolina do Norte. Você já deve ter percebido, nestas cartas, o quanto eu valorizo a família e a comunidade. E ainda mais, eu estou certo de que, na medida em que crescer, você descobrirá que não há falta de personalidades interessantes entre nossos parentes (POITIER, 2008, p. 43).

Na parte II, “Expedições”, Poitier reúne mais nove cartas com base em reflexões filosóficas, marcando, de forma sutil e bem-humorada, seus pontos de vista sobre a existência de Deus, a fé, o simples querer alguma coisa e o precisar realmente de alguma coisa, o amor,

o medo, o desespero, a coragem, a bravura e a covardia. Na citação abaixo, Poitier procura mostrar que valores fazem parte integrante e importante da vida:

Medo, dúvida, e desespero são forças bem reais. E não há nada que você possa fazer, exceto levantar-se para enfrentar tais situações. E se essas forças a empurrarem e a derrubarem, aprenda a se levantar. Você deve aprender com seus erros. E quando você conseguir se levantar, lutar e vencer, isso será motivo para se orgulhar de si mesma (POITIER, 2008, p. 139).

Na última parte do livro, concentram-se perguntas, respostas e mistérios. As oito últimas cartas tratam de mais ponderações filosóficas: a lógica, a razão, os amigos e os inimigos, o meio-ambiente, a fé e a morte. Quando Poitier escreve sobre sua mãe, chama a atenção da bisneta para a fé que alimentou essa senhora por longos anos sem notícias do filho.

Em cartas anteriores, você deve lembrar-se, eu lhe escrevi, Ayele, sobre a evidência das coisas não vistas – a fé em Deus – que manteve minha mãe esperançosa na angústia diante da possibilidade de ter perdido seu filho Sidney, de não receber notícias dele e, mesmo assim, acreditar que ele voltaria (POITIER, 2008, p. 251).

O livro de Sidney Poitier foi *best-seller* do **New York Times** em 2008. Quem leu as vinte e três cartas certamente aprendeu sobre a história de vida do ator, seus tropeços e vitórias, sua família, seus trabalhos, enfim, sobre os momentos importantes por ele selecionados, e perpetuados através das cartas a Ayele.

3.2.3 As cartas de Madame Sévigné

Segundo Glória Carneiro do Amaral, em seu ensaio “Sévigné em ação: sévignações”, publicado no livro **Prezado senhor, prezada senhora**, organizado por Walnice Nogueira Galvão e Nádia Batella Gotlib, as cartas escritas por Madame de Sévigné são a manifestação espontânea de um emissor que quer, sobretudo, comunicar-se com o outro, e o faz com deliberada espontaneidade. São conversas que se transformam em texto literário. Desde o começo, o gosto da marquesa pela escrita é evidente, pois ela alerta seu primo da seguinte forma:

Qualquer outra pessoa teria podido dizer a mesma coisa em menos palavras, mas você tem de aguentar os meus defeitos. [...] Garanto que a pena é a grande responsável pela infinidade de conversa fútil com que recheamos nossas cartas, quando começo, nunca sei onde vou parar, se a minha carta será longa ou curta. Escrevo o quanto agradar à minha pena, é ela quem manda (AMARAL, 2000, p. 22-23).

E qual seria a função prática de uma correspondência, a não ser a de comunicação? Para Madame de Sévigné escrever cartas à filha era uma forma de demonstrar seu grande amor por ela. Tais cartas são ternas e apaixonadas. “Madame de Sévigné e suas 1155 cartas imprimiram uma marca inconfundível na cultura literária francesa” (AMARAL, 2000, p. 19).

Suas **Cartas**, de um modo geral, foram vistas como a expressão de um mundo, a França do século XVII. Os manuais escolares franceses utilizam várias delas para apresentar acontecimentos do reinado do Luís XIV, o que contribuiu para promover a imagem de Sévigné como a de repórter de seu tempo. Por exemplo, disse ela em carta: “Não acredite, minha cara, que a morte do senhor de Turenne tenha passado tão rápido quanto as outras notícias; todos os dias fala-se nisso e ainda se chora” (AMARAL, 2000, p. 28). E, realmente, a morte do marechal consternou a França, a população de todo o país foi tomada pela paralisação que causa a morte de um mito em evidência, ceifado, literalmente, no auge de sua trajetória. Outros momentos relatados: o processo de Fouquet; o casamento da filha do rei; e a prisão de Lauzun.

Torna-se expressa a vontade de se comunicar com a filha, Françoise-Marguerite, casada com Monsieur de Grignan que, ao ser nomeado para um cargo na Provença, transferiu-se para lá com a esposa e a separou de sua mãe, Sévigné, que ficou em Paris.

As relações familiares descritas nas cartas poderiam servir de material para uma análise psicológica. A relação de Sévigné com a filha era patológica, cercada de excessivo amor e vontade de exibir tal sentimento. Isso talvez a tenha impedido de amar a neta Pauline. Por outro lado, a relação de Sévigné com o filho Charles era de quase indiferença; ele escrevia maluquices, obscenidades e dizia que adorava a mãe, mas que também queria estrangulá-la.

Dentro de uma abordagem inter/transdisciplinar, as cartas de Madame de Sevigné são ricas em conteúdo para o estudo de historiadores, críticos literários, psicólogos e cientistas políticos. Ela comoveu milhares de leitores com as narrativas de sentimentos, humores, descrições de ambientes, paisagens e também da morte.

Jean Cordelier, crítico literário, considera a obra epistolar de Sevigné essencialmente literária; acha até que deve ser lida como um romance. Para ele, trata-se de uma produção

literária tão consciente e acabada quanto as fábulas de La Fontaine, as tragédias de Racine ou a **Princesa de Clèves**. Sévigné foi uma escritora romântica, uma autora que se caracterizou também pelo irreverente senso de humor (AMARAL, 2000).

3.3 As cartas na História do Brasil

3.3.1 O acervo de José Mindlin

No presente estudo, papel de destaque deve ser dado à contribuição do bibliófilo José Mindlin no ensaio “Cartas, para que vos quero?”. Reflexões interessantes compõem esse ensaio que enriquece a obra de Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib, **Prezado senhor, Prezada senhora**.

No Brasil, segundo Mindlin, durante séculos (a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha), as cartas tiveram um papel importante no campo da comunicação, tanto para correspondentes distantes, como para os próximos.

Tenho uma boa experiência pessoal sobre a utilidade das cartas, no meu relacionamento com Carlos Drummond de Andrade. [...] Poderia ir longe na transcrição de trechos de outras cartas que dariam uma boa ideia do “jeito” do Drummond (MINDLIN, 2000, p. 35-36).

Percebe-se nesta citação que, através dos estudos epistolográficos, podem-se analisar aspectos vários do estilo literário, além de se abstraírem dados históricos, políticos, culturais, e da personalidade de um autor.

Segundo Mindlin, há cartas curiosas em seu acervo. Exemplificando, a carta escrita pelo embaixador inglês na Argentina, H. S. Fox, quando de passagem pelo Brasil, dirigida a Lord Stuart, escrita em 1831, narrando os acontecimentos no Rio de Janeiro, depois da abdicação de dom Pedro I. Diz o embaixador que previa a fragmentação do Brasil em inúmeras repúblicas menores, visto que não havia o reconhecimento da independência, por parte do povo. Seus comentários sobre o comportamento de Dom Pedro I, a bordo do navio inglês Warspite, aqui se seguem:

Almocei ontem e hoje com ele e toda a ex-corte, a bordo do Warspite, e foi extremamente divertido. Ele passa o tempo a bordo esperneando no convés como um maníaco, xingando e amaldiçoando aos olhos de todo mundo, e clamando a vingança de Deus sobre os brasileiros – no momento seguinte está jogando amarelinha com os marinheiros, e comendo e bebendo como um ogro, perfeitamente feliz enquanto o almoço lhe é servido. É uma cabeça de gordura, sujeira e feiúra. A marquesa de Soulé parece agradar com prazer a companhia de muitos oficiais da Marinha com quem vai passar dois meses a bordo no navio. A imperatriz é a única pessoa do grupo que desperta interesse, e é, aliás, bonita (MINDLIN, 2000, p. 387).

Além de cartas curiosas, há no acervo de Mindlin cartas que marcaram época na vida cultural brasileira. Segundo ele, Villa-Lobos, ao chegar pela primeira vez em Paris, no ano de 1923, escreve o seguinte ao amigo Yan de Almeida Prado, o que ilustra a afirmação:

Paris é Paris. Move-se continuamente. A vida exorta a conquista e a conquista surda e cega se ampara na novidade. É uma luta terrível que subjuga a sinceridade e os dons cultivados a favor do homem que substitui todas as coisas pelo cérebro, como se a própria arte não fosse uma interpretação e sim uma ação física material. [...] Noto com a minha nervosa calma de observador, um círculo vicioso, [...] são inimigos uns dos outros, e cada qual acha que sua arte e opinião é uma sentença definitiva. Quanto a mim, vejo-os do quinto andar da minha modesta morada intelectual de Paris, como se visse um desordenado cordão carnavalesco atravessando fanaticamente a nossa pequenina Avenida Central. Tranquilamente vou-os deixando passar (MINDLIN, 2000, p. 39).

Refletindo sobre os exemplos contidos no ensaio de José Mindlin, pode-se dizer que, pelo volume de cartas escritas por artistas, intelectuais, expoentes da história e da literatura, seria de se esperar que fosse bem maior do que é o número de estudos epistolográficos.

O pesquisador considera importante, cabe reiterar, que análises e reflexões sobre cartas sejam enriquecidas por uma abordagem inter/transdisciplinar.

Nesse sentido, lançar-se-á, agora, um olhar para a carta escrita a Dom Manuel pelo escrivão Pero Vaz de Caminha.

3.3.2 Carta do “Achamento do Brasil”

A primeira carta escrita no Brasil foi a de Pero Vaz de Caminha, em Porto Seguro, entre 26 de abril e 2 de maio de 1500, com o objetivo de informar Dom Manuel, rei de

Portugal, sobre o “achamento”. Pedro Álvares Cabral encarregou Caminha da tarefa de escrever ao rei. No dia 2 de maio de 1500, o navio de Gaspar de Lemos foi despachado por Cabral para Lisboa, ao fim da estadia no Brasil, terra recém-descoberta. A armada seguiu para a Índia, em busca de especiarias. A carta chegou às mãos de Dom Manuel, que a passou à secretaria de Estado como documento secreto, pois queria evitar que chegasse ao conhecimento dos espanhóis a notícia do “achamento” do Brasil.

Anos depois, o documento foi enviado para o Arquivo Nacional, localizado na Torre do Tombo, em Lisboa, com suas vinte e sete páginas de papel manuscrito, de 29,6 cm × 29,9 cm, onde repousou esquecido por mais de duzentos anos.

O documento voltou ao Brasil somente em 1773, quando o diretor do Arquivo, José Seabra da Silva, mandou fazer uma cópia da Carta do Achamento. Seabra tinha ligações familiares com o Brasil. Supõe-se que, por meio dele, a Carta de Caminha tenha chegado ao Brasil. Essa cópia foi encontrada no Arquivo da Marinha Real do Rio de Janeiro pelo padre Manuel Aires do Casal, que a imprimiu em 1817, tornando-a pública pela primeira vez. O documento passou a ter grande importância para a História do Brasil com a Proclamação da Independência, em 1822.

Com o desenvolvimento dos estudos históricos, no século XIX, reconheceu-se o valor da Carta de Pero Vaz de Caminha, manuscrito que representou o primeiro registro da existência da nova terra chamada Brasil.

3.3.2.1 À luz da análise linguística

O português falado no início do século XVI era bem diferente do que hoje se fala. Alteraram-se os sons e os significados de algumas palavras, outras caíram em desuso, e neologismos passaram a fazer parte do idioma. A palavra “achamento” aparece substituída por “descobrimento” nos dias atuais. Cabe, como exemplo, transcrever um trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha:

Posto que o capitam moor, desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam a vossa alteza a noua do achamento desta vossa terra noua que se ora nesta nauegaçam achou, nom leixarey também de dar disso minha comta a vossa alteza asy como eu milhar poder aimda que pêra o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer (CASTRO, 1985, p. 39).

Neste trecho vê-se a ação do tempo sobre a língua, e o dinamismo de seu uso.

O texto, em forma de diário, é rico e envolvente, mas, como o português de Caminha é muito diferente do atual, não se pode ter certeza do significado de algumas palavras. Outras tiveram o seu uso perdido no tempo, não têm mais significação. Encontram-se na carta expressões cuja interpretação depende dos estudiosos. Contudo, pode-se traduzir o sentido geral da mensagem enviada ao rei: a intenção era a de informá-lo sobre o descobrimento e descrever o que havia aqui para ser visto. O texto é claro e objetivo, como deve ser a redação de um relatório.

Na função de escrivão, Caminha foi além de um relator dos acontecimentos. Ele se revelou não apenas um burocrata; usou de uma linguagem até humorística, fez trocadilhos e brincadeiras ao comparar o corpo das índias com o das mulheres portuguesas.

Há uma dimensão bastante humana no relato de Caminha, haja vista a grande riqueza de detalhes e as impressões do autor sobre aquilo que via. Caminha fala sobre as ações dos índios, dos europeus e interpreta as reações e atitudes que cada grupo tem em relação ao outro. Chega até a perceber e relatar as emoções que o contato causava às duas partes.

Ao ler e reler a carta de Caminha, o leitor pode se situar no momento em que os portugueses e índios se conheceram e entraram em contato em Cabralia, perto da atual cidade turística de Porto Seguro, no litoral da Bahia.

Existe um duplo valor na carta de Caminha. Em primeiro lugar, o da importância de ser o documento que registra o descobrimento do Brasil e da entrada deste na história universal. Em segundo lugar, a comprovação de que a história também se faz através do relato de fatos protagonizados por pessoas simples e sem intenções de grandes heroísmos ou de mudarem o curso dos acontecimentos.

Caminha deu seu testemunho sobre uma das bases do futuro povo brasileiro, ao escrever sobre os tupiniquins, com os quais o Capitão-mor Pedro Álvares Cabral se deparou em Porto Seguro. Ele fala também das belezas da terra.

Segundo Castro (1985), a sinceridade é o elemento que norteia os relatos de Caminha. Seus contatos com a nova gente e com a terra descoberta revelam não somente a relação com o Novo Mundo: ele dá importantes informações sobre a cultura portuguesa em contato com o maravilhoso. A carta se apoia na observação meticulosa das coisas. Caminha é um produto de sua cultura e dos valores do seu tempo.

As características estilísticas da grande “literatura de viagem” portuguesa revela atenção pelos detalhes, valorização da realidade, adesão ao fato objetivo do descobrimento e

do Novo Mundo, sinceridade e simplicidade do processo narrativo, equilíbrio dos conceitos críticos, apontando também para a moderna cultura humanista de Portugal (CASTRO, 1985).

A descrição do Brasil pelo escrivão Caminha cria um roteiro de magia para a terra descoberta pelos portugueses. As palavras da Carta revelam como que o futuro da realidade brasileira, uma tomada de consciência por meio da palavra. Através da palavra escrita, a notícia de hoje torna-se o fato histórico de amanhã!

3.3.3 Carta aos brasileiros

3.3.3.1 Contexto político

Nos porões do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) de São Paulo, Vladimir Herzog foi morto, em outubro de 1975. A missa de sétimo dia foi celebrada na Catedral Metropolitana da Praça da Sé, pelo Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, assistido por um rabino e um pastor protestante. Uma multidão superlotou o recinto, comprimindo-se nas escadarias. A missa foi sucedida por emocionante manifestação de protesto contra a ditadura militar. O povo estava revoltadíssimo e essa morte causou grande comoção.

A Ordem dos Advogados do Brasil manifestou sua revolta contra a tortura e as mortes por assassinatos nas prisões. O Centro Acadêmico XI de Agosto improvisou um comício e seus oradores vituperaram os horrores do regime. Sabia-se que Alexandre Vannucchi, aluno da USP, preso em 1973, também havia sido morto, sob tortura, fato ocultado pelo Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna. Sua mãe, Maria Eugenia, esteve presente à missa de Vladimir Herzog e isso deu ainda mais força aos protestos.

Quatro meses depois do assassinato de Vladimir Herzog, e da grande manifestação popular na Praça da Sé, Manuel Fiel Filho, operário metalúrgico, foi morto, também sob tortura, nas mesmas dependências do Doi-Codi. Trabalhadores de todo o Brasil foram para as ruas e praças. Em virtude desses dois casos, cessaram as torturas, mas arbitrariedades de toda ordem e violações dos direitos humanos continuaram a ocorrer.

Em São Paulo, truculências da polícia do coronel Erasmo Dias, contra Centros Acadêmicos estudantis, com espancamentos, agressões graves, prisões, marcaram o ano de 1977. No dia 1º de abril, treze anos após o Golpe Militar, o General Geisel, presidente da

República, decretou o recesso do Congresso Nacional. Os estudantes do Largo de São Francisco, no mesmo dia, estenderam uma enorme tarja negra na frente da Escola, e também manifestaram seu luto hasteando a bandeira brasileira a meio-pau. Era o luto pelo fechamento do Congresso Nacional. Em 28 de abril, os estudantes “enterraram” a Constituição da ditadura. Dia 15 de junho foi o “Dia Nacional de Luto”. Em 30 de junho, a Congregação dos Professores da Faculdade de Direito da USP se reuniu para debater a legalidade e o mérito do conjunto de decretos autocráticos do ditador militar, no assim chamado “Pacote de Abril”.

O Brasil, como se sabe, enfrentou 21 anos de ditadura, ao longo dos quais a democracia era apenas um sonho a ser atingido. Em 1977, no mês de abril, o então presidente Ernesto Geisel baixou um decreto fechando o Congresso. As reformas por ele propostas para o Judiciário não tinham sido aprovadas pelo Congresso: então foi preciso fechá-lo, para que o Pacote pudesse ser imposto.

O desconforto causado pelo autoritarismo do presidente Geisel fez com que o professor da disciplina Introdução ao Estudo do Direito, Goffredo da Silva Telles Júnior, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 8 de agosto de 1977, no pátio das Arcadas, lesse a Carta aos Brasileiros, que passou para a história como sendo uma Proclamação de Princípios de convicções políticas.

Apesar da conjuntura política, os ideais expressos na Carta exporiam o pensamento comum dos professores, alunos e ex-alunos da tradicional Faculdade de Direito, e de outras grandes Faculdades de Direito do Brasil, no que diz respeito às convicções democráticas.

Aproveitando a comemoração do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil, essa Carta veio dar testemunho, para as gerações futuras, de que a voz dos operadores do direito trazia uma mensagem de luta contra a opressão de todas as ditaduras, de respeito aos direitos humanos e de defesa dos ideais do estado de direito. Nela há o desejo de que a geração mais jovem (a dos ouvintes) desse continuidade às lutas já travadas em todo o país, em busca da restituição da democracia ao Brasil.

3.3.3.2 À luz da ACD

A Carta aos Brasileiros, lida pelo professor Goffredo, utiliza verbos na primeira pessoa do plural. Isso induz à percepção de que as reflexões e os sentimentos nela expressos soam como a voz de todos os brasileiros. Exemplos: queremos, deixemos, partimos, distinguimos,

observamos, afirmamos, sustentamos, negamos, proclamamos, aprendemos, estamos convictos etc.

A organização lógica do texto foi dividida nas seguintes partes:

- O Legal e o Legítimo: toda lei é legal, obviamente. Mas nem toda lei é *legítima*. Sustenta-se que só é *legítima* a lei provinda de *fonte legítima*.
- A Ordem, o Poder e a Força: a fonte genuína da ordem não é a Força, mas o Poder. O Poder não da força, mas da persuasão.
- A Soberania da Constituição: a *Lei Magna* do país não se submete a nenhuma outra lei superior a ela, e se houvesse não seria legítima. A fonte legítima da Constituição é o Povo.
- O Poder Constituinte: só o Povo, por meio de seus Representantes, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, ou por meio de uma Revolução vitoriosa, tem competência para substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isto seja necessário. Ilegítimas são todas as Constituições outorgadas por autoridade que não seja a Assembleia Constituinte, com a única exceção daquela que é imediatamente imposta por meio de uma Revolução vitoriosa.
- O Estado de Direito e o Estado de Fato: o Estado legítimo é o *Estado de Direito*, e o Estado de Direito é o *Estado Constitucional*. Estados não constitucionais são os Estados cujo Poder Executivo usurpa o Poder Constituinte. Os Estados de Fato não existem, e a consciência jurídica não cessa de clamar por ideais de Liberdade e de Justiça.
- A Sociedade Civil e o Governo: há ilegitimidade em todo sistema político com fendas ou abismos entre a Sociedade Civil e o Governo. Ditadura é o regime em que o governo está separado da sociedade civil. Castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar.
- Os valores Soberanos do Homem, dentro do Estado de Direito: a *evolução do homem* é a evolução de sua consciência; e a evolução da consciência é a evolução da cultura. Quanto mais evoluído seja um Estado, mais garantidos serão os direitos dos seus cidadãos. Constituição, povo e ordem jurídica.
- A frase final da Carta aos Brasileiros é: “A consciência jurídica do Brasil quer uma cousa só: O Estado de direito, já” (TELLES, s/d).

3.3.4 Carta ao povo brasileiro

3.3.4.1 Contexto político

Cada documento tem a sua história, e apresenta elementos discursivos disponíveis na memória política e social do Brasil. Antes de focar na análise crítica da “Carta ao Povo Brasileiro”, é preciso recorrer, sucintamente, à história do Partido dos Trabalhadores (PT) e da política brasileira nas últimas três décadas.

O PT surgiu em meio à decadência do governo militar nos anos finais de década de 1970 e início da década de 1980. O movimento de fundação do partido abrangia operários, sindicalistas, líderes civis, políticos egressos da esquerda legal ou ilegal, intelectuais, acadêmicos e estudantes.

No “Manifesto Pró-PT”, de 1980, observa-se que o partido nasce com um discurso que associa a democracia diretamente à organização da sociedade civil para lutar pela emancipação das massas populares. A luta era pelos “oprimidos”.

No 7º Encontro Nacional do PT, realizado em 1990, foi aprovado um documento intitulado “O Socialismo Petista”, pregando um modelo de democracia radical, socialista e anticapitalista.

O PT era um partido revolucionário de esquerda. Houve necessidade de se fazerem mudanças no discurso do partido, pois, em 2002, a vitória de Lula, na disputa pela Presidência da República, estava prestes a se concretizar. Do ponto de vista linguístico, as palavras “Classe” e “Trabalhadores”, no discurso petista, passaram a ser menos frequentes. Surgiram termos como “povo” e “eleitores”. A participação do PT no novo cenário político brasileiro exigiu um projeto, e foi na Carta ao Povo Brasileiro que o PT apresentou seu plano de governo, que acalmou os investidores e o mercado financeiro do país.

Assim posta, a “Carta ao Povo Brasileiro” tornou-se um marco na história do PT e da política brasileira por motivos diversos. Pela primeira vez na história do país um líder de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, chegava ao segundo turno das eleições presidenciais com probabilidade elevada de vencer. Declarações do governo, do PSDB, e a agitação dos investidores ameaçavam causar uma baixa traumatizante no mercado financeiro, caso a vitória de Lula viesse a ocorrer. Então, a “Carta ao Povo Brasileiro”, assinada em 22 de junho de 2002, veio a se constituir, por assim dizer, no primeiro “ato do governo” do futuro Presidente Lula.

Na Carta, o PT e seus parceiros assumem a necessidade de acalmar o mercado financeiro, que estava retraído e sem informações sobre o futuro da economia brasileira, caso o candidato do PT fosse eleito. A Carta continha um forte teor crítico às políticas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, além de promessas de mudanças e tomada de medidas contra problemas como a inflação e o baixo poder aquisitivo do salário mínimo. O signatário fazia uso da primeira pessoa do plural, fato importante para que fosse visto como parte do povo e que ao lado deste se colocava.

Para o presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu de Oliveira e Silva, esta Carta era o programa de governo de Lula, conforme declarou em entrevista à **Folha de S. Paulo**, de 27 de outubro de 2002. O Partido dos Trabalhadores, numa fase de transição, teria que nomear uma equipe econômica de competência, o que ajudaria o Brasil a retomar o seu crescimento. Este compromisso acalmou, de fato, o mercado financeiro.

Na Carta, o signatário comprometia-se a chamar o povo para um diálogo nacional, a fim de discutir a autonomia do Banco Central, o controle da inflação, o aumento do salário mínimo e o pleito dos sem-terra.

Lula e o PT levaram a esquerda ao poder em 2002, após 22 anos de existência do partido, três derrotas e oito anos de oposição quase sistemática ao governo de Fernando Henrique Cardoso, com críticas ao modelo econômico desse governo e a seu legado na área social.

Cientistas políticos atribuem grande valor à “Carta ao Povo Brasileiro”, cuja mensagem foi preparada para atingir objetivos políticos e conquistar votos através de seu “programa de governo”.

O trecho abaixo exemplifica os pontos da Carta mais importantes:

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. [...] Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] O novo modelo será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. [...] Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país (SILVA, s/d).

Com a afirmação de que a transição seria feita naturalmente através do respeito aos contratos e obrigações, a Carta foi um tranquilizante para os investidores. Os contratos seriam honrados e o país direcionaria sua política econômica para o desenvolvimento sustentável.

Para conquistar a simpatia do eleitor, na Carta Lula diz:

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de compra dos salários dos trabalhadores. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil para todos (SILVA, s/d).

Lula prometia também que iria ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle, tendo como objetivo, uma vez eleito, lutar pelo compromisso de fazer crescer a produção, o emprego e a justiça social.

Encerrando sua “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula convocou o povo a se unir a ele e, juntos, caminharem em busca de outro rumo para o país:

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis (SILVA, s/d).

A Carta tentava atrair simpatias, votos e alianças fora da base tradicional da esquerda e do PT. Foi um instrumento de campanha, que procurou superar o medo, que era instrumentalizado pela campanha do concorrente José Serra.

3.3.4.2 À luz da ACD

Observa-se que, embora as Cartas e Manifestos sejam recursos comuns e usuais no campo da esquerda, há tempos não eram amplamente utilizados como instrumentos de massa, especialmente nas campanhas eleitorais através da mídia. Assim, o surgimento da Carta Aberta constituiu uma forma de comunicação pessoal e intimista e estabeleceu um vínculo direto entre o candidato “signatário” e o eleitor, o povo.

O “povo” se caracteriza pela soma dos indivíduos, compreendidos como Mônadas, conforme a crítica marxista do discurso liberal. Nesse contexto, as bases partidárias do PT são

diluídas e os movimentos sociais ou as massas trabalhadoras são tidas como eleitores e não como sujeitos coletivos. Assim, minimizado ficou o papel do próprio PT, e dissolvido o antagonismo pregado em relação aos concorrentes.

O uso do termo “mudança”, a afirmação de que “o Brasil quer mudar” constituiu-se na estrutura central do texto. Começa por caracterizar um passado trágico do ponto de vista econômico, associado ao governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pela apresentação da esperança em busca da “superação histórica”. Termina pelo uso da palavra “esperança”, associada ao governo de Lula. Numa “lúcida e criteriosa transição”, a partir da qual um “novo modelo” traria “reformas” pela “competitividade internacional” e pelo “crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social”. Nessas bases foram definidos os planos do governo petista.

Com base nesta, nota-se a importância política de uma carta. O Brasil votou em Lula, em sua maioria, e o país passou a ser governado pelo líder do Partido dos Trabalhadores.

3.4 As cartas na imprensa

3.4.1 Cartas dos leitores

Quando se analisam as cartas dos leitores publicadas pela mídia, como, por exemplo, em jornais, revistas ou pela rede social (internet), vê-se que, do ponto de vista temático e de composição, as cartas, em geral, se apresentam de várias formas: carta de amor, de advertência, carta de pêsames, carta pública, carta comercial, carta do editor, carta do leitor, carta-circular, carta aberta, carta-convite, carta pedido, carta de aconselhamento, carta pessoal, carta de agradecimento e outras. (Destaca-se aqui a carta-testamento de Getúlio Vargas, *corpus* da presente pesquisa.)

O principal objetivo da carta ao leitor é o de promover a comunicação do remetente (o editor) com os destinatários (leitores e a equipe editorial do jornal ou da revista), com o sentido de opinar, agradecer, reclamar, elogiar, criticar, fazer um pedido, entre outros (ANDRADE, 2006).

A publicação de cartas na imprensa data do surgimento da imprensa de massa (ANDRADE, 2013). Nos jornais e revistas de grande circulação, há sempre um espaço destinado aos comentários dos leitores sobre as notícias, reportagens ou artigos publicados nesses veículos de comunicação. Essa seção demonstra a intenção de que a opinião e os

comentários de alguns leitores sejam compartilhados com outros leitores. Por razões de limitação de espaço, as cartas enviadas passam pelo crivo editorial, podendo ser parafraseadas.

Sem dúvida, a carta exhibe e põe em prática a dialética entre a realidade concreta do ato de enunciação; instaura-se a presença de um sujeito real e sua transformação em figura do discurso (enunciador), em um efeito de discurso que se dá na e pela linguagem e que apenas dentro dela se faz representável (ANDRADE, 2006, p. 214).

A situação enunciativa, remetente e destinatário, é uma necessidade constitutiva da carta, isto é, uma característica que marca o ponto A da comunicação do remetente, e o ponto B, representando o destinatário. A carta do leitor tem como remetente um leitor daquele jornal ou revista, sendo endereçada ao ponto B, aos demais leitores da edição seguinte. Apresentam-se em diversos formatos ao longo do tempo, representando a voz dos que reagem à leitura de determinada matéria.

As cartas têm sido usadas como meio de interação social entre os leitores de determinado veículo impresso. Apresentam-se em diversos formatos. Caracterizam-se por hospedarem, em seu texto, temáticas variadas em múltiplos registros linguísticos. São testemunhas escritas de diferentes assuntos, e de valores da época em que foram publicadas.

Exemplo interessante de Cartas do Leitor se encontra no trabalho de ANDRADE (2013) que focaliza a questão de interação social a partir da análise de marcas linguísticas encontradas em cartas de leitores publicadas no jornal **Folha de S. Paulo** (FSP), referentes ao tema da PEC dos empregados domésticos. No Painel do Leitor, o referido jornal publica a correspondência recebida sobre as matérias veiculadas. Dessa forma, os leitores podem interagir, divulgando aos editores e aos demais leitores sua opinião sobre aquilo que lhe causou uma reação, a ser compartilhada após a leitura de determinada matéria. Segue trecho de duas dessas cartas sobre o tema “Domésticas”, publicadas em 28 de março de 2013:

Domésticas

- (1) Eliane Cantanhêde nos brindou com um texto magistralmente concebido (“Abolição da escravatura”, 26/3). Resgatou a evolução cultural presente nas relações sociais do período pós-escravagista. Concluiu o texto com a defesa do avanço das leis trabalhistas, que são necessárias para o equilíbrio das relações. Isso é uma forma de implementação da justiça social, hoje tão dependente das cotas. Justiça social se faz não só com

paternalismo, que emergencialmente é válido, mas com leis eficientes a regular contratos modernos de trabalho.
Mário Helio Nardi (Assis, SP) (ANDRADE, 2013, p. 221).

Aqui se expressa um leitor favorável à regulamentação das leis que regem o contrato de trabalho estabelecido entre empregador e empregado, sobre leis trabalhistas para a regulamentação da profissão de empregado doméstico. Muitos leitores tiveram acesso às opiniões do autor dessa carta, como, por exemplo:

- (2) Essa gritaria dos patrões em relação à PEC sobre as empregadas domésticas recorda o movimento contrário à abolição da escravidão, quando senhores de engenho se achavam donos dos empregados só porque eles tinham uma cor de pele diferente. Do mesmo jeito que os patrões têm o direito de exigir a limpeza, arrumação, comida pronta e filhos bem cuidados, as empregadas também devem ter os seus direitos trabalhistas assegurados, como qualquer outro tipo de trabalhador. Tem empregada quem pode!
Claudia de Melo Silva (Olinda, PE) (ANDRADE, 2013, p. 221).

Mais um comentário sobre a matéria publicada em 27 de março de 2013, no Painel do Leitor da FSP, mas que remete a outro aspecto: quem quiser ter empregado doméstico, nos dias atuais, após a abolição da escravidão, terá que pagar por tal luxo.

A seção dos grandes jornais e revistas em que são publicadas as Cartas enviadas pelo Leitor é a voz dos destinatários das matérias veiculadas: tal diálogo, que se estabelece nas publicações de massa, consiste em uma troca de opiniões muito saudável para a formação de leitores críticos e reflexivos.

Na seção denominada “Leitor”, da revista **VEJA**, encontram-se transcritas cartas recebidas dos leitores expressando opiniões, críticas ou pensamentos provocados pela leitura de matérias publicadas na edição anterior. As cartas, para serem publicadas, devem trazer a assinatura, endereço, número da cédula de identidade e telefone do autor. Devem ser endereçadas ao Diretor de Redação, mas podem também ser enviadas via e-mail.

O mecanismo de interação social promovido pela publicação das Cartas dos Leitores, evidencia o papel do enunciador e do coenunciador, protagonistas da enunciação concreta, que, segundo Bakhtin (1995), é resultado da interação social dos participantes do processo da comunicação escrita, no caso.

Com base nessas afirmações, ilustrações extraídas da revista **VEJA**, de 23 de setembro de 2015, evidenciam o processo de interação social entre o enunciador e os coenunciadores, no caso de comentários a propósito da reportagem “O outro final”, publicada na semana anterior, de 16 de setembro de 2015; trata-se de uma carta de esclarecimento:

História

A propósito da reportagem “O outro final” (16 de setembro), gostaria de informar que o encontro de meu pai, Tancredo Neves, com o general Walter Pires se deu por articulação minha e do doutor Carlos Alberto Pires, meu caro amigo e colega de faculdade de direito, sobrinho do então ministro do Exército. O encontro aconteceu no apartamento de Carlos Alberto, em São Conrado, no Rio de Janeiro.

Tancredo Augusto Neves, Belo Horizonte, MG (VEJA, 16 de setembro 2015, p. 31).

Na mesma edição de **VEJA**, destaca-se um comentário enviado via *smartphone*, que transmitiu louvor ao entrevistado das Páginas Amarelas da edição anterior, de 16 de setembro de 2015, David Granger, presidente da Guiana:

Quanta sensatez nas palavras de David Granger, presidente da Guiana (Nós queremos a paz”, de 16 de setembro). Deu inveja! Quicá o Brasil tivesse um presidente com essa grandeza de ideias. Mereceu minha atenção.

Raquel Fachinetto, Porto Alegre (RS), via *smartphone* (VEJA, 23 de setembro de 2015, p. 31).

O terceiro exemplo trata de matéria que se refere ao isolamento da presidente Dilma Rousseff, também publicada em 16 de setembro de 2015:

Alguns erros gravíssimos cometidos por Dilma: pedaladas fiscais; permitir a intervenção direta de um ex-presidente em seu governo; falta de credibilidade junto à sociedade; mandar ao Congresso um orçamento anual deficitário; completo abandono da meritocracia, dando um péssimo exemplo à sociedade. Esses e outros incontáveis erros cometidos provam sua incapacidade de gestão pública.

José Salomão Neme, Belo Horizonte, MG (VEJA, 23 de setembro de 2015, p. 30).

3.4.2 Carta ao leitor

Escrita pelo editor, a carta ao leitor vem marcar a opinião do veículo sobre determinado assunto, está para a revista assim como o editorial está para o jornal. Marca a posição da revista frente o assunto em destaque naquela edição semanal.

Dentre vários veículos publicados em língua portuguesa, foi escolhida a revista **VEJA** para ilustrar o objetivo da publicação de suas cartas ao leitor, semanalmente, como comunicação de suas opiniões.

A escolha desse exemplo se baseou no fato de conter matéria de suma importância para a formação de leitores críticos, que provavelmente enviarão suas cartas devolutivas à revista, que as publica em parte ou na íntegra, dependendo do espaço disponível.

Note-se a clareza das opiniões que se seguem, em seus pontos relevantes: Carta ao Leitor de 15 de abril de 2015:

O chamado das ruas

As pessoas que fizeram do domingo, 15 de março de 2015, uma data histórica em nosso calendário político mandaram a Brasília uma mensagem clara. Elas mostraram que o Brasil real é melhor do que o Brasil oficial. São brasileiros que não têm dúvida de que [...] incorrem em graves punições caso cometam atos de corrupção e que é impossível mentir a todos durante todo o tempo. Principalmente, aprenderam pela experiência que não pode existir despesa sem receita [...]. O Brasil real pauta-se por essas noções básicas. O Brasil oficial, quase sempre, vive de vender ilusões.

Se têm noção exata do que querem, os brasileiros que combinaram pelas redes sociais voltar às ruas das grandes cidades [...] para se manifestar contra o governo [...] não sabem bem como conseguir seu intento. [...]. O fato de não ser propriamente uma novidade histórica não diminui a perplexidade do momento pelo qual passamos no Brasil. Embora os organizadores das manifestações se orgulhem da “espontaneidade” e “pureza” do movimento, cedo ou tarde a extraordinária energia cívica gerada nas ruas vai se ressentir da ausência de lideranças nacionais que encarnem os anseios populares e sejam alternativas política e partidariamente viáveis.

[...] o poder, a exemplo da energia produzida nas hidrelétricas, não pode ser estocado. Ou é usado, ou não é poder. [...] o poder abomina o vácuo, o que em Brasília significa que, quando o Palácio do Planalto vacila, o centro gravitacional da república começa a atravessar a Praça dos Três Poderes e migrar para o Congresso. [...] Metaforicamente, a imagem que se forma é a de Renan Calheiros, presidente do Senado, Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e Michel Temer, vice-presidente da República, todos do PMDB, disputando entre si a faixa presidencial. Se de um lado isso revela um saudável retorno do equilíbrio entre os poderes, com o aumento do protagonismo do Legislativo, de outro fica claro que esse balé não pode ignorar por muito tempo o chamamento cívico das ruas (VEJA, 15 de abril de 2015, p. 12).

Exemplo que reforça a intenção da revista em exprimir opinião e preparar os seus leitores para reflexão mais cuidadosa sobre os pontos em destaque é a Carta ao Leitor publicada em 23 de setembro de 2015:

A modernidade do capitalismo

Nosso propósito com a reportagem especial de 31 páginas desta edição de Veja sobre o capitalismo não é nos juntarmos ao debate rancoroso sobre a responsabilidade histórica pela resistência da pobreza e pela estagnação atual da economia brasileira. Nosso objetivo é tentar iluminar questões que, por obscurantismo ideológico à esquerda e à direita, fizeram desse tipo de discussão uma guerra em que ambos os lados são dotados apenas da retórica de mútua destruição assegurada.

A reportagem parte da constatação unânime de que está falido o atual modelo brasileiro de governo, baseado no aumento indiscriminado da dívida pública, na intervenção estatal na economia e no afrontamento às leis de mercado, em especial o sistema de determinação de preços. A falência generalizada [...] decorre de escolhas erradas feitas em Brasília, cujos resultados catastróficos foram aprofundados pela incapacidade de diagnosticar os equívocos e pelo ataque tardio, débil e vacilante, uma vez identificadas suas causas.

Fica evidente, na leitura, que não existe oposição entre o capitalismo e o Estado. O capitalismo é justamente a combinação da economia de mercado com a regulação do Estado. Quanto mais sábia, equilibrada e neutra a regulação, maior o progresso de todos.

[...] Um trabalho do Banco Mundial mostra que o capital, tomado apenas no sentido de dinheiro, responde por ínfima parte – 17%, para sermos exatos – da prosperidade das 34 nações mais ricas do planeta. A maior parte da fórmula de riqueza daqueles países é composta do capital humano (educação), capital cívico (ética individual e coletiva), capital social (distribuição equitativa da justiça) e capital estatal (governos transparentes dotados de instituições funcionais).

Resta óbvio que a relação entre o Estado e a sociedade brasileira não pode mais ser a de senhor e servo. É urgente que comece a transposição de um Estado grande e inimputável para um Estado capaz de criar e manter as condições ideais para que os mercados funcionem e compartilhem os frutos daquilo que fazem como nenhuma outra invenção humana, a criação de riqueza. (VEJA, 23 de setembro de 2015, p. 12)

Nota-se que da interação entre o enunciador e os coenunciadores, nos veículos acima mencionados, resulta a transformação da sociedade, que passa a olhar o mundo com outros olhos.

Ilustra-se essa afirmação com a transcrição de uma carta do leitor da revista **VEJA**, publicada em 8 de outubro de 2014, comentando sobre a matéria publicada, na semana anterior, “Cercos no desembarque”, que, na opinião do pesquisador, é uma tentativa de abrir os olhos dos demais coenunciadores sobre a situação do atendimento médico no país:

Lendo a reportagem “Cerco no desembarque” (1º de outubro), sobre as novidades da Receita Federal nos aeroportos brasileiros, não consegui parar de pensar: o Brasil seria um país tão bom se tudo funcionasse como a Receita Federal. Imagine o Sistema Único de Saúde (SUS) com tamanha eficiência...(Henrique Scheffer, *Gravataí, RS*) (VEJA, 2014, p. 41).

O caráter irônico do texto é um apelo para que a sociedade faça alguma coisa para melhorar o atendimento médico do SUS.

Para finalizar esta parte do trabalho, inclui-se a cópia da Carta ao leitor da edição comemorativa dos 30 anos da revista *Vejinha*, sobre São Paulo (de 23 de setembro de 2015), que traz um agradecimento aos leitores, anunciantes e profissionais da imprensa: jornalistas, designers, fotógrafos, revisores, desenvolvedores, publicitários e gráficos. Essa interação entre o remetente e os destinatários vem assinada pela Diretora Editorial Alessandra Zapparoli.

Obrigada, leitores

Completando trinta anos neste mês, nossa *Vejinha* – como é chamada carinhosamente por grande parte dos leitores e por nós mesmos – tem muitas histórias para contar, sobre São Paulo e sobre a própria revista. É o que fazemos nesta edição comemorativa, que nos enche de orgulho. A começar pela capa, com trinta das mais relevantes personalidades da cidade, fotografadas por Bob Wolfenson, ele também uma personalidade no mundo da fotografia. Fomos revisitar as reportagens que contribuíram para que VEJA SÃO PAULO seja o que é. Você verá que nossa revista não é somente o resultado do trabalho de equipe, mas de gerações delas. Por isso, o nosso agradecimento aos profissionais (jornalistas, designers, fotógrafos, revisores, desenvolvedores, publicitários, gráficos), anunciantes e leitores que nos prestigiaram nestes trinta anos – e as nossas desculpas pelas vezes em que falhamos.

Durante estas três décadas, a revista manteve a missão com que foi fundada: entreter, divertir, informar com precisão a quem nos acompanha tanto na edição impressa (1 milhão de leitores) quanto no site (9 milhões de usuários únicos), nas redes sociais (quase 3 milhões de fãs no Facebook, Instagram e Twitter) e em outras plataformas em que marcamos presença. Essas novas formas de distribuição de conteúdo surgidas a todo momento intensificam o dia a dia dos nossos jornalistas. Mas estamos prontos para atuar em qualquer uma delas, de modo rápido e com a qualidade que nos trouxe até aqui. Prontos para continuar mostrando como curtir a nossa imensa São Paulo. Prontos para publicar as reportagens que ajudam a refletir sobre os enormes problemas da metrópole. Prontos para cair em programações furadas, para evitar que você caia nelas. Enfim, prontos para contar boas histórias: de anônimos, de famosos, de gente que faz a cidade pulsar.

O maior desafio para os próximos anos? Manter a missão de *Vejinha* para que continuemos merecedores da sua aprovação e da sua confiança.

Alessandra Zapparoli, Diretora editorial (VEJA SÃO PAULO, 23 de setembro de 2015, p. 8)

Esta Carta ao Leitor é, certamente, uma forma de deixar bem claro quais os objetivos da revista e elucida o leitor sobre a grande circulação da revista *Vejinha*. Tal interação é mais um exemplo de que há várias formas de linguagem e de objetivos ao se escrever uma Carta.

3.5 A dupla genericidade da carta-testamento

No intuito de melhor qualificar a designação carta-testamento, emprestou-se o termo “dupla genericidade” do artigo “A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político”, de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Sueli Cristina Marquesi².

O termo carta-testamento traz consigo duas ideias, a da carta e a do testamento. Trata-se, portanto, de dois gêneros textuais, a serem identificados dentro das características da carta e do testamento.

Cartas são um meio de comunicação escrito por um emissor (ou remetente) e enviado a um receptor (ou destinatário). Encontram-se nas cartas a identificação do lugar, a data, o vocativo e a assinatura, designados como “fatores de contextualização”. Apesar de não se encontrar na versão digitalizada da carta-testamento, o local, a data, o vocativo e a assinatura, os fatores de contextualização foram facilmente reconhecidos pelos acontecimentos históricos do momento e pelas evidências do suicídio de Vargas.

As cartas são compostas pela saudação, pelo corpo e pelo fechamento (assinatura). O corpo deve ter um objetivo claro, ser elaborado com uma sequência lógica e ser escrito numa linguagem adequada ao destinatário. É um texto plenamente expositivo.

Os estilos das cartas também devem ser adequados aos seus destinatários:

1. cartas formais são aquelas que têm origem no âmbito profissional, institucional, legal, educacional etc.;
2. cartas informais ou coloquiais são aquelas que se destinam a familiares, amigos, conhecidos, colegas ou correspondentes, com os quais, normalmente, tanto o destinatário como o remetente se comunicariam em linguagem coloquial, em que todos se entendem e que estão acostumados a usar;
3. cartas oficiais são aquelas que exigem uma saudação diferenciada e um fechamento formal. São escritas em termos legais, específicos daquele âmbito social, vêm escritas

² publicado na revista **Filologia Linguística Portuguesa**, n. 14 (2), p. 285-307, 2012.

em papéis timbrados e os signatários se mostram objetivos ao transmitir informações ou decisões judiciais. Entre o emissor e o destinatário há uma distância marcada pelo signatário. Cartas oficiais podem também trazer confirmações de concursos, nomeações, homenagens, e assim por diante. São, normalmente, emitidas por órgãos oficiais ou repartições do governo municipal, estadual ou federal.

As cartas formais se caracterizam pela presença de um destinatário e um remetente, assim como as informais. Contudo, no que se refere ao texto e à construção dos sentidos, devem se organizar com clareza, precisão e concisão (KOCH, 2014). Devem ser escritas de forma polida, tendo como objetivo impressionar favoravelmente o destinatário. Para cartas informais, pode-se dizer que não preenchem as características mencionadas para as formais, uma vez que são escritas para transmitirem sentimentos, informações e comunicações diversas endereçadas a parentes, amigos e colegas, em linguagem coloquial.

Quanto às características linguísticas, podem-se enumerar as seguintes:

1. uso de vocabulário preciso e cortês;
2. não se abreviam palavras;
3. escolha de frases curtas;
4. busca e utilização de orações completas e claras;
5. respeito às regras de pontuação adequadas;
6. uso de elementos coesivos que interrelacionam as orações e os parágrafos.

Finalmente, os estudos linguísticos identificam uma variedade de propósitos comunicativos no gênero epistolar; entretanto como o foco desta tese está na carta-testamento de Getúlio Vargas, em sua versão datilografada e lida na Rádio Nacional, passar-se-á às considerações sobre o termo *testamento*.

3.5.1 Sobre testamento

O gênero *testamento* tem sido pouco estudado pela linguística. Não obstante, o artigo citado acima forneceu importantes subsídios incorporados à presente tese pelo pesquisador.

O referido artigo consiste em uma análise linguística, com foco em aspectos da genericidade, da configuração composicional e do investimento semântico do texto. Por conta de sua perspectiva inter/transdisciplinar, o pesquisador optou por trabalhar nas intercessões entre esses tópicos.

Antigas definições do gênero testamento revelam um vínculo nítido com a fé e a devoção cristã. Os testamentos continham confissões dos males cometidos pelos testadores, o que significava o preparo para uma despedida da terra e a passagem para o céu. Com o tempo, os testamentos foram se revestindo de um toque pagão, de características materialistas, incluindo declaração de bens móveis e imóveis e a destinação destes para herdeiros ou outras pessoas físicas ou jurídicas.

O termo *testamento* aparece na Bíblia:

1. no Antigo Testamento, que contém os livros sagrados anteriores a Jesus Cristo.
2. no Novo Testamento, que contém os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas e o Apocalipse.

O termo *testamento*, em estudos jurídicos, tem apresentado alterações de sentido a partir de sua origem no Direito Romano. Trata-se de uma justa manifestação solene da vontade do testador (aquele que o expressa), sobre aquilo que quer que seja feito depois de sua morte. Usa-se dizer que testamento é também qualquer escrito postumamente revelado, em que seu autor faz constar suas opiniões ou projetos. Este seria o caso do testamento de Vargas.

Testamento é a manifestação de última vontade pela qual um indivíduo dispõe, para depois da morte, no todo ou em parte, de seus bens. Considerando-se que o testamento gera efeitos jurídicos, é um ato jurídico. Geralmente os testamentos contêm disposições de ordem patrimonial, podendo, contudo, conter a nomeação de um tutor, a confissão de uma dívida, ou o reconhecimento de um filho (GAMA, 2007).

Testamento é um “Ato unilateral revogável, pelo qual alguém dispõe de seu patrimônio, no todo ou em parte, de conformidade com a lei, para depois de morto” (SIDOU, 1981, p. 557).

Encontram-se vários tipos de testamento, mas os mais conhecidos são:

1. Testamento autêntico ou público, quando o testador dita seus desejos para depois de sua morte a um tabelião, em presença de 2 testemunhas.
2. Testamento cerrado é escrito e assinado pelo próprio testador ou por uma pessoa a seu rogo, e entregue, na presença de 2 testemunhas, ao tabelião, que lavra o instrumento e o cerra e cose. É também chamado de testamento secreto.
3. Testamento hológrafo é escrito, datado e assinado pelo testador, na presença de 3 testemunhas. É também chamado de particular. (SIDOU, 1981; GAMA, 2007).

3.5.2 Sobre a carta-testamento

Juntando-se os gêneros *Carta* e *Testamento*, percebe-se que o “testador” Getúlio Vargas, em sua carta-testamento, faz uso de um tipo específico de carta ao comunicar aos destinatários, através da linguagem escrita, sua vontade de fazer mais pelo sofrido povo brasileiro, e extravasa a revolta pela oposição sofrida. A carta passa a também ser testamento na medida em que deveria ser lida após sua morte e trazer a manifestação de seus desejos de suicida.

O Ministro Osvaldo Aranha leu a carta-testamento, por telefone, em transmissão simultânea da Rádio Nacional para todo o país. Isso causou grande comoção e desencadeou manifestações populares.

O Brasil nunca viu um enterro tão concorrido, com tantas manifestações de carinho e gratidão.

Antes da análise da carta-testamento, numa abordagem inter/transdisciplinar, a partir dos fundamentos da ACD, e para melhor contextualizar as causas e consequências do ato suicida de Vargas, dar-se-á continuidade ao trabalho dedicando-se o próximo capítulo à trajetória de um mito da história política do Brasil.

4 GETÚLIO VARGAS: A TRAJETÓRIA DE UM MITO

4.1 Dados biográficos

No dia 19 de abril de 1882, Getúlio Dornelles Vargas nasceu numa pequena cidade da margem esquerda do rio Uruguai, São Borja, na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Nesse local se desenrolaram as guerras dos Farrapos e a do Paraguai, além da Revolução Federalista de 1893. Os rio-grandenses estavam acostumados à ameaça e à realidade da guerra de fronteira. A par das guerras externas, na época em que Vargas nasceu a propaganda republicana começava a se estruturar na então província do Rio Grande do Sul.

Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou como soldado voluntário durante a Guerra dos Farrapos. Foi casado com Luísa Maria Teresa Vargas, com quem teve 14 filhos. Os avós maternos, Serafim Dornelles e Umbelina Dornelles, eram de famílias tradicionais, descendentes de imigrantes portugueses dos Açores. Serafim Dornelles foi major de milícias, próspero comerciante e um dos mais ricos estancieiros de São Borja.

Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas, combateu na Guerra do Paraguai, distinguindo-se como herói militar. Uma vez desligado do Exército, estabeleceu-se como fazendeiro em São Borja. Em 1872 casou-se com Cândida Dornelles, de quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim. No final do Império, tornou-se chefe político local do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense). Em 1893, já na República, lutou contra os federalistas que se revoltaram, por sua vez, contra o governo de Júlio de Castilhos. Bateu-se contra as tropas de Dinarte Dornelles, tio por parte de mãe de Getúlio, e líder federalista, o que trouxe para a família Dornelles Vargas acirrada contradição entre “chimangos” (republicanos) e “maragatos” (federalistas). Em 1907, Manuel do Nascimento Vargas elegeu-se prefeito de São Borja, o que também aconteceu mais tarde com seus filhos, Viriato e Protásio, irmãos de Getúlio.

Getúlio Vargas fez os estudos primários em São Borja, seguindo para a Escola de Ouro Preto (MG), onde já estudavam seus irmãos mais velhos. Os três irmãos regressaram para a cidade natal devido a um conflito, em Ouro Preto, entre estudantes gaúchos e paulistas, que resultou na morte de um rapaz de São Paulo. Viriato chegou a ser denunciado pelo promotor público, fato que mais tarde comprometeria a situação dos Vargas na política rio-grandense.

Em 1898 Getúlio iniciou sua formação militar e desligou-se do Exército em 1902. Foi, em seguida, para Porto Alegre com o objetivo de se dedicar aos estudos de Direito. Formou-se em dezembro de 1907 em ciências jurídicas e sociais, tendo sido escolhido para orador da turma. Durante o curso foi bastante ativo na política acadêmica, fundando o Bloco Acadêmico Castilhistas em apoio à candidatura republicana.

Em 1909 elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 1913 e 1917. A Assembleia Rio-Grandense se reunia durante três meses por ano com o fim exclusivo de votar o orçamento e examinar as contas do governo. Getúlio aproveitava os longos períodos de recesso parlamentar para se dedicar às suas atividades de advogado em São Borja.

Em março de 1911, casou-se com Darci Lima Sarmanho, filha de Antonio Sarmanho, estancieiro e diretor de banco em São Borja. Dessa união nasceram cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio.

Figura 1 – Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/meus-textos/noticia/2015/08/o-dia-em-que-matei-getulio-vargas.html>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

4.2 Carreira política

Em outubro de 1922, Vargas foi indicado à Câmara Federal para completar o mandato vago por morte do deputado gaúcho Rafael Cabeda. Devido a problemas internos ocorridos na reeleição do governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, pelo quinto mandato, e consequente revolta dos federalistas apoiadores da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil, iniciou-se uma guerra civil e Vargas foi convocado pelo Exército. Ameaçado de perder o mandato de deputado federal, ele não participou de nenhum combate e seguiu para o Rio. Foi reeleito em 1924 e assumiu a liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara Federal.

Em 15 de novembro de 1926, Washington Luís Pereira de Souza tomou posse como presidente da República e nomeou Vargas para o Ministério da Fazenda. Essa escolha tinha como objetivo reconciliar o Rio Grande do Sul com a aliança Minas – São Paulo. Inicialmente Vargas recusou a indicação, alegando não possuir qualificação suficiente em finanças, mas acabou sendo convencido a aceitar a indicação pelo presidente da província gaúcha. Sua passagem pelo Ministério da Fazenda durou cerca de um ano, correspondendo à época de êxitos da política econômica-financeira de Washington Luís. Vargas conseguiu implementar a reforma monetária, aprovada pelo Congresso ainda em dezembro de 1926.

Vargas assumiu a presidência do Rio Grande do Sul em 25 de janeiro de 1928. Iria governar com certa autonomia, apesar da influência preponderante de Borges de Medeiros nos assuntos de política partidária. Conseguiu reorientar a ação política e econômica do governo gaúcho, obtendo sucesso nas medidas adotadas. No plano econômico, tomou uma série de decisões de amparo à lavoura e à pecuária, satisfazendo principalmente as reivindicações dos produtores de charque e arroz. Já em 1928 fundou o Banco do Rio Grande do Sul para estender o crédito fácil aos interesses agrícolas e pecuaristas, afetados, desde o final da Primeira Guerra Mundial, por violentas flutuações nos preços e na produção. Conseguiu a aprovação de importantes leis que beneficiaram o seu estado, como a da “desnacionalização do charque”, lei que considerava estrangeiro todo charque brasileiro que transitasse por território uruguaio na demanda de portos nacionais. A medida coibia o contrabando de charque uruguaio que entrava no Brasil, disfarçado como produto gaúcho ou mato-grossense.

No plano político, Vargas buscou também um acordo com a oposição, pondo fim a quase 30 anos de violentas lutas interpartidárias no estado. A oposição reorganizou-se em torno do Partido Libertador (PL), sucessor da Aliança Libertadora, obtendo garantias políticas

jamais concedidas por Borges de Medeiros. Vargas incluiu no governo estadual membros do PL e tomou medidas para assegurar eleições honestas. O PRR, seu partido, não opôs restrições a esses esforços conciliadores, de modo que, em 1929, Vargas teve condições de coroar de êxito seus esforços para unificar a política rio-grandense e empreender a primeira tentativa direta de um político gaúcho de chegar à presidência da República.

A revolução de 1930 pôs fim à República Velha, marcando o início da Era Vargas. Em virtude da crise mundial do café, dos prenúncios de desequilíbrio e das tensões que levariam à Segunda Guerra Mundial, agitou-se no Brasil a questão da sucessão do paulista Washington Luís. Este, ao contrário do que previa a política do café-com-leite, insistiu na indicação de um outro paulista: Júlio Prestes de Albuquerque, então presidente do estado de São Paulo.

Rompeu-se, assim, o acordo com Minas, cujo presidente, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, iniciou articulações para uma candidatura de oposição. No quadriênio Washington Luís surgiram divergências na política do café-com-leite, a propósito do programa de estabilização financeira e da valorização do café. Antônio Carlos buscou o apoio do Rio Grande do Sul. A Aliança Liberal lançou a candidatura de Getúlio Vargas, com João Pessoa, da Paraíba, como vice.

As candidaturas aliancistas receberam, também, o apoio dos tenentistas, que viam na vitória de um candidato da oposição um instrumento para a realização das reformas desejadas para salvar o país da situação em que se encontrava. Júlio Prestes de Albuquerque, candidato da situação, venceu as eleições, apesar das denúncias de fraude, costumeiras naquela época. Os derrotados tiveram uma reação de aceitação, mas os tenentistas não se conformaram.

Os tenentistas, sob a orientação de João Neves da Fontoura (do Rio Grande do Sul), e de Juarez Távora (do Ceará, com atuação em todo o Nordeste), desde a campanha eleitoral vinham cogitando uma saída revolucionária, caso a solução política não funcionasse. Antônio Carlos proferiu, então, a famosa frase: “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

O clima político do país estava cada vez mais propenso à revolução. No dia 29 de julho de 1930, numa confeitaria em Recife, João Pessoa foi assassinado por um inimigo político e pessoal, João Dantas. Com a morte de João Pessoa, desencadeou-se um verdadeiro clamor revolucionário, muito propício às articulações tenentistas. Finalmente, no dia 3 de outubro eclodiu a revolução no Rio Grande do Sul e, no dia seguinte, nos estados do Nordeste (NADAI; NEVES, 1991, p. 213).

Dessa forma, a agitação do povo e a vontade dos revolucionários se somaram e as tropas do Sul marcharam sobre o Rio de Janeiro; contudo, não houve combates. No Rio, uma junta militar, a 24 de outubro, exigiu a renúncia do presidente, Washington Luís, que concluiria seu mandato no final do mês. A junta militar, formada pelos generais João de Deus Mena Barreto, José Fernandes Leite de Castro, Firmino Antônio Borba e Pantaleão Teles Ferreira, assumiu provisoriamente o governo; os revolucionários, no entanto, não aceitaram o governo provisório e, em 3 de novembro, a junta entregou o poder a Getúlio Vargas, que assumiria o encargo de chefiar a revolução.

4.3 Era Vargas

No dia 2 de janeiro de 1930, desembarcou no Rio de Janeiro o candidato à presidência da República, Getúlio Vargas. Vinha de Porto Alegre para apresentar a plataforma da Aliança Liberal. Conseguiu reunir 100 mil pessoas para ouvi-lo, em grande comício realizado na Esplanada do Castelo. Até então, no Brasil costumava-se divulgar o programa de governo em recintos fechados, para seletos convidados, que participavam de um banquete de encerramento do evento.

No palanque estavam os principais líderes da Aliança Liberal e outros políticos de oposição, como o advogado Evaristo de Moraes e o deputado Maurício Lacerda, jornalista insubmisso, apelidado de Tribuno do Povo. A plataforma oposicionista contava com 31 páginas, lidas pelo político gaúcho, a uma multidão que parecia estar hipnotizada.

A Aliança Liberal abrigava uma coalizão muito ampla e capaz de conciliar interesses políticos diversos, opções doutrinárias diferentes e duas ou mais gerações de líderes regionais. Havia, entre os políticos mais jovens, como Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, em Minas Gerais, ou João Neves Fontoura e Oswaldo Aranha, no Rio Grande do Sul, muito otimismo com o projeto reformista de Vargas. Tudo indicava que Júlio Prestes até podia ganhar nas urnas, como comentavam uns para outros, mas Vargas venceria nas armas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em 3 de novembro de 1930, a Junta Governativa Provisória, formada pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, ao lado do contra-almirante José Isaías de Noronha, entregou o poder a Getúlio Vargas. Era o fim da Primeira República brasileira. A Revolução de 30 viria a tornar-se um marco na história deste país, graças aos resultados que produziu nos anos seguintes, na política, na sociedade e na cultura.

A propósito de cultura, em 1933, foi publicado o primeiro livro dedicado aos estudos sobre a formação do povo brasileiro, **Casa Grande e Senzala**, do sociólogo Gilberto Freyre. O autor descreve o Brasil a partir de uma visada original – uma sociedade multirracial, fruto da mistura de raças, a casa grande dos senhores de engenho estendendo-se pelas senzalas e misturando-se os usos e costumes.

Sérgio Buarque de Holanda publicou, em 1936, **Raízes do Brasil**, clássico ensaio sobre os passos que contribuíram para a formação do povo brasileiro. Segue em direção diversa da obra de Gilberto Freyre. Constitui-se em uma crítica às decisões autoritárias tomadas desde os primórdios da história do país, questionando também o seu processo de modernização.

Para compor o trio das melhores obras voltadas aos estudos da história, política e cultura do povo brasileiro, mencione-se que, no início da década de 40, Caio Prado Jr. publicou **Formação do Brasil Contemporâneo**, obra que vê a especificidade do Brasil como não sendo decorrência nem da mestiçagem, nem das raízes, mas ela “consiste na ausência de processos de ruptura com as formas políticas e econômicas que organizaram a realidade brasileira ao longo de sua trajetória histórica” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 382).

Tais contribuições culturais dos expoentes intelectuais da época foram muito importantes para o surgimento do sentimento nacionalista incentivado politicamente por Getúlio Vargas.

De volta à política, em julho de 1932, desencadeou-se, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista, que teve como estopim a proclamação de uma “Junta Revolucionária”, assinada por Francisco Morato (Partido Democrático), general Isidoro Dias Lopes, general Bertoldo Klinger (que assegurou o apoio de algumas guarnições de Mato Grosso), Pádua Sales (PRP) e Pedro de Toledo. São Paulo, entretanto, não tinha condições militares para enfrentar as forças do Governo Federal. O apoio prometido por Flores da Cunha e Borges de Medeiros (RS): Olegário Mariano e Artur Bernardes (MG) não se concretizou.

Para os paulistas, Vargas não estava cumprindo as promessas democráticas que fez durante a campanha eleitoral. Contudo, no Rio de Janeiro, sede do governo federal, a rebelião paulista foi entendida como um movimento da oligarquia paulista, mais complexa que a do resto do Brasil, porque continha um setor democrático.

Em três meses, a condição paulista de resistir se extinguiu. A “revolução” foi um movimento das oligarquias locais, apoiado pela classe média, mas do qual a classe operária esteve ausente: em maio de 1932, cerca de 200 mil operários em greve haviam sido calados pelos patrões.

A derrota paulista veio a consolidar o poder de Getúlio. Vargas convocou, três meses depois dessa derrota, a desejada Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu e promulgou a Constituição de 1934. O teor da nova Constituição era razoavelmente democratizante, apesar de proibir o voto aos analfabetos. Mas Vargas, desejoso do poder absoluto, e os chefes militares, de vocação autoritária, tinham outros planos: na verdade, a Carta de 1934 não chegaria a completar dezoito meses de plena vigência.

Entre 1930 e 1945, o governo Vargas fincou as bases e delineou a estrutura da legislação trabalhista, sindical e previdenciária brasileira. O conjunto de leis sociais promulgadas pelo Estado era indicativo das conquistas alcançadas pelo movimento operário, sintomáticas da nova força social exercida pelos trabalhadores e seus representantes. Esta fase durou até 1937, abrangendo uma série de leis trabalhistas que seriam, depois, agrupadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943. Cabe notar que os trabalhadores rurais não estavam incluídos na CLT e que o salário mínimo atingia somente 4% da população.

Vargas torna-se ditador, em 1937, ao instituir o Estado Novo. Dissolve o Congresso, extinguindo, assim, o Poder Legislativo e os partidos políticos. Outorga uma nova Constituição, conhecida como “Polaca”, sob inspiração fascista. Queimaram-se até as bandeiras dos estados da Federação, numa demonstração de unificação do poder, agora centrado na pessoa do ditador. Exemplo do lado negro dessa época sob ventos fascistas, pode ser lembrado ao assistir-se o filme **Olga**, de Jayme Monjardim.

4.3.1 O Estado Novo

Segundo Schwarcz e Starling (2015), o Estado Novo imposto por Getúlio Vargas, no período de 1937 a 1945, não era um regime fascista, e menos ainda a reprodução fiel do fascismo europeu. Esse nome também batizou o regime ditatorial de Salazar, em Portugal, iniciado em 1932. O regime brasileiro compartilhava com o fascismo alguns pontos: a ênfase no poder do Executivo, personificado numa liderança única e a representação de interesses de grupos e classes sociais em arranjos corporativos, o que seria “uma política de colaboração entre patrões e empregados, tutelados pelo Estado” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 375).

A natureza do Estado Novo de Vargas era autoritária, modernizadora e pragmática. Para atingir tais objetivos, era preciso que se estabelecesse um sistema repressivo capaz de

manter com sucesso o povo sob controle, inibindo-se manifestações da oposição. A viabilidade do Estado Novo dependia também da capacidade de Vargas governar com um mínimo de pessoas no núcleo decisório e ampliar ao máximo suas bases de sustentação, construindo, para tal, uma política para conseguir adesões e resolver conflitos rapidamente. Tal habilidade esteve à prova. Os julgamentos políticos eram sumários e o Tribunal de segurança Nacional mandava os condenados para a prisão. Essa forma de governo dependia da aprovação da maioria da população, daí as ações populistas e as decisões de censura e supressão do dissenso. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, teve muito poder de interferência na área de comunicação.

A legitimidade da ditadura do Estado Novo dependia de que seus agentes o associassem a Vargas, combinando, na figura do ditador, a imagem do líder com a representação da nação. O Ministério da Educação e Saúde foi decisivo para transmitir a ideia de que o Estado Novo atribuía à cultura um valor maior do que ela havia tido até então. Gustavo Capanema, na pasta da Educação e Saúde, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nomeou Heitor Villa-Lobos como superintendente de educação musical e instituiu-se o coral orfeônico nas escolas. Surgiram, no contexto, os grandes nomes de Portinari, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ligados às construções de prédios para a educação e a cultura.

A cultura era vista como assunto de Estado, e a ditadura aproveitou-se da oportunidade para se aproximar de escritores, jornalistas e artistas. Dentro do Ministério de Capanema e do DIP, abriram-se inúmeras vagas de cargos destinados a intelectuais que desejassem se inserir nos espaços privilegiados do serviço público, e, como consequência, formou-se uma ampla roda de convívio entre intelectuais e artistas, próximos ao núcleo decisório do governo.

A ordem estabelecida foi aceita por muitos intelectuais, artistas e jornalistas. Alguns, através de suas produções, antagonizavam o regime autoritário de Vargas, mas uma expressiva parcela de intelectuais de centro, direita e esquerda aceitou as exigências que as agências governamentais faziam.

Nomes de escritores como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Rosário Fusco e Menotti Del Picchia, ao lado de outros intelectuais como Gilberto Freyre e Alceu Amoroso Lima, estiveram, de um modo ou de outro, ligados ao estado-novismo. Por outro lado, exemplo de literatura engajada encontra-se na citação extraída da obra **Seara Vermelha**, de Jorge Amado, publicada nos anos 40. Jorge Amado, então, membro do Partido Comunista do Brasil, deixa, no trecho abaixo, transparecer seu compromisso partidário:

[...] E através da caatinga, cortando-a de todos os lados, viaja uma inumerável multidão de camponeses. São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, eldorado daquelas imaginações. Vêm de todas as partes do Nordeste na viagem de espantos, cortam a caatinga abrindo passo pelos espinhos, vencendo as cobras traiçoeiras, vencendo a sede e a fome, os pés calçados nas alpercatas de couro, as mãos rasgadas, os rostos feridos, os corações em desespero. São milhares e milhares se sucedendo sem parar. É uma viagem que há muito começou e ninguém sabe quando vai terminar porque todos os anos colonos que perderam a terra, os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis, juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças para a jornada. E enquanto eles descem em busca de Juazeiro ou de Montes Claros, sobem os que voltam, desiludidos, de São Paulo, e é difícil, se não impossível, descobrir qual a maior miséria, se a dos que partem ou a dos que voltam. É a fome e a doença, os cadáveres vão ficando pelo caminho, estrumando a terra da caatinga, e mais viçosos nascem os mandacarus, maiores os espinhos para rasgar novas carnes dos sertanejos fugidos. Famílias numerosas iniciam a viagem e quando atingem Pirapora a doença e a fome as reduziram a menos da metade. Ouvem-se, nessas cidades que bordejam a caatinga, as mais incríveis histórias, sabe-se das desgraças mais tremendas, aquelas que nenhum romance poderia conter sem parecer absurdo. É a viagem que jamais termina, recomeçada sempre por homens que se assemelham aos que os precederam como a água de um copo à água de outro copo. São os mesmos rostos de indefinida cor, os pés gigantescos, de dedos abertos, sobrando das alpercatas, o cabelo ralo, o corpo magro e resistente. As mesmas mulheres sem beleza nas faces cansadas. Enchendo o deserto da caatinga com suas vidas desesperadas, com seus ais de dor, seu passo abrindo picadas que logo se fecham em espinhos. [...] (AMADO, 1971, p. 61).

Para se manter no poder, Vargas precisou de apoio popular, e, por isso, (pode-se dizer: só por isso) lutou pelos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros.

A consolidação do sentimento de unidade nacional, derivada de crença na autenticidade da cultura popular, fortaleceu-se pela mistura heterogênea de elementos culturais originários de várias regiões do Brasil. Lembre-se do turbante de baiana, do pandeiro, do tamborim, do berimbau e da capoeira, além do chimarrão do gaúcho.

Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para tornar-se elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular – na culinária, na dança, na música, na religião – seriam devidamente desafricanizadas, por assim dizer. Transformadas em motivo de orgulho nacional, foram aclamadas e até hoje consideradas, marca da originalidade cultural do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 378).

A mestiçagem foi racial e cultural. Em 1939 o Brasil exportou a talentosa Carmem Miranda³ para os Estados Unidos. Ela já havia se tornado uma grande estrela do disco, do palco e dos cassinos brasileiros. Desembarcou em Nova York, a convite de produtores norte-americanos, para cantar na revista musical **Streets of Paris**. Alcançou enorme sucesso nos palcos e no cinema, sendo grande divulgadora da cultura tropical, dos ritmos latinos e do samba. Apresentava-se como uma baiana muito incrementada e colorida, com enormes brincos dourados nas orelhas, colares e mil pulseiras.

A partir de 1940, o Brasil passou a atrair a atenção dos Estados Unidos, quando o Presidente Franklin Delano Roosevelt propôs aos países da América Latina uma política de solidariedade, o pan-americanismo, e usa a Política de Boa Vizinhança. Houve uma aproximação cultural, uma troca de conhecimentos tecnológicos e empréstimos financeiros, o que favoreceu a modernização das indústrias.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo sofreu uma mudança de rumo, graças ao esfriamento da natureza autoritária do governo. De um lado, estavam os regimes ditatoriais, representados pela Alemanha, Itália e Japão, e de outro, os países aliados, liderados pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. O Brasil era fornecedor de matérias-primas e tinha importância estratégica para o domínio naval do Atlântico Sul, tanto que os EUA e a Alemanha disputaram seu apoio. Vargas tratou de tirar o máximo proveito de tal situação para poder obter recursos financeiros e de tecnologia necessários à implantação da indústria de base no país. Conseguiu dos Estados Unidos um empréstimo de 45 milhões de dólares, assim como a tecnologia necessária para fundar a Companhia Siderúrgica Nacional. Com tal gesto, os EUA conseguiram ter o Brasil como aliado. Vargas, em 1942, como decorrência, rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo. Em 1942, Getúlio abriu nova perspectiva para a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos na luta contra os países fascistas. Defendeu a adesão do país à guerra, ao lado dos Aliados. E no ano seguinte, formou-se a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália.

Nesse contexto político, a situação era contraditória, pois tropas brasileiras lutavam contra o totalitarismo na Europa, e, no território nacional, o regime de Vargas era autoritário. Note-se, contudo, que desde fins de 1943 diferentes setores da sociedade começaram a manifestar-se a favor da instalação da democracia no país. Os militares, a burguesia e os setores médios urbanos, que chegaram a apoiar a ditadura, não mais acreditavam que houvesse ameaça de o comunismo tomar conta do Brasil.

³ Carmem Miranda nasceu em Portugal em 1909 e com dois anos de idade veio, com a família, morar no Brasil.

O poder de Vargas foi consolidado pela construção da imagem de “pai dos pobres”. Houve, no ano de 1940, desfiles, manifestações e programas de rádio encarregaram-se de comemorar o aniversário de Vargas, no 19 de abril, ressaltando suas qualidades de homem de coragem, magnanimidade e singeleza.

Em março desse ano, o jornal O Estado de S. Paulo sofreu intervenção e passou para a órbita do governo. A Rádio Nacional, encampada pelo governo em 1940, passou virtualmente a monopolizar a audiência do rádio com a contratação de músicos e artistas de grande aceitação popular como Lamartine Babo, Ari Barroso, Almirante e outros. Paralelamente, surgiram várias instituições destinadas ao preparo dos jovens, como a Juventude Brasileira, idealizada por Capanema. Centenas de obras apologéticas encomendadas pelo DIP, como *Sorriso do presidente Vargas*, *Getúlio Vargas e sua vida*, passaram a ser distribuídas nas escolas primárias (BRANDI, 1983, p. 143).

Para atingir a popularidade, o ditador tomou uma série de medidas, sintetizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que melhorava as condições de vida dos trabalhadores. Foi ele quem estabeleceu o salário mínimo, o direito de férias anuais, a licença-saúde e a licença-gestante, o direito de aposentadoria, e outras medidas a favor dos trabalhadores. Vargas passou a ser conhecido, e por tudo isso, como “O pai dos pobres”.

No esforço de transmitir a imagem de um presidente que falava diretamente às massas, Vargas sempre participava das comemorações do Dia do Trabalho. Iniciava seus discursos repetindo a saudação “trabalhadores do Brasil!”, que se tornaria uma de suas marcas famosas.

Um fato curioso ocorreu durante o Estado Novo, época em que o Brasil se aproximou dos Estados Unidos: o escritor austríaco Paul Frischauer, exilado em decorrência da guerra e do nazismo, veio ao Brasil com contrato do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para escrever uma biografia de Vargas a ser editada não só em português, mas também em francês e inglês. Além disso, e significativamente, um grupo de membros da Academia Brasileira de Letras propôs o nome de Getúlio Vargas para a vaga resultante da morte do escritor José Alcântara Machado de Oliveira. Eleito em agosto de 1941, Vargas não se apressou em agradecer a honraria recebida, levando mais de 24 meses para tomar posse de sua cadeira na Academia.

A popularidade de Vargas crescia, mas o ambiente político estava conturbado. Os brasileiros queriam liberdade de expressão, clamavam por um presidente, pediam uma mudança constitucional.

O “Manifesto dos Mineiros”, em outubro de 1943, continha 92 assinaturas de políticos eminentes do estado de Minas Gerais. Eles reivindicavam um regime democrático, e nesse momento abriu-se um campo de luta política para as forças de oposição. Vargas percebeu que a oposição estava sinalizando o melhor caminho a seguir: preparar a democratização do país.

Em 1943 fundou-se, no Rio de Janeiro, a Sociedade Amigos da América, entidade organizada por personalidades civis e militares com o objetivo de lutar contra as doutrinas fascistas, fossem elas nacionais ou europeias. O General Dutra, por exemplo, não se mostrou satisfeito com tal iniciativa. O apoio aos Aliados surtiu o efeito desejado por Vargas, e, durante visita à Base Militar dos Estados Unidos em Natal, o presidente Roosevelt sugeriu, e Vargas aceitou, que o Brasil se tornasse um dos membros fundadores da futura Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 28 de fevereiro de 1945, Vargas assinou o Ato Adicional à Constituição de 1937, que estabelecia que a data das eleições fosse definida em três meses – tanto para presidente da República como para a composição do novo Congresso Nacional.

Pouco a pouco o cenário político se abria para a transição da ditadura para a democracia. Diante da derrota do nazi-fascismo, Vargas se deu conta de que estava na hora de convocar novas eleições gerais para o final do ano de 1945. Em abril foi decretada uma anistia aos envolvidos em crimes políticos, o que beneficiou os comunistas, e os partidos políticos voltaram a funcionar.

A partir de julho de 1945, lançaram-se as bases dos partidos que dominariam a vida política brasileira até o golpe militar de 1964. Surgiu a União Democrática Nacional (UDN), formada pelos oposicionistas liberais e ligada aos grandes interesses econômicos, condenando tanto o comunismo quanto o autoritarismo varguista, e simpatizando com a ideia de aproximação com os EUA. Getúlio Vargas e, entre outros, Benedito Valadares, interventor em Minas Gerais, organizaram o Partido Social Democrático, partido situacionista, caracterizado por um tímido reformismo social, abrigando as oligarquias regionais. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi organizado pelo Ministério do Trabalho, numa tentativa de institucionalizar a popularidade de Vargas entre a classe trabalhadora, e impedir o avanço comunista no meio sindical.

Além desses, partidos pequenos ocuparam a cena política, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com penetração no meio intelectual e influência nas organizações sindicais; o Partido Social Progressista (PSP), tendo como seu líder Adhemar de Barros, de forte

expressão em São Paulo, e o Partido de Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado, simpatizante do fascismo, com algum prestígio na classe média.

4.3.2 Declínio do Estado Novo

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e diante das crescentes manifestações do povo e das elites intelectuais, políticas e econômicas, Getúlio propõe a redemocratização. Em julho de 1945, Vargas foi ovacionado por milhares de pessoas que foram à avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, e que lá estavam para receber o primeiro escalão da FEB que regressava ao Brasil. Os pracinhas foram apoteoticamente recebidos e Vargas também. Mas a participação do Brasil na guerra, ao lado das nações democráticas, acelerou poderosamente a decomposição do Estado Novo.

A erosão do edifício estado-novista começara paralelamente à definição, no alvorecer de 1942, dos rumos da política externa brasileira. Inicialmente, as oposições agiram timidamente porque o governo correspondera aos sentimentos largamente majoritários da opinião pública ao romper relações e depois declarar guerra à Alemanha e à Itália (BRANDI, 1987, p. 169).

O primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo foi, como já se destacou, o **Manifesto dos Mineiros**, assinado por personalidades de renome nacional que, em tom discreto e direto, pediam a redemocratização do Brasil. Entre os signatários estavam Pedro Aleixo, os irmãos Virgílio e Afonso Arinos, Afonso Pena Júnior, Dario de Almeida Magalhães, Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso.

Vargas puniu os signatários, fosse pela aposentadoria dos que trabalhavam em empresas públicas, fosse, no caso de alguns outros, pela demissão. Contudo, em seus discursos proferidos após o **Manifesto dos Mineiros**, incluiu planos para a volta à democracia, assegurando que a reorganização da estrutura política do país far-se-ia quando do término da guerra, ressaltando que das classes trabalhadoras organizadas tiraria os elementos necessários à representação nacional. Seus objetivos políticos continuavam a nortear suas ações.

O “queremismo”, movimento que ocorreu no período de transição democrática, fruto da demanda popular, nasceu das ruas e oferecia expressiva base política a Vargas, querendo

sua permanência no poder. Vargas apoiou tal movimento, mas, não tendo se desvinculado a tempo do governo, não teve condição legal para se candidatar. Em discurso proferido na inauguração da rede de eletrificação dos trens suburbanos, no Rio de Janeiro, Vargas convocou os trabalhadores a aderirem ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse partido, segundo ele, daria aos trabalhadores a oportunidade de participarem da gestão dos negócios públicos, seria a voz do povo.

[...] os operários constituiriam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos com eles assumidos. [...] Os trabalhadores devem ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e intérpretes de suas aspirações (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 391).

A leitura desse discurso de Vargas revela que a mensagem era a de que os trabalhadores deveriam se manter fiéis ao maior defensor dos interesses dos mais humildes, o próprio ditador que estava prestes a conduzir as eleições para o seu sucessor.

Centenas de personalidades, representantes da intelectualidade de todos os estados do país, reuniram-se em São Paulo, em 22 de janeiro de 1945, no 1º Congresso Brasileiro de Escritores, para exigir um governo eleito pelo voto direto e secreto. Tal exigência não foi levada ao público, devido à censura.

Em 1º de maio de 1945, no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, Vargas deu uma resposta àqueles que gostariam de vê-lo fora do governo: afirmou que manteria a ordem, realizaria as eleições e passaria o poder a quem fosse legitimamente eleito pelo povo. Afirmou, também, que a candidatura de Eurico Gaspar Dutra merecia a confiança da nação e já reunia o apoio da maioria das forças políticas nacionais.

O general Dutra foi eleito conforme foi previsto por Vargas. O governo Dutra passou para a história como de profundo apego ao texto constitucional, por ele chamado de “livrinho”. Por outro lado, foi um dos mais repressivos ao movimento operário e popular, tendo ocorrido mais de 400 intervenções federais em sindicatos no período de 1947 a 1950. Pode-se dizer que, indo mais além, durante seu governo tentou-se eliminar as práticas populistas através de uma coalizão partidária conservadora entre duas grandes agremiações: o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

Vargas tinha ciência de que deveria haver a união entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições que elegeriam o sucessor do general Dutra. Presidente do PTB,

Vargas teria, certamente, o apoio dos trabalhadores. O PSD era a maior máquina eleitoral do Brasil, enquanto a UDN, liderada por Carlos Lacerda, posicionava-se contra a volta de Vargas. Nessa ocasião, Lacerda lançou uma provocação histórica às Forças Armadas, nas páginas do mais novo jornal carioca, a **Tribuna da Imprensa** – nome derivado de sua antiga coluna no **Correio da Manhã**:

O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar (LIRA NETO, 2014, p. 188).

A eleição de Vargas dependia de seu principal aliado, o paulista Ademar de Barros. O governador de São Paulo achou-se no direito de escolher o nome do vice-presidente que comporia a chapa de Getúlio. Indicou João Café Filho, deputado pelo PSP do Rio Grande do Norte.

A cobertura dessa campanha eleitoral foi realizada, do começo ao fim, pelo jornalista Samuel Wainer, que teceu os seguintes comentários sobre a personalidade de Vargas:

Não importava se Getúlio estivesse a bordo de um barco singrando os rios amazônicos ou aboletado no banco de trás de um automóvel sacolejando em alguma estrada poeirenta do sertão nordestino. Mesmo nessas ocasiões, ele estava sempre bem barbeado, recendendo a água-de-colônia. Nunca se deixava fotografar com o cabelo em desalinho, a aparência descuidada ou alguma sujeirinha maculando o indefectível terno branco (LIRA NETO, 2014, p. 190).

O próprio Vargas comentou sobre o sucesso de sua campanha, em carta enviada à sua filha Alzira: se todos que o cercavam pudessem votar, a vitória seria fácil. Apesar de não haver “*marketing* político”, a intuição levou Getúlio Vargas a proferir as palavras que os ouvintes gostariam de ouvir. Exemplificando, eis o que sua filha Alzira Vargas relatou sobre o pai:

Getúlio prometeu, na Amazônia, melhorar a navegabilidade do transporte fluvial, amparar a cultura da borracha, promover a nacionalização e o aproveitamento racional da floresta. No Nordeste, preferiu anunciar medidas de combate à seca, construção de açudes, abertura de novas rodovias, crédito

à produção pecuária, melhorias raciais dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos (LIRA NETO, 2014, p. 191).

4.4 Nos braços do povo: segundo mandato

Vargas retornou ao Catete depois de afastar-se por quase seis anos, pela força do voto popular. A burguesia brasileira não conseguiu a estabilidade conservadora que almejava, tendo que aceitar e conviver com a volta do populismo. O retrato de Vargas voltou a decorar suntuosos gabinetes, repartições públicas, casas de família, paredes de botequins, padarias, escolas, barbearias e todo tipo de estabelecimentos comerciais. Estampado em folhinhas, capas de revistas, livros, moedas de dez, vinte e cinquenta centavos, e nas notas verdes de 10 cruzeiros, o rosto de Presidente marcou a História do Brasil contemporâneo.

Durante seu segundo mandato, Vargas teria o apoio fundamental das massas trabalhadoras. Soube exercer uma política nacional e populista que galvanizou essas massas e tirar proveito delas. Tal política de massas provocou um efeito duplo sobre os trabalhadores: por um lado, dirigida por sindicalistas e líderes populistas ligados aos grupos dominantes e ao Estado, restringia a ação política e os horizontes da classe trabalhadora; por outro lado, trazia conquistas de interesse popular e, graças ao incentivo à sindicalização, às greves e manifestações nacionalistas, permitiu um sensível progresso na organização dos trabalhadores. No entanto, grande parte da classe dominante não pôde aceitar a política de emancipação nacional e as perspectivas de melhoria para os trabalhadores. Ruidosas e rancorosas, as elites, em aliança com os militares, e sustentadas pelo imperialismo norte-americano, trataram de se livrar do velho estadista.

4.5 Quem foi Getúlio Vargas?

Seria Vargas, conforme palavras de José Bonifácio Lafayette de Andrada, adversário do Estado Novo, udenista e signatário do Manifesto dos Mineiros, um homem sem sentimento e sem nenhuma ideologia?

Um homem infinitamente ambicioso e infinitamente cioso de que o que estava fazendo era o certo. Ele se considerava um messias e tratava todo

mundo como pessoa secundária. Praticava as maiores indignidades com a tranquilidade de quem estivesse rezando (LIMA, 1986, p. 269).

Vargas foi chamado de tudo na vida: populista, ditador, nazista, fascista, integralista, e mais tarde, comunista. Mas, nas palavras de Alzira Vargas, “Quando um homem é chamado de tudo, é porque não é, não está marcado por nenhuma facção” (LIMA, 1986, p. 269).

Segundo a historiadora Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, em depoimento publicado na página H5 da Edição Especial dos 50 anos da morte de Vargas – **Um tiro na História** –, de 22 de agosto de 2004, pode-se pensar que Vargas, sendo um gaúcho de fronteira, entendia o Brasil da seguinte forma: dava mais importância ao rio do que ao mar, privilegiava o interior sobre a cidade e sentia a necessidade de fortalecer o mercado interno para desenvolver a parte mais isolada do eixo do poder, para consolidar a Nação.

O Brasil era uma grande fazenda até 1930, estando submetido às oscilações do preço do café no mercado internacional. A organização da sociedade, antes da abolição da escravidão, era simples – de um lado, os donos de terra e senhores de escravos; de outro, escravos, domésticos, serviçais e uma pequena classe média e uma indústria incipiente. O poder central era, ora das oligarquias do café, ora das oligarquias do leite.

Getúlio Vargas surgiu como liderança nacional a partir da Revolução de 1930. Suas ideias foram divulgadas na Plataforma da Aliança Liberal, lida em 2 de janeiro de 1930, e ainda atual: “Nenhuma política financeira poderá vingar, sem a consistência paralela da política de desenvolvimento econômico”.

Homem de visão e planejador, em consonância com o momento histórico em que viveu, Vargas plantou as sementes da industrialização e do crescimento econômico. Revelou-se, dessa forma, um estadista ao criar: a Companhia Siderúrgica Nacional para produzir aço; a Companhia Vale do Rio Doce para extrair minério; a Petrobrás para explorar o petróleo, além de conceber a Eletrobrás para produzir energia.

Deveu-se a Vargas a implantação de normas de racionalidade da administração pública do país, instituindo também o concurso para ingresso, e o sistema do mérito no serviço público.

Na lista de legados deixados por Vargas, a historiadora Celina Vargas do Amaral Peixoto lembrou que ele criou uma estrutura para o financiamento de investimentos públicos e privados, a partir da fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Criou também o Banco do Nordeste, na região mais carente do Brasil, o que constituía uma preocupação sua desde 1929.

Um de seus primeiros atos do governo, nos anos de 1930, foi criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A modernização das relações entre capital e trabalho foi conseguida graças aos esforços de uma equipe formada por Oliveira Vianna e Joaquim Pimenta, este, uma liderança socialista com diálogo aberto com os trabalhadores.

Celina Vargas do Amaral Peixoto afirma que Vargas estabeleceu políticas públicas tão consistentes que, 50 anos após sua morte, estava o jornal **O Estado de S. Paulo**, de 22 de agosto de 2004, a analisar seu governo, seus escritos, sua obra e sua era.

Na referida edição comemorativa, comentários em resposta à pergunta sobre “Quem foi Getúlio Vargas” foram feitos por Ruy Mesquita, em entrevista realizada pelo jornalista José Maria Mayrink.

O **O Estado de S. Paulo**, mesmo tendo apoiado Vargas na Revolução de 30, a partir de 1932, com seu diretor Júlio de Mesquita Filho, liderou o movimento por uma nova Constituição. Por terem sido derrotados, Júlio e seu irmão, Francisco, foram obrigados a exilar-se em Portugal, por um ano. Em 1933, Vargas tentava a pacificação de São Paulo, e indicou o nome do rico e culto engenheiro Armando de Sales Oliveira para interventor em São Paulo. Deve-se a ele e a Júlio de Mesquita Filho a criação da Universidade de São Paulo (USP). Em 1937 os dois exilaram-se em Paris, logo após o golpe de Estado. O diretor do jornal deixou Paris em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, e se instalou na Argentina. Seu jornal esteve sob o controle da ditadura de 1940 a 1945. Os demais jornais do país aderiram ao governo ditatorial de Vargas e não sofreram intervenção federal.

Ruy Mesquita relatou que Getúlio Vargas, ao iniciar a marcha para o Rio de Janeiro, na Revolução de 30, dissera a Osvaldo Aranha que não suportaria, vivo, a derrota. Portanto, disse Ruy, a imprensa não se surpreendeu com o suicídio de Vargas. E, de fato, conforme consta do Diário do Presidente, publicado postumamente por Celina Vargas do Amaral Peixoto:

Começo a fazer meus preparativos a fim de seguir para o teatro de operações, no Paraná. Desejo fazê-lo, porque esse é o meu dever, decidido a não regressar vivo ao Rio Grande, se não for vencedor (VARGAS, 1995, p. 8)

Ruy Mesquita prossegue comentando que Getúlio Vargas era matreiro, e que não se suicidou, quando foi deposto em 1945, porque tinha plena convicção de que voltaria ao Catete nos braços do povo. Ele era popular. Foi eleito senador e conseguiu ser eleito para substituir o

marechal Eurico Gaspar Dutra. Diante da perspectiva de ser novamente deposto, Getúlio só tinha uma saída, era virar o jogo praticando o suicídio. “Deixou a vida para entrar na história”, com se viu em sua carta-testamento.

Sabe-se que o julgamento da história vem, em geral, quando já se está morto. E ele muda. Vargas é um exemplo de que não há um único e definitivo julgamento. Há vários julgamentos, que variam de acordo com o tempo e o ponto de vista do pesquisador. Na busca de respostas sobre quem foi o mito Vargas (o homem que se suicidou para não ser novamente deposto), pode-se constatar que os retratos descritos por seus familiares e também de personalidades de influência política no Brasil contribuem para que o pesquisador possa contextualizar a história e compreender a personalidade de Vargas, como se segue.

Os Vargas do Rio Grande do Sul já nasciam com seu partido político no peito, como todo gaúcho que se preza. Nas palavras de seus filhos, Vargas era um homem culto que contava histórias aos filhos, dava atenção a todos. Era autoritário, dizia que ordem era para ser cumprida. Não admitia esse negócio de ficar para amanhã. Quando seu filho Getulinho adoeceu, até conseguiu que o presidente Franklin Roosevelt se oferecesse para levá-lo aos Estados Unidos para se tratar, o que não ocorreu devido ao estado galopante da sua poliomielite. Palavras de Manuel Antônio Vargas, filho de Getúlio:

Eu não tinha ciúmes do meu pai, eu sentia que o carinho dele era repartido entre nós. Agora, de minha mãe eu tinha ciúmes, sobretudo com o meu irmão mais moço, o Getulinho. Eu sentia que ela gostava mais dele do que de mim, eu sofria com isso. Quanto a meu pai, eu sentia que a parte de carinho que me cabia, ele me dava muito bem. Mesmo quando eu estava fugindo do carinho dele, ele ia me buscar. A única pessoa por quem ele tinha preferência era a Alzira, mas eu achava um direito legítimo dele ter essa preferência (LIMA, 1986, p. 37).

Nas palavras de Lutero Vargas, vê-se em Getúlio um homem culto e amante das letras e admirador de grandes personalidades políticas.

Uma vez eu perguntei: “Ô meu pai, o senhor não é protestante, por que me botou esse nome de Lutero?”, e ele disse: “Meu filho, quando tu nasceste eu estava lendo *Os Heróis*, de Carlyle, estava relendo, e justamente o capítulo de Lutero. E eu considero Lutero e Gutenberg os fundadores da Renascença, os precursores da Renascença, do mundo moderno”. Entre os personagens brasileiros, ele tinha uma grande admiração por Júlio de Castilhos, por Rio Branco, por Rodrigues Alves, personagens políticos (LIMA, 1986, p. 37).

Alzira, a filha preferida, relembra o pai como um leitor de obras escritas em francês, inglês e italiano, tendo uma biblioteca vasta e interessante. Ele a incentivava a ler, e depois comentavam sobre o livro, o que consolidava a afinidade entre eles. Ela o chamava, carinhosamente, de “patrão”.

Papai, como estudante, tinha uma espécie de assinatura com a Plon e a Gallimard e recebia todas as novidades francesas e italianas. Ele dominava bem o francês e o italiano, o inglês ele aprendeu depois. A biblioteca dele era altamente interessante. Tinha livros raríssimos na época... Livros de literatura e de direito. Tinha Balzac, Stendhal, e havia filosofia também. Ele tinha grande preocupação com o além. Na biblioteca, havia livros sobre o niilismo, sobre as experiências feitas nos Estados Unidos em torno do ectoplasma, que ele achava que eram uma farsa. Então, através dos livros dele, fiquei conhecendo melhor o homem. Papai era um homem de uma cultura tremenda, que leu muito na mocidade. Depois não tinha mais tempo. Ele dizia: “Lê e depois me conta o que é” (LIMA, 1986, p. 38).

Getúlio Vargas, segundo os depoimentos, queria que a projeção de seus atos alcançasse outras gerações. Abelardo de Araújo Jurema, ex-diretor do Departamento de Educação da Paraíba, prefeito de João Pessoa (1946-1947), deputado federal pelo PSD (1959-1963), prestou o seguinte depoimento:

Estive no palácio por ocasião da morte dele e vi o quarto em que morreu. Posso dizer que o quarto do Getúlio era o mais pobre possível. Um quarto singelo, com aqueles móveis de pés altos, um guarda-roupa, a cama alta (...). Na mesinha-de-cabeceira havia aqueles remédios caseiros, nada de remédios bonitos. Tudo como se fosse o quarto do meu avô, do seu avô, na modéstia lá do interior, E, no entanto, ele era o presidente da República, o chefe. Mas não dava a menor importância a essas coisinhas. Ele gostava era do poder, de estar ali no palácio resolvendo tudo. Tenho a impressão de que ele se sentia no Olimpo, acima do bem e do mal (LIMA, 1986, p. 245).

Eugênio Gudín Filho, membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), e da Comissão de Planejamento Econômico (1944), representante do Brasil na Conferência de Bretton Woods, onde foram criados o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, ministro da Fazenda no governo Café Filho (1954-1955), reforçou o que disse Abelardo Jurema, reconhecendo que o poder era de grande importância na vida de Vargas.

Reconheço e sempre reconheci as qualidades políticas de Getúlio Vargas, mas não posso deixar de declarar que ele, apesar de sua simplicidade, da vida quase ascética que levava, tinha um extraordinário amor ao poder. Talvez fosse a tradição do Rio Grande do Sul atuando em seu espírito. Talvez houvesse outros motivos, mas ele nunca deixou de pensar nessa permanência (LIMA, 1986, p. 246).

Ainda sobre o papel do poder na vida de Vargas, Edgar Teixeira Leite, deputado federal pelo PSD (1935-1937), membro do Conselho Nacional de Economia em 1950, e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, de 1964 a 1968, informou que, como bom gaúcho, Vargas queria permanecer longo tempo no poder:

Se a gente examinar os atos do Getúlio desde o governo provisório, todos foram no sentido de assegurar sua permanência no poder. Os gaúchos gostariam de ficar toda a vida no governo. O gaúcho que é político profissional é o indivíduo que tem tradição de caudilho. O caudilho é um homem que luta pelo poder, pelo gozo do poder. Querem ficar sempre com o mando, com o prestígio (LIMA, 1986, p. 246).

Segundo o depoimento de Eusébio Martins da Rocha Filho, jurista, deputado federal pelo PTB/ São Paulo, e um dos articuladores da eleição de Vargas, em 1950, Getúlio era um estadista preocupado com os problemas nacionais, conversava sem afetação sobre política. O poder era um instrumento para conseguir atingir seus ideais. Viver sem ter poder pareceu-lhe impossível, uma boa razão para o suicídio.

Getúlio era extremamente afável, era um homem extremamente simpático. Em São Borja, por exemplo, ele ficava tomando chimarrão naquela agradável intimidade. Agora, eu tenho a impressão de que no sentido pleno ele nunca tinha intimidade com ninguém. Era um homem que mantinha uma conversa maravilhosa, agradável, até contando piadas, mas não chegava à intimidade que vulgariza. Conversava sobre assuntos gerais, às vezes até assuntos de fazenda, mas o discurso dele era sempre preocupado com a problemática nacional sem afetação, vivendo esses problemas sempre. De modo que ele me deu a impressão realmente de ser o que poderia chamar de um estadista. Um homem para o qual a política não é instrumento do poder, mas o poder é o instrumento da política a serviço de uma ideologia. Essa foi a impressão marcante que o dr. Getúlio Vargas me deu (LIMA, 1986, p. 247).

Outro depoimento importante é o de José Bonifácio Lafayette de Andrada, mineiro de Barbacena, deputado federal pela UDN, que combateu Vargas. Ele disse:

O Getúlio era um homem infinitamente ambicioso e infinitamente cioso de que o que estava fazendo era o certo. Ele se considerava um Messias e tratava todo mundo como pessoa secundária. Praticava as maiores indignidades com a tranquilidade de quem estivesse rezando (LIMA, 1986, p. 269).

Tancredo de Almeida Neves, ex-ministro da Justiça de Vargas, era governador de Minas Gerais, quando renunciou para disputar a presidência da República, em 19 de agosto de 1984, pela Aliança Democrática. No Colégio Eleitoral, Tancredo derrotou Paulo Maluf. Submetido a uma intervenção cirúrgica em 14 de março de 1985, véspera de sua posse, faleceu 37 dias depois, sem chegar a assumir a presidência. Para ele, Vargas exibiu grande talento como político e caracterizou-se, principalmente, pela paciência, perseverança e humildade.

A relação de Vargas com o poder, primeiro, é uma vocação. Vargas era um vocacionado para o poder, e isso em razão da sua própria orientação filosófica. Vargas é marcado pelo positivismo, sobretudo pelo castilhismo. Ele tinha aquela polarização natural, irresistível pelo poder. Vargas nunca seria um político de oposição, jamais seria. Era sobretudo um homem que acreditava no poder como quem acredita numa divindade. O poder para ele era uma força super-humana, ou a complementação das eficiências humanas para a realização de grandes objetivos de ordem política e social. Em segundo lugar, ele via o poder como a única força capaz de lhe permitir a exteriorização de suas concepções de ação política. [...] Vargas fazia política com requintes de estadista e com requintes de artista (LIMA, 1986, p. 271).

Para Afonso Arinos de Melo Franco, membro da Academia Brasileira de Letras, e jurista renomado, “Vargas é um sujeito meio shakespeariano. Seria muito difícil escrever uma coisa assim batata sobre o Getúlio. Não é uma coisa fácil, não” (LIMA, 1986, p. 271). Na opinião dele, o mito, ou a pessoa de Getúlio, precisariam de uma interpretação que ninguém, talvez, tenha tido condições de fazer.

Finalmente, José da Costa Porto, deputado federal eleito pelo PSD (1946-1951), ministro da Agricultura do governo Café Filho (1954-1955), responde do seguinte modo à pergunta “Quem foi Getúlio?”:

É preciso um biógrafo desapaixonado e inteligente que mostre Getúlio como foi Getúlio. A meu ver, é aquela história do Bilac: um demônio que rugiu e um deus que chora. Grande homem em muitas coisas, pequeno em outras. Mas afinal, humano (LIMA, 1986, p. 268).

4.6 Da crise ao suicídio

Em janeiro de 1954, Vargas assinou o decreto 34 859, que trazia restrições à entrada de capitais estrangeiros, imprimindo diretrizes nacionalistas à organização econômica do Brasil. Para a efetivação dessa campanha, Vargas apelou às massas populares e contava com o apoio de grupos de esquerda. A UDN fazia oposição cerrada a ele, sobretudo nos artigos e notícias publicadas no jornal **A Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, que desferia constantes e agressivos ataques ao presidente, a quem acusava de pretender dar um golpe para continuar no governo e de estar favorecendo o crescimento do comunismo no Brasil.

Vários historiadores dizem que as atitudes de Vargas eram ambíguas. Realizava uma política de aproximação com o povo e, ao mesmo tempo, não pretendia desagradar os grupos dominantes, principalmente os empresários e os altos escalões militares. Esta fase de seu governo ficou marcada por revelar um presidente com atitudes indefinidas, tentando equilibrar-se no poder com uma política populista, sem fornecer argumentos para ataques da oposição.

Em fevereiro de 1954, a sensação de indefinição do governo passou para a contestação de sua autoridade. O Ministro do Trabalho, o jovem líder petebista gaúcho João Goulart (Jango), fixou em 100% o aumento do salário mínimo, uma vez que este, desde 1947, não tinha sofrido nenhum ajuste. O valor passaria de 1.200 para 2.400 cruzeiros. Como era de se esperar, a UDN abriu cerrada campanha contrária, alegando tratar-se de um golpe demagógico. Os udenistas conseguiram o apoio de 80 coronéis, e estes assinaram um pedido de afastamento de Jango do Ministério do Trabalho.

Vargas, então, demitiu o ministro Goulart e anunciou um aumento de apenas 42% para o novo salário mínimo, fato que indicou que havia cedido aos coronéis. Contudo, ao proferir seu tradicional discurso aos trabalhadores em 1º de maio, anunciou o aumento de 100%. Houve imediata e forte reação da oposição. A UDN chegou a propor o *impeachment* de Vargas, mas o pedido foi derrotado na Câmara dos Deputados por 136 votos a 35.

De maio a agosto de 1954, os ataques virulentos da UDN, e sobretudo de Carlos Lacerda, tornaram-se diários. No dia 5 de agosto, o deputado Carlos Lacerda sofreu um

atentado no Rio de Janeiro, ao entrar no prédio onde morava. Saiu ferido no pé e sua segurança, Major Rubens Florentino Vaz, foi morto com um tiro no peito. Na cena do crime estava o jornalista Armando Nogueira. Ele também morava na mesma rua Tonelero. A notícia do ocorrido saiu em primeira página do **Diário Popular**, e, ao saber do atentado, Vargas teria dito: “Estes tiros me atingiram pelas costas” (LIRA NETO, 2014, p. 295).

Após o atentado contra Carlos Lacerda, o jornal **Última Hora** tentou, inutilmente, demonstrar a inocência de Vargas. Eis a descrição do acontecimento feita pelo jornalista Samuel Wainer:

[...] Nos dias seguintes [ao atentado contra Lacerda], o drama ampliou-se com enorme velocidade. Montou-se a “República do Galeão”, formada por oficiais que investigaram o caso à margem da polícia e da Justiça, interrogando pessoas e promovendo ações policiais. No hospital e depois no Congresso, Lacerda agitava, insultava, conspirava ostensivamente. Aos poucos, tornou-se evidente o envolvimento de integrantes da guarda pessoal de Getúlio nos incidentes da Tonelero. Durante todo o tempo, fiz o que pude para eximir de qualquer culpa a figura do presidente, sustentando a tese de que, ainda que houvesse gente do Catete envolvida no episódio, Getúlio de nada sabia. Tratava-se de um brasileiro honrado, muito acima de torpezas desse gênero. Lastimavelmente, o esforço da Última Hora em defesa de Vargas resultaria inútil (WAINER, 1988, p. 201).

Esse fato selou a sorte política de Vargas. Imediatamente o crime foi atribuído a determinações advindas do palácio do governo. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, o “Anjo Negro”, foi acusado como responsável pelo atentado.

Vargas ordenou a abertura do inquérito, afirmando que não pouparia o culpado, fosse ele quem fosse. No entanto, essa atitude não foi o bastante para conter a oposição, que agora contava com decisivo apoio das Forças Armadas. A pressão cresceu e as massas não foram mobilizadas de forma a atuarem como instrumentos políticos para sustentação de Vargas no poder. A oposição na Câmara e oficiais da Marinha e da Aeronáutica denunciaram abusos do governo, corrupção envolvendo familiares de Getúlio e pediram a renúncia do presidente.

Em 12 de agosto, ao lado do governador mineiro Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, Vargas inaugurou uma siderúrgica, em Minas Gerais, e fez sua última aparição em público. Dia 16 de agosto, Nero Moura, Ministro da Aeronáutica, pediu demissão. Climério de Almeida, suposto autor do atentado, foi preso. Dia 21, o vice-presidente Café Filho sugeriu que ambos, ele e Getúlio, renunciassem a fim de que o Congresso elegeisse um

substituto para encerrar o mandato presidencial. Vargas não aceitou a sugestão, afirmando que só morto sairia do palácio do Catete.

No dia 22 de agosto de 1954, Vargas recebeu o **Manifesto dos Generais**, abaixo transcrito:

Considerando que o inquérito policial-militar em andamento na Base Aérea do Galeão já apurou, indiscutivelmente, que foi a guarda pessoal do presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que planejou e preparou dentro do palácio presidencial, e fez executar, o atentado em que foi assassinado o major-aviador Rubens Florentino Vaz;

Considerando que, depois de haver o presidente da República assegurado à nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do palácio presidencial, alertaram os criminosos e lhes forneceram meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro;

Considerando que é assim duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados;

Considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao presidente da República;

Considerando que tais fatos comprometem a autoridade moral indispensável ao presidente da República para o exercício do seu mandato;

Considerando, enfim, que a perduração da atual crise político-militar está trazendo ao país irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranquilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classes sociais do país;

Os abaixo assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a nação, honrando compromissos públicos e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, com consciência, como o melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando-se a sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1954 (DORATIOTO; DANTAS FILHO, 1991, p. 72)

No dia 23 de agosto, o Exército deu ao presidente um ultimato, assinado por 37 generais. Vargas convocou uma reunião extraordinária do ministério, que se alongou até às 4 horas da manhã. Os generais opositoristas queriam o afastamento definitivo; o próprio ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, acabou por concordar com os chefes militares, que exigiam a renúncia. A resposta de Vargas foi o suicídio, com um revólver Colt 32, dando um tiro no peito, por volta das 8h30 do dia 24. Deixou suas razões para o suicídio na afamada carta-testamento.

Na dramática carta-testamento que deixou, Getúlio acabou por fazer uma opção nacionalista definitiva, denunciando os grupos internacionais, que ao lado dos nacionais, tentavam bloquear sua política de proteção ao trabalho, bem como as medidas de nacionalização da economia (NADAI; NEVES, 1991, p. 241).

Com seu gesto, Vargas paralisou a oposição, tal o impacto nas grandes massas populares do país. Lacerda foi caçado pelas ruas, refugiou-se num prédio e foi retirado, lá do alto, por um helicóptero da Força Aérea Brasileira, tendo sido deixado, são e salvo, a bordo do cruzador Barroso, da Marinha do Brasil, que se achava ancorado na entrada da baía de Guanabara.

Aliás, a reação do povo após ter tomado conhecimento da mensagem expressa na carta-testamento foi incrível. A multidão arrancou dos postes a propaganda política dos candidatos da UDN, quebrou as vidraças do prédio da Standard Oil, apedrejou a fachada da embaixada dos EUA e dos edifícios ocupados pela redação dos jornais **O Globo** e **Tribuna da Imprensa**, ainda cercando e ateando fogo nos caminhões de distribuição desses jornais. O jornal **Última Hora** de Samuel Wainer não foi atacado, pois era a favor de Vargas e circulou nesse dia.

O povo parou para chorar a morte do presidente. O Rio assistiu ao funeral mais impressionante de sua história. Na manhã do dia 25 de agosto, a multidão acompanhou o enterro até o Aeroporto Santos Dumont, num cortejo que ia se desenrolando pela extensão toda da praia do Flamengo e avenida Beira-Mar.

Um avião da Cruzeiro do Sul levou o corpo de Vargas para sua terra natal, São Borja, onde seria enterrado. O povo da Capital, que estava diante do quartel-general da 3ª Zona Aérea avançou contra os soldados e oficiais. Estes, ameaçados, dispararam contra a população civil. A confusão foi geral, houve uma morte e muitos feridos. O motim terminou aí, mas a cidade foi sacudida por conflitos pontuais durante o dia todo.

Figura 2 – Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/no-tempo/ha-60-anos/1954/suicidio-do-presidente-getulio-vargas>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

4.7 Consequências históricas

O suicídio de Vargas foi seu último triunfo político. Para seus inimigos, o suicídio trouxe consequências inesperadas. Perderam a chance de acirrar a crise, desmoralizando o presidente com a renúncia, abrindo, assim, o caminho para o golpe militar.

Alzira Vargas, sua filha e confidente, afirma que Vargas foi um “grande enxadrista político e sempre jogou xadrez com a maior frieza na política nacional” (LIMA, 1986, p. 265).

Considerando esse aspecto de sua personalidade política, o suicídio foi mesmo uma vitória. O povo brasileiro, pela primeira vez, tinha a sensação de que um presidente da República cuidava de seus interesses. Aquele que, deposto, sairia do governo de cabeça baixa, saiu da vida para entrar na história.

Das marcas deixadas por Vargas, nenhuma continua tão palpável quanto as leis trabalhistas. Tome-se o exemplo da Carteira de Trabalho, vista por muitos brasileiros como seu melhor documento de cidadania. Ela foi instituída em 1932, durante o primeiro governo Vargas. São também daquela época as leis que até hoje regem a vida dos sindicatos, o salário

mínimo, a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho, e o primeiro sistema oficial de Previdência.

Voltando à visão de enxadrista, pode-se conjecturar que o gesto de Vargas tenha retardado o golpe de Estado. Sua carta-testamento deixa claro que o suicídio deveria ser entendido como denúncia de que grupos econômicos internacionais haviam se unido a grupos nacionais para impedir a aplicação da legislação trabalhista e o avanço do projeto desenvolvimentista. Em um dos trechos da carta-testamento pode-se ler: “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida” (OSAKABE, 2000, p. 375). Vargas se despede e fica com o povo, conforme escreveu: “Escolho este meio de estar sempre convosco. [...] Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história” (OSAKABE, 2000, p. 376).

Vargas entrou para a História, mas foi o povo nas ruas que garantiu a democracia e forçou os golpistas a recuarem. A sucessão do presidente Vargas se deu por meios legais, dentro da ordem, e o vice-presidente Café Filho foi empossado na presidência. Vargas fez política com requintes de estadista e de artista. Ele reviveu na história, se matando. As massas que saíram às ruas legitimaram o legado do presidente. E o populismo sobreviveria, ainda algum tempo após sua morte: seu nome ajudou a eleger os presidentes Juscelino Kubistchek de Oliveira e João Belchior Marques Goulart.

Por essa trajetória de vida, além de depoimentos e citações que ilustram o perfil de Vargas, pode-se concluir que, como se lê em sua carta-testamento, Vargas efetivamente deixou a vida para entrar na história.

No próximo capítulo far-se-á uma análise crítica da carta-testamento, objetivando realizar uma abordagem inter/transdisciplinar, com base nos princípios teóricos da ACD.

5 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA CARTA-TESTAMENTO: UMA ABORDAGEM INTER/TRANSDISCIPLINAR

5.1 Da abordagem inter/transdisciplinar

O presente capítulo tem por objetivo analisar a carta-testamento de Getúlio Vargas, com base na fundamentação teórica desta pesquisa. Buscou-se realizar uma abordagem inter/transdisciplinar da ACD que possibilite o diálogo entre linguagem, ideologia e história.

[A] Análise Crítica do Discurso [é uma] perspectiva que recusa a neutralidade da investigação e do investigador, que define os seus objectivos em termos políticos, sociais e culturais e que olha para a linguagem como prática social e ideológica e para a relação entre interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas (PEDRO, 1997, p. 15).

A linguagem da carta-testamento de Getúlio Vargas foi tomada como prática ideológica e a relação entre interlocutores como mediada por relações de poder, dominação e resistência.

A Análise Crítica do Discurso opera [...] com uma abordagem de discurso em que contexto é uma dimensão fundamental. Mas, ao contrário de outras abordagens, conceptualiza o sujeito [...] como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de actor ideológico. [...] É, de alguma maneira, essa dimensão ideológica na construção do sujeito e, por consequência, na constituição do discurso que fundamentam as diferenças da Análise Crítica do Discurso relativamente a outras abordagens (PEDRO, 1997, p. 20).

Com essa citação percebe-se o valor do contexto na formação do sujeito e na construção do discurso, o que vem a diferenciar a ACD de outras abordagens analíticas. O tempo, o teor ideológico, a linguagem e a história dialogam no decorrer deste capítulo.

Vargas – o signatário da carta-testamento –, político contraditório e bem capaz de ter encenado a própria morte de forma dramática, raciocinada e intencionada, conseguiu dar, por assim dizer, uma “rasteira” nos inimigos políticos, que até precisaram se afastar do Brasil por algum tempo.

A carta historia a conjugação de dois conteúdos: o trabalhismo e o nacionalismo. Petrobrás, Eletrobrás e instalação de direitos trabalhistas dizem-se harmônicos na carta, sob o toque voluntarista de Vargas, cuja base política consistente seria o ‘trabalhador’, por quem se justificava o enfrentamento do conflito, o choque frontal com aqueles que, contrariando aquela conjugação, estariam respondendo por interesses suspeitos (OSAKABE, 2000, p. 374).

Vargas, político experiente, havia dito à sua filha, Alzira Vargas, que só morto deixaria o Catete. Preferiu não renunciar. Preparou um testamento político, ultrapassando o sentido jurídico do gênero testamento, em que criticava “as forças” contra o povo, e se apresentava como vítima de pressões políticas e como salvador da Pátria.

Entende-se por “testamento”, como se viu, uma declaração unilateral, no caso, a de Vargas, que representa a manifestação de sua última vontade, cujos efeitos se produzirão após o seu falecimento. Através dele, Vargas estabelece o destino de seu patrimônio político e designa seus herdeiros testamentários (os trabalhadores) (SIDOU, 1991).

O “trabalhador” era a base do político (Vargas geralmente iniciava seus discursos, deve-se lembrar, com a frase: “Trabalhadores do Brasil”...). Na carta, em seus parágrafos iniciais, a voz era a do político:

Vargas acaba de relembrar toda a suposta orientação de sua luta enquanto líder de uma revolução que teria atendido interesses do povo e enquanto governante finalmente eleito. Até aí a carta é a do político Vargas, de contorno histórico bem definido, envolvido nas escaramuças contra grupos oligárquicos, interesses financeiros e pressões militares. A instância retórica é ainda a mesma de sempre. [...] O estofo legal de seu papel se esvai e o homem, enquanto ser político e chefe de nação, já não existe (OSAKABE, 2000, p. 374-375).

A partir dessas citações, segue-se uma reflexão sobre os passos a se dar para realizar-se uma abordagem inter/transdisciplinar da carta-testamento, em seus contextos linguístico, histórico, político e social.

Um texto [...] não é um simples encadeamento de frases [string of sentences]. Em outras palavras, não se trata de uma grande unidade gramatical, de alguma coisa de mesma natureza que uma frase, mas que se diferencia pelo tamanho – uma espécie de superfrase. Um texto não deve, de forma alguma, ser visto como uma unidade gramatical, mas como uma unidade de outra espécie: uma unidade semântica. Sua unidade é uma

unidade de sentido em contexto, uma textura que exprime o fato de que, ao formar um todo [as a whole], ele está ligado ao meio no qual se encontra situado (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 293).

A restrição da disciplina Linguística aos limites da frase é criticada por vários linguistas, inclusive Jean-Michel Adam, ao afirmar que:

A linguística não é (ou não é mais) a “ciência piloto” das ciências do homem e da sociedade, mas tem muito a dizer sobre os textos, e seu poder hermenêutico permanece inteiro, sobretudo se ela consentir em abrir-se às disciplinas que, da Antiguidade até nossos dias, têm o texto como objeto (retórica e poética, estilística, filologia e hermenêutica, teoria da tradução e genética textual, análise de dados textuais ou análise de textos em computador, sem esquecer a história do livro e as diversas semióticas) (ADAM, 2011, p. 25).

Não há dúvida que o desenvolvimento dos saberes passa por conflitos, debates, controvérsias – o combate necessário contra pressupostos metafísicos, o essencialismo e a negação da história. “O reexame dessas disciplinas antigas e modernas é, no início do século XXI, uma das áreas interdisciplinares mais estimulantes, desde que não se caia em uma ilusão continuísta da história das ciências” (ADAM, 2011, p. 26).

Decidiu-se por uma divisão em categorias analíticas do conteúdo deste capítulo, em etapas (ou vertentes). No olhar inter/transdisciplinar do pesquisador, foram cinco as vertentes do trabalho de ACD neste espectro de leituras: histórica, emocional, mística, linguística e do *ethos* discursivo.

5.1.1 Vertente histórica

A carta-testamento deixada por Getúlio Vargas é um documento contundente, dramático, escrito para a encenação de seus últimos dias. O “pai dos pobres” pensou, certamente, na função psicológica que a missiva poderia vir a ter sobre seus destinatários. Ela não difere muito do que são, em sua maioria, as cartas dos suicidas.

[...] Contrapartida dramática de sua morte, seria ela [a carta] a arma pela qual o polêmico e contraditório político iria tentar resolver a encenação de seus últimos dias (OSAKABE, 2000, p. 373).

A carta tenciona fazer cair sobre os agentes da morte de Vargas o peso do suicídio. É um documento que, valendo-se da identificação dos culpados, busca dar um sentido ao ato destrutivo. O indivíduo que se suicida e deixa uma mensagem aos que ficam, geralmente acredita no poder transfigurador do seu ato. Uma vez que a vida continuará para os que ficam, o autor, na solidão de seu ato, sente-se apoiado por uma plateia concernida. Nesse sentido, nota-se na tessitura da carta, algo construído, pensado e bem elaborado.

Observe-se que nela não há um destinatário inicial a quem esteja dirigida. Os três primeiros parágrafos constituem uma espécie de discurso de prestação de contas, cuja ênfase está no suposto compromisso histórico entre Vargas e o povo.

Depois de decênios de domínio e espoliação de grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia de trabalho[...] (BRANDI, 1983, p. 296).

O trabalhismo e o nacionalismo permeiam o conteúdo da carta. A Petrobrás, a Eletrobrás e a instauração de direitos trabalhistas apareceram como harmônicos, sob o toque voluntarista de Vargas.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante [...] para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue (BRANDI, 1983, p. 297).

Vargas foi construindo sua imagem, supostamente, como se imaginava, ou gostaria de ser lembrado. Uma vez longe das forças que o sustentaram durante o Estado Novo – e, sobretudo, isolado no segundo governo, ele tentou, nos últimos meses de presidência, uma aliança com os pobres, os trabalhadores, com o assim chamado “povo brasileiro”. A situação política foi desgastando-se e ele se achou sem mais nenhum mecanismo de força que lhe desse apoio, além da frágil legalidade. O grande chefe viu-se acuado pelos manifestos com

que políticos e militares pediam sua renúncia. Vargas tinha, pode-se conjecturar, plena consciência do que se passava. No discurso do Primeiro de Maio do ano de 1954, ele afirmara: “Não me perdoam os que me queriam ver insensível diante dos fracos e injustos com os humildes” (VARGAS, 1969, p. 473). E ao se referir ao fim de seu mandato, diria em tom emocionado: “[...] a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começando” (VARGAS, 1969, p. 473). Com essas palavras Vargas se apresentava como aquele que estava prestes a completar a missão para a qual havia chegado ao poder.

A partir dessa indicação mais precisa de destinatário, o trabalhador brasileiro, foi que o documento, em seu 4º parágrafo, deixou de ser uma prestação de contas, para assumir um caráter de testamento.

Vargas se dirigia sempre aos pobres; em seus discursos referiu-se várias vezes aos que “tramavam” contra os interesses dos trabalhadores. Não podemos dizer que já pensasse em suicídio, mas o tom de seus últimos discursos era o de quem conclamava sua única força de sustentação para a luta que ele já enfrentava solitariamente.

Não tendes armas, nem tesouros, nem contaís com influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos (VARGAS, 1969, p. 473).

Os pronunciamentos mais recentes de Vargas insistem nos mesmos tópicos e no mesmo tom: o trabalhador, os oligarcas, a política externa e o nacionalismo. A retórica da carta-testamento é repetitiva, não traz inovação ao discurso. O que diferencia sua mensagem é o momento em que Vargas se declara quase deposto. O amparo legal de seu papel de Presidente se foi e o homem, enquanto ser político e chefe de nação, já não existe.

O “Caudilho” procura em seu ato final levar às multidões o sentido do sacrifício: “cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência” (MENDES JR; MARANHÃO, 1982, p. 258). E assim foi: a notícia de seu suicídio provocou uma comoção popular ímpar. A carta, lida à exaustão em todas as rádios, por vários dias, teve o poder momentâneo de levar a população a espontâneas vigílias, rezas coletivas, alertando as facções militares e os políticos do país inteiro. Alzira Vargas diria, enfaticamente, que o gesto de “1954 adiou o golpe que se efetivaria em 1964”:

Muita gente disse depois que papai era um suicida nato. Não é verdade. Ele não considerava a morte, o suicídio, como um ato de coragem, a não ser que houvesse uma causa muito grande para tanto. Caso contrário, ele achava que a pessoa se matar era uma verdadeira covardia, uma demissão da luta. A não ser que houvesse uma causa muito forte que o levasse a isso. Foi o que aconteceu. Nós sabíamos que em 54 poderíamos resistir e talvez vencer. Mas à custa de quê? De uma guerra civil no Brasil? Ele disse: Este homem velho já está muito fraco, já comeu muita carne de ovelha. Se houver algum sangue derramado, vai ser o meu mesmo.” Mas nunca nos passou pela cabeça que fosse dessa maneira. [...] continuo achando que o gesto dele, de 54, adiou 64. Ainda foi o nome dele que elegeu o Juscelino. Foi ele que elegeu o Jango [...]. Foi ele quem elegeu o Jango, o próprio Jânio. Recordo-me de que, na época do Jânio, a UDN se vangloriava disso: Nós também temos o nosso Getúlio. (LIMA, 1986, p. 263-264).

Vargas foi protagonista de seu próprio drama e o único ator que poderia ter vivido com força o papel de mártir do país. Nas palavras de João Agripino, seu adversário político:

Antes [...] tínhamos 80% da população do Rio de Janeiro ao nosso lado. No dia do suicídio dele, 90% ou 100% da população ficaram contra nós. O Carlos Lacerda, inclusive, teve que se esconder (LIMA, 1986, p. 267).

E Afonso Arinos, que na tribuna pediu sua renúncia, disse:

[...] e o drama pessoal transformou-se em drama nacional. Para mim aquilo também foi um trauma [...]. Quando eu soube da morte dele, tive um sentimento de filho e pensei no meu pai [...]. O gesto dele de suicídio foi uma recuperação de todas as energias que ele tinha [...]. Ele reviveu se matando (LIMA, 1986, p. 267-268).

Sentindo-se afastado do poder de que se investira institucionalmente, Vargas tentou deslocar-se da história para o território de mito. A ideologia se fez presente ao apresentar-se como o Salvador dos pobres, um missionário, entretanto, que já não tinha poder para continuar tal missão. Afonso Arinos refere-se, ele mesmo, a Vargas como tendo vivido o papel de mártir, no momento que deu um tiro no peito.

5.1.2 Vertente emocional

A vertente emocional trata de aspectos da carta-testamento, e de reações dela advindas, a partir da seguinte definição de emoção: 1. Ato de mover (moralmente). 2. Abalo moral: comoção. (AURÉLIO, 1980, p. 642). Vê-se, portanto, que as emoções são expressões afetivas acompanhadas de reações intensas e breves no organismo, em decorrência de um acontecimento inesperado ou muito aguardado.

5.1.2.1 Das emoções

O conteúdo da carta-testamento moveu e comoveu seu destinatário – o povo – que, em meio ao choro, à tristeza e à revolta, saiu às ruas para se manifestar.

Emoções são uma forma de linguagem, na qual se expressam percepções internas, causadas geralmente por fatores externos. O fator externo foi, no presente caso, a morte de Vargas.

O Brasil todo se emocionou com a carta-testamento? Pode-se dizer que sim, mas as reações foram diferentes. Os correligionários de Vargas lamentaram e choraram por ele; os adversários, pegos de surpresa, sentiram-se acuados. O elemento surpresa veio, portanto, a causar dois tipos de emoções.

A mensagem emocional da carta-testamento será analisada a partir deste ponto, tendo como base as próprias palavras de Getúlio Vargas.

O fator emocional fez com que Vargas se colocasse como vítima da pressão exercida por seus adversários políticos, descritos como “*adversários do povo e da Nação*”.

Destaca-se a emoção, o orgulho na construção de sua imagem como político e líder nacional: “*Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo*” (linhas 7 a 10, p. 125).

Esse componente emocional, ou subjetivo, faz lembrar as características de uma carta pessoal. Alude-se, no discurso, à força da oposição, utilizando-se de verbos com sujeitos elípticos: “*Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a*

defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes” (linhas 2 a 5, p. 124). Vargas coloca-se, assim, na posição de vítima, de sofredor.

Nota-se, também, um sentimento de distância entre o remetente, Vargas, e o destinatário, o povo brasileiro, evidenciada pelo uso dos pronomes de tratamento da segunda pessoa do plural (vós, convosco) e seus possessivos (vosso, vossa, vossos, vossas). Vargas estaria mais próximo de seu destinatário se escolhesse a primeira pessoa do plural, incluindo-se nas ações ou omissões. *“Nada mais posso vos dar, a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho esse meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado”* (linhas 28 a 31, p. 125-126).

Vargas utiliza, na segunda pessoa do plural, verbos que expressam sentimentos de pena e de chamado à luta: *“quando a fome bater à vossa porta, sentirei em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentirei no pensamento a força para a reação”* (linhas 31 a 33, p. 126).

O testador dá sua vida e seu sangue aos herdeiros, que, no caso, são os brasileiros mais humildes. Percebe-se a emoção e a comoção. Uma vez recebido o legado político-ideológico, o povo é incentivado a levar à frente a luta de Vargas: *“Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência”* (linhas 33 a 36, p. 126).

Encontram-se valores éticos no texto da carta-testamento: *Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte*” (linhas 41 a 43, p. 126).

5.1.2.2 Do sentimentalismo

O termo *sentimentalismo* é empregado aqui no sentido de sentimentalidade e/ou afetação de sentimento, conforme consta no Dicionário Aurélio.

Observe-se que Vargas procura expressar em sua carta o sentido de seu “sacrifício”. O cultivo das emoções concede autoridade moral ao sofredor. Um indivíduo que não sofresse, no auge do romantismo literário, seria retratado como portador de deficiências de caráter, carência de imaginação e de sentimento: “...em 1950, Bertrand Russel achou necessário

escrever um ensaio acatando a ideia de que os oprimidos eram donos de uma virtude superior precisamente por causa de sua experiência de opressão” (DALRYMPLE, 2015, p. 152).

A visão sentimentalista dominou a história mundial no século XX. Com respeito às atrocidades cometidas pelos nazistas, é importante recordar a famosa declaração do filósofo alemão Theodor Adorno: a poesia é impossível depois de Auschwitz.

Por que trazer essa ideia à discussão? Porque aquela catástrofe histórica foi tão grande que se tornou o único assunto digno do pensamento e do sentimento, para os que se achavam comprometidos com o futuro da humanidade. O sofrimento das vítimas de Auschwitz lhes conferiu uma autoridade moral especial: “Mas essa autoridade não poderia ter vindo só de seus sofrimentos; as respostas delas a esses sofrimentos, e as respostas de inúmeras outras pessoas, deram-lhes essa autoridade” (DALRYMPLE, 2015, p. 154).

As palavras de Vargas provocaram grande comoção no povo, que aceitou sua mensagem de imediato, visto ter Vargas conquistado o direito a uma opinião inquestionável pela situação de *sofredor*. Somente quem passou por um grande sofrimento tem o direito de falar dele. Palavras carregadas de sentimentalismo, sofrimento e dor, são as do trecho que se segue: “*Tenho lutado mês a mês, dia da dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado*” (linhas 25-28, p. 125).

No papel de “pai dos pobres”, Vargas transmite a ideia sentimental de que o povo precisa ser protegido contra os poderosos: “*nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue*” (linha 28, p. 125).

Pode-se dizer que o sofrimento de Vargas levou o povo brasileiro à comoção. E não só entre pessoas humildes é que o sentimentalismo causa reações eloquentes em favor do sofredor. O caso citado a seguir é um exemplo de que mesmo pessoas esclarecidas (juízes de direito) podem ser levadas a tomar decisões sob influência de apelos emocionais.

Um homem, sem qualquer culpa, foi brevemente exposto a um produto químico nocivo. Pediu indenização e, quando seu caso chegou ao tribunal, não apenas seus sintomas tinham piorado muito consideravelmente, como ele afirmava que a brilhante carreira em que estava prestes a embarcar, quando foi exposto ao produto, [...] tinha sido arruinada de uma vez por todas. Por conseguinte, a soma que ele pedia era imensa, vastamente maior do que todo o dinheiro que ele poderia ter acumulado por outros meios (DALRYMPLE, 2015, p. 166).

Esse caso, ocorrido na Inglaterra, exemplifica uma situação em que a vítima, alegando fatos ocorridos em consequência de acidente de trabalho, tenta, e consegue, comover o juiz pelo relato do sofrimento e das perdas a que supostamente foi exposta.

Além de vítima, Vargas se apresenta como um descontente ao descrever a situação política adversa dos últimos dias de seu segundo mandato:

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente (linhas 14 a 18, p. 119).

Vargas se descreve na Carta como um lutador, defensor do povo, associando às suas realizações um caráter de defesa de seu governo e de suas conquistas políticas:

assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constantes de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto (linhas 18-22, p. 119).

O trecho a seguir expressa a mesma qualidade de lutador, defensor corajoso dos interesses do povo: *“Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio”* (linhas 41- 43, p. 126).

A imagem de um presidente amoroso, doador e bondoso aparecem em vários momentos do texto: *“Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna.”* (linhas 36-38, p. 126). O presidente idealista, de princípios, convoca o povo à resistência, e perdoa a oposição. Diz-se um lutador a favor dos interesses do povo, compara-se a um escravo e, pelo suicídio, deixa a vida entre os homens para entrar, como um santo, na vida eterna.

Vargas termina a carta-testamento justificando seu ato. Deixa claro que preferiu a morte à renúncia, humilhação à qual não queria de forma alguma se expor: *“Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”* (linhas

44-45, p. 126). Registre-se que Vargas mencionou a vida eterna, um elemento de natureza religiosa.

A análise das emoções e do sentimentalismo constitui, como se viu, mais uma vertente do leque de possibilidades do presente estudo de ACD numa abordagem inter/transdisciplinar.

5.1.3 Vertente mística

Selecionou-se outra afirmação de Vargas, como evidência do conteúdo místico da carta-testamento: *Sigo o destino que me é imposto*. Essa frase permite ao leitor atribuir uma intenção mística, na construção do sentido do texto. O autor afirma que seguiu seu destino ao defender o povo. Constata-se uma pressuposição polifônica subentendida. De acordo com a mitologia grega, o destino é imposto aos homens e aos deuses por uma entidade acima deles: a **moira**. Vargas recebeu sua missão e tratou de corresponder a ela. Tentou fazê-lo, mas, na impossibilidade, ofereceu o seu sangue redentor, uma vez que se sentiu incapaz de fornecer, ao povo, o pão dos benefícios materiais: “Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida” (VARGAS, 1969, p. 511).

Num discurso fortemente inspirado no modelo crístico, Vargas, como um Cristo brasileiro, vale-se do caráter sacrificial de sua morte, ao fazer uso de expressões como: “Ao ódio respondo com o perdão” (VARGAS, 1969, p. 297).

Ainda se comparando ao Salvador, cuja morte teria livrado a humanidade do pecado original, Getúlio Vargas exprime o desejo de que sua morte, dada em sacrifício, significasse o resgate final do povo brasileiro: “Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate” (VARGAS, 1969, p. 511).

Ao usar o verbo factivo **sentir**, nota-se que a ação passou para o campo místico, pressupondo uma força eterna e divina ao autor (herói mitológico).

Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência (VARGAS, 1969, p. 297).

Uma série de verbos encadeados encaminha o texto para o desfecho dramático. A derrota aparente, ocorrida no passado, contrapõe-se à vitória presente como resposta. O escravo do povo liberta-se para a eternidade. O povo/leitor a quem o signatário serviu, no passado, não serviria a mais ninguém, porque o seu sacrifício redimiria o povo, no futuro.

Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate (VARGAS, 1969, p. 298).

Ainda sob a vertente mística, verificou-se que os catorze pronomes da segunda pessoa do plural, de uso raro no Brasil, bem presentes, entretanto, na memória discursiva, remetem a conhecidíssimas orações católicas, por exemplo, ao Pai Nosso (que estais no céu, santificado seja o *vosso* nome e venha a nós o *vosso* reino etc.) e à Ave Maria (cheia de graça, o Senhor esteja *convosco*, bendita sois entre as mulheres, bendito o fruto do *vosso* ventre etc.), fato que intensifica fortemente o caráter místico da carta.

Ora, ao empregar os referidos pronomes e tempos verbais, transparece a intenção do enunciador, prestes a ser novamente deposto, de comparar-se a outro grande líder e mártir: Jesus Cristo. Também este, conforme se sabe, renunciou a si mesmo e ofereceu sua vida “em holocausto”. Também ele prometeu a seus prosélitos “estar sempre convosco”. Ao ódio, Cristo também respondeu “com o perdão”. E, vitorioso, também se libertou “para a vida eterna”.

Note-se a força mística destas citações: “Nada mais *vos* posso dar, a não ser o meu sangue”; “Escolho este meio de estar sempre *convosco*”; “Quando *vos* humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao *vosso* lado”; “Quando a fome bater à *vossa* porta, sentireis em *vosso* peito a energia para a luta por *vós* e *vossos* filhos”; “Meu sacrifício *vos* manterá unidos e meu nome será a *vossa* bandeira de luta”. Eis aí, altissonante, a voz do grande líder populista: heroico, solitário, mártir, dadivoso, superior.

A dimensão mística ou religiosa contida na carta-testamento remete à narrativa cristã. A relação de Vargas com o povo brasileiro é marcada pelo martírio: como se ele fosse o defensor do povo em vida e o salvador na morte.

5.1.4 Vertente linguística

5.1.4.1 Texto

Tencionou-se aqui analisar um texto histórico sob o ponto de vista da interação com a linguagem, numa abordagem inter/transdisciplinar que procura estabelecer a ação e a intencionalidade do enunciador, reconstituindo seu sentido através da relação entre as referências do contexto histórico de produção e as marcas linguísticas da enunciação.

A carta-testamento, convém repetir, tornou-se um marco na história política brasileira. Documento histórico, recheado de influências positivistas, desenvolvimentistas, nacionalistas, cristãs, místicas e populistas, foi objeto de pesquisas realizadas no Brasil e no exterior.

Por esse motivo, procurou-se entender a força argumentativa e o processo de interação do texto visando possibilitar ao analista do discurso a realização de uma nova abordagem da carta-testamento, uma vez que “discurso é linguagem em ação, revelando a própria prática que interpela os indivíduos historicamente determinados” (GUIMARÃES, 2009, p. 126).

Antes de mergulhar na análise do discurso de Vargas, tratou-se de fazer uma análise do texto, pois as ciências da linguagem distinguem texto de discurso. Optando-se pela distinção, dir-se-á que o *texto* é uma produção formal resultante de escolhas e articulações feitas pelo autor, dentro do sistema linguístico (GUIMARÃES, 2009). No entanto, o *discurso* é o mesmo texto, que se “discursiviza na medida em que o seu analista busca as intenções não explicitadas” (GUIMARÃES, 2009, p. 126).

Percorreram-se duas teorias: a linguística textual e a análise do discurso, para delinear as diferentes características de texto, e conceitos relacionados a ele, tais como discurso, sentido, exterioridade, entre outros.

[...] as ciências da linguagem distinguem texto de discurso. Nessa opção pela distinção, considera-se o texto uma produção formal resultante de escolhas e articulações feitas pelo produtor do texto —este amparado pelos recursos do sistema linguístico (GUIMARÃES, 2009, p. 126).

Inicialmente o texto era tido como “unidade linguística (do sistema) superior à frase” (KOCH, 1995, p. 21). O texto era entendido como a expressão na forma de organização do material linguístico. Em um segundo momento, a partir da contribuição dos estudos propostos

por Chomsky, houve um movimento em favor de se priorizar a construção de gramáticas textuais, a partir da competência textual do enunciante. A partir daí, o texto passou a ser visto como sendo uma unidade linguística hierarquicamente mais elevada. Ele deve ser entendido como uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas devem ser regidas pelas regras de uma gramática textual. Houve uma notória transformação conceitual com a virada pragmática, atribuindo-se ao texto uma unidade de comunicação e interação humana: o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos (KOCH, 2015).

A esse propósito Jean-Michel Adam, analista da linha francesa, ao discorrer sobre a “translinguística” de Émile Benveniste, comenta sobre o estágio da compreensão do texto como muito mais do que uma sequência de frases, gramaticalmente alinhadas, pois o termo “translinguística” já traz implícito um rompimento de barreiras até então existentes.

O texto é, certamente, um objeto empírico tão complexo que sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas é de uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência (ADAM, 2011, p. 25).

Na verdade, o texto pode ser metaforicamente descrito como o berço do discurso, visto que é nele que o discurso crescerá. Cabe ao analista revesti-lo e interpretá-lo de acordo com o contexto histórico. Assim, pode-se pensar o texto como objeto que, dada a sua complexidade, exige que sejam convocadas teorias vindas de outras áreas do conhecimento, de maneira a se compreender como se constroem os seus sentidos.

A carta-testamento é o texto, a unidade de sentido, enquanto considerado como uma unidade linguística. Da unidade linguística do texto é que se pode buscar, num processo mais amplo, relações históricas, sociais, culturais, emocionais e ideológicas. Nesse sentido, o discurso é a linguagem em ação. O texto torna-se discurso na medida em que o analista consegue perceber o objetivo do enunciador. O discurso não é uma soma de frases, mas é um todo semanticamente organizado, contextualizado.

O pesquisador debruçou-se não apenas, mas também, sobre o texto, buscando analisar o discurso contido no *corpus* do seu estudo, e observou que Vargas destinou seu texto ao trabalhador, coerente com seus objetivos políticos.

Vejam-se as seguintes fases composicionais do texto, conforme o signatário se expressa nos cinco parágrafos que o compõem:

- a) A afirmação inicial (linhas 1 e 2, p. 124) apresenta a abertura do documento em forma de uma descrição dos ataques da oposição ao governo Vargas, o que o faz colocar-se na posição de vítima.
- b) No segundo parágrafo (linhas 5 a 18, p. 124-125), Vargas tece uma narrativa de sua trajetória política, lembrando que renunciou uma vez e voltou ao governo nos braços do povo. Reafirma que a oposição não quer o povo seja independente.
- c) No terceiro parágrafo (linhas 18 a 24, p. 125), Vargas defende o seu governo, descreve suas conquistas e confessa ter sido obrigado a ceder sob violenta pressão da oposição em face dos acontecimentos políticos e econômicos do país.
- d) No quarto parágrafo (linhas 24 a 40, p. 126), o mais longo dos cinco, há uma explicação sobre as causas do suicídio: *“Escolho este meio de estar sempre ao vosso lado”* (linhas 30 e 31, p. 126); segue-se a expressão de sua vontade e do seu legado: *“Nada mais vos posso dar a não ser meu o sangue [...] eu ofereço em holocausto a minha vida.”* (linhas 28 e 30, p. 125-126); Vargas faz uma avaliação da escolha: *“E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna”* (linhas 37 e 38, p. 126); e incita o povo à luta: *“Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta”* (linhas 33 e 34, p. 126); ao fim e ao cabo termina com a síntese de sua vida política: *“Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate”* (linhas 39 e 40, p. 126).
- e) Para encerrar, no último parágrafo, de três linhas, Vargas fecha seu texto de modo a mencionar a própria história de vida, que também se encerraria, em breve, com um tiro no peito. O fechamento está implícito na situação adversa do início do documento.

Os parágrafos mencionados são assertivos, estruturados em sequências textuais, tendo como meta principal a construção de um discurso ligado a objetivos determinados. Em síntese, há o duplo objetivo comunicativo de explicar as razões do suicídio e manifestar as últimas vontades quanto ao legado político. Fazendo jus à sua imagem de defensor dos humildes, Vargas parece oferecer uma explicação ao suicídio: a oposição “quer”, e eu “escolho” dar meu sangue e deixar a vida para entrar na História.

5.1.4.2 Discurso

Com a linha francesa de Análise do Discurso, de modo resumido, sai-se do terreno do linguístico *stricto sensu* e chega-se à relação que o linguístico mantém com o histórico. Toma-se a história como elemento constitutivo do texto. O texto é comparável a um recorte dentro de um processo discursivo mais profundo.

É importante reconhecer que na Análise Crítica do Discurso, de linha inglesa, o texto deve ser trabalhado em relação ao discurso: “o texto remete ao discurso, o discurso valida o texto na unidade de significação. É por essa razão que se diz que o sentido atravessa o texto, assim como o discurso é atravessado por outros discursos” (GUIMARÃES, 2009, p. 128).

Depreende-se que o sentido do texto admite uma pluralidade de leituras ou interpretações, que variam segundo os olhos do leitor, suas ideologias, vivências e experiências na área de conhecimento em que o texto está inserido. Portanto, a ideologia é da consciência e também, do social.

Uma vez feita a distinção entre texto e discurso, pode-se buscar as explicações teóricas para justificar-se a interação textual e discursiva presente nas manifestações ideológicas propostas no cenário político do segundo mandato do Presidente Vargas.

O elemento que permeia a relação entre a linguística e a ACD é a língua, e toda língua, sabe-se, entra no pensamento através da palavra. Eis a importância da relação da linguística com o discurso, a seguir aqui enfocada, em uma abordagem inter/transdisciplinar.

Os tópicos analisados foram os tempos verbais, operadores argumentativos, marcadores de pressuposição, índice de avaliação, expressões atitudinais e polifonia. Existem propriedades gramaticais além do limite das sentenças, tendo-se, como exemplo, as relações semânticas entre elas. O estudo do texto/discurso permitiu chegar a generalizações sobre as propriedades de períodos compostos e de sequências de frases. O relacionamento entre gramática e pragmática levou o pesquisador a pressupor uma descrição gramatical tanto de sequências de frases, como de propriedades do discurso como um todo, conforme afirmações de Teun A. van Dijk, em sua obra **Studies in the Pragmatics of Discourse** (1981).

[...] o planejamento pragmático de um discurso/conversação requer a atualização mental de um conceito de ato de fala global. É com respeito a esse macroato de fala que se constrói o propósito da interação: que X quer saber ou fazer algo. Se dissermos de maneira bastante vaga, embora familiar nas ciências sociais, que a ação humana é finalisticamente orientada, estaremos significando que há sequências de ações, que (...) são realizadas

sob o controle efetivo de uma macrointenção ou plano, encaixado numa macrofinalidade, para um ou mais atos globais. Enquanto tal macroproposição é a representação das consequências desejadas de uma ação (...). Sem um macropropósito e uma macrointenção, seríamos incapazes de decidir qual ato de fala concreto poderia propiciar um estado a partir do qual o resultado pretendido e a meta intencionada poderiam ser alcançados. (KOCH, 2015, p. 32).

No texto da carta-testamento, Vargas optou pelo uso de modificadores justapostos, que têm um conteúdo semântico temporal, expresso com o uso do gerúndio: suportando, esquecendo, renunciando.

O processo de linguagem, nela, é tido como um jogo social dinâmico, revelador de como as elites se comunicavam com as massas, chegando até a manipulá-las para manter-se no poder.

A carta-testamento foi, aqui, considerada em suas características argumentativas, em seus jogos sociais entre interlocutores e com regras estabelecidas de acordo com a interação dos participantes.

(...) a par daquilo que efetivamente é dito, há o modo como o que se diz é dito: a enunciação deixa no enunciado marcas que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido (KOCH, 1998, p. 14).

Neste trabalho, o contexto em que a carta-testamento foi construída é de grande importância. A partir do conhecimento do contexto socio-histórico, produz-se o conhecimento compartilhado, tornando-se possível estabelecer sentidos e intenções, esclarecendo pontos ligados a acontecimentos da época e suas consequências políticas.

Debruçado sobre o texto e o contexto da carta-testamento, o pesquisador conseguiu perceber as características do ambiente sócio-político na perspectiva do signatário. Este assumiu a direção do texto, apresentou a sua visão particular do mundo.

Segundo a teoria de Weinrich (WEINRICH, 1968), os tempos verbais determinam, através do modo e da conjugação, características da atitude comunicativa do locutor como relato ou comentário (KOCH, 1968). A atitude comunicativa, fator de coesão do texto, buscou uma interação com o leitor, que, pelos tempos dos verbos, prevê elementos para a construção do sentido do texto.

No relato, a força argumentativa dilui-se pelo discurso indireto e pela ausência do tempo presente, exceto na metáfora temporal. Em seus comentários o autor assume o **eu** do texto estabelecendo uma interlocução com o **tu** e apresentando um discurso direto. “O uso dos tempos do mundo comentado torna um texto explicitamente opinativo, crítico, argumentativo” (KOCH, 1995, p. 54).

Vargas teve como objetivo comunicativo o de persuadir o leitor da coerência de sua vida política, de seus feitos, suas lutas e adverti-lo da iminente perda de poder.

...deixou Getúlio uma carta

Que faz a gente chorar

Dedicada aos humildes

Que morrem de trabalhar:

Vos dou meu sangue e a vida

Só isto faltava dar...

(SANTOS, Teodoro dos⁴ *apud* NOSSO SÉCULO, 1982, p. 127)

Para viabilizar esta parte da pesquisa, a da análise e reinterpretação das frases que compõem a carta-testamento, decidiu-se numerá-las, com o objetivo de facilitar o trabalho.

Da carta-testamento

1. “Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram -se
2. e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não
3. me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam
4. sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a
5. defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o
6. destino que me é imposto.

⁴ Versos compilados por Origenes Lessa.

7. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e
8. financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o
9. trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de
10. renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea
11. dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o
12. regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no
13. Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam
14. os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas
15. riquezas através da Petrobrás ; mal começa esta a funcionar a onda de
16. agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não
17. querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja
18. independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra
19. os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até
20. 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam
21. fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise
22. do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a
23. resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de
24. sermos obrigados a ceder.
25. Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão
26. constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo,
27. renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda
28. desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves

29. de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo
30. brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar
31. sempre ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em
32. vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos
33. vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu
34. sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.
35. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e
36. manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o
37. perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória.
38. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de
39. quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará
40. para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei
41. contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado
42. de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu
43. vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio.
44. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida
45. para entrar na História”

(NOSSO SÉCULO, 1982, p. 124)

Nas *linhas de 1 a 6*, os verbos no presente do indicativo indicam a ideia de ação presente, determinando o tempo zero do texto. O verbo *coordenaram-se* (*linha 1*), usado no pretérito perfeito, veio para indicar uma sequência temporal de ação (retrospecção/tempo presente).

As locuções verbais das *linhas 4 e 5* foram usadas com o verbo auxiliar no presente do indicativo. O verbo *defendi* (*linha 6*) no pretérito perfeito referiu-se a uma retrospectção ligada ao verbo anterior: *continuo a defender porque sempre defendi*.

O autor assumiu o **eu** da ação mudando da terceira pessoa para a primeira pessoa do singular do modo indicativo: *sigo* (*linha 5*). Além da força argumentativa, o verbo no tempo presente deu a força performativa de realizar esta ação no momento em que se fez enunciado.

O signatário, que antes recebia a ação (mesmo que não passivamente porque a recebia para defender o povo), passou a realizá-la. Nesta mesma frase, a terceira pessoa foi retomada na *linha 6* pelo verbo **ser** representando uma voz polifônica que remeteu o destino à 1ª pessoa.

Sigo o destino que me é imposto (linhas 5 e 6).

Os pronomes pessoais, segundo classificação de Benveniste, dividem-se em pronomes da pessoa (1ª e 2ª pessoas) e da não-pessoa (3ª pessoa). Os primeiros indicam os sujeitos envolvidos na interlocução, os outros indicam os referentes, sujeitos do mundo extralinguístico do qual se fala (BENVENISTE, 1995).

É importante notar que a escolha dos pronomes revela a posição do enunciador perante o enunciatário. O enunciador pode fazer parte do povo ao usar o pronome “nós”, e se distanciar do povo ao usar o pronome “eles”. Por esse motivo, o autor julgou relevante analisar a posição de Vargas revelada através do uso de pronomes.

Nesta primeira parte, através dos pronomes da 1ª pessoa, o autor coloca-se como defensor e escudo do povo contra o qual existem forças e interesses. E exatamente por ser este escudo é que estas forças atacam. Assim, estabelece para leitor sua posição de protagonista principal.

Não me acusam, insultam: não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa (linhas 2 e 3).

O texto contido entre as *linhas 7 e 24* estabeleceu uma retrospectiva a partir do uso dos tempos verbais, pois eles estão na maioria no pretérito perfeito, retrospectção esta que relatou os fatos que levaram à situação comentada anteriormente.

Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo (linhas 7 a 10).

Vargas aqui permaneceu como interlocutor principal participando do universo linguístico do texto, mantendo a relação pronominal (pronomes da pessoa e da não-pessoa).

Assim, os referentes polifônicos: grupos financeiros internacionais aliados a grupos nacionais revoltados contra o regime de trabalho (*linhas 11 e 12*), ainda foram indicados pelos pronomes da 3ª pessoa e ficaram fora do universo linguístico do texto. Esses verbos apresentavam a não-pessoa e, portanto, não indicam ações diretas dos interlocutores do texto. Na verdade, determinam ações em direção ao signatário, reforçando sua posição de protagonista e provocando, através da interação, uma tomada de posição do leitor.

A combinação dos conceitos de *intertextualidade* e *hegemonia* provê uma abordagem harmônica para uma teoria dialética do discurso, cujo enfoque recai sobre lutas articulatórias e contradições. O conceito de *intertextualidade* de Bakhtin (...), assim como a noção foucaultiana de *ordens do discurso* viabilizam análises sobre a presença, a ausência e a articulação de outras vozes, discursos e gêneros em um texto específico como formas de luta hegemônica (RAMALHO, 2005, p. 286).

Na *linha 20*, outros protagonistas foram introduzidos pela 1ª pessoa do plural e pela cumplicidade entre o autor e os novos sujeitos, aliados que compartilham o mesmo ideal. A relação direta entre autor/texto/leitor começa a se tornar mais explícita.

Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder (*linhas 20 e 24*).

Define-se um terceiro momento da análise entre as *linhas 25 e 40*, quando o texto retoma o tempo presente e o autor reassume a direção de ação com verbo (mesmo que auxiliar) no presente do indicativo da primeira pessoa do singular, seguido do particípio, o que caracteriza sua atitude em *relação às forças e aos interesses que se coordenaram contra o povo (linha 1)*.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, *resistindo* a uma pressão constante, incessante, tudo *suportando* em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado (*linhas 25 a 28*).

Entre as *linhas 29 e 40*, desde o uso do verbo “sentir”, foi notado um discurso com tom místico, analisado em sua vertente própria, conforme análise anterior.

No último bloco do texto, entre as *linhas 41 e 43*, o pretérito perfeito simples foi escolhido para estabelecer uma sequência de ação passada, em retrospectiva, continuando em direção ao presente: lutei e continuo lutando. Ou seja: no passado dei a minha vida, vivi para vós e hoje ofereço a minha morte. É o sacrifício final, o descanso do herói.

Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (linhas 43 a 45). Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte (linhas 40 a 43).

A presença de operadores argumentativos ajudou a trazer coerência e anunciou pistas para a construção do sentido pelo leitor, mostrando a força argumentativa dos enunciados e a direção norteadora do enunciado. Pelo processo de interação, o leitor passou a participar do texto como interlocutor do processo de comunicação.

O mais uma vez, na *linha 1*, introduziu o pressuposto de que isso já acontecera antes. Da mesma forma o *novamente* (*linha 2*). Não só já aconteceu como a atitude foi a mesma.

O *agora* também introduziu um pressuposto do que não era e agora veio a ser. Com a proteção do autor o povo/leitor estava amparado, agora não mais. Antes o autor vivia a vida do povo/leitor, e no momento oferece a sua morte.

...para defender o povo que agora se queda desamparado (linhas 27 e 28).
Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte (linhas 42 e 43).

Outro marcador escolhido a compor o texto foi o *para que*, na *linha 4*, que introduziu uma explicação relativa ao enunciado anterior: *impedem minha ação*. O *até* se apresentou como operador que destacou o argumento mais forte. Neste caso, os argumentos mais fortes apresentados marcaram uma relação de afastamento ideológico com o leitor.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero (linha 16).
Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano (linhas 19 e 20).

O marcador argumentativo *e* apareceu para somar argumentos, ora a favor, ora contra o autor.

... as forças **e** os interesses... (linha 1: ... caluniam, **e** não me dão o direito de defesa. (linha 3): ... sufocar a minha voz **e** impedir a minha ação...(linha 4); Meu sacrifício vos manterá unidos **e** meu nome será a vossa bandeira de luta. (linhas 33 e 34); meu sacrifício ficará para sempre em sua alma **e** meu sangue será o preço do seu resgate. (linhas 39 e 40); ... dou o primeiro passo no caminho da eternidade **e** saio da vida para entrar na História (linhas 44 e 45).

Marcadores de pressuposição foram conteúdos semânticos adicionais que acrescentaram elementos implícitos ao texto, o que permitiu ao leitor uma antecipação aos argumentos do texto. Encontraram-se no texto verbos indicativos de permanência de estado, todos ligados à atitude tomada pelo autor em relação ao povo/leitor. Isso levou o pesquisador a pressupor a existência de uma relação direta eu/vós.

Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta (linhas 33 e 34).

Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência (linhas 35 e 36).

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma... (linhas 39 e 40)

A presença dos verbos na 1ª pessoa do singular veio a marcar o pressuposto da posição ideológica do autor. Nacionalista ferrenho, simpatizante do fascismo italiano, Getúlio Vargas tentou, durante seu governo no Estado Novo (1937-1945), impor o culto à personalidade, fazendo festas populares no seu aniversário, espalhando seu nome e busto por praças e avenidas de todo país. O modo e a pessoa destes verbos colocaram-no como o centro, o realizador individual.

Buscou-se localizar e interpretar os indicadores atitudinais no texto, visto que estes reforçariam o papel de cada sujeito através da explicitação de seus estados psicológicos.

...grupos nacionais revoltados... (linha 11).

...tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo... (linha 26) para defender o povo que agora se queda desamparado (linhas 27 e 28).

Serenamente dou o primeiro passo... (linha 44).

Note-se que a voz polifônica veio a se contrapor às pretensões nacionalistas do autor.

A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso (linhas 12 e 13).
Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios (linhas 13 e 14).

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma (linhas 14 a 16).

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero (linha 16).

Não querem que o trabalhador seja livre (linhas 16 e 17).

Não querem que o povo seja independente (linhas 17 e 18).

Contudo, neste ponto, as ações do autor de sobrepuseram à voz polifônica representada por aqueles, os injustos, que não estavam do seu lado.

Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com minha vitória (linhas 36 e 37).

A vitória de Vargas foi ter feito da morte uma continuação daquilo que fizera toda a sua vida: um grande ato político. A reação popular ao seu suicídio foi fulminante, nunca se vira uma manifestação popular igual. A dor e a revolta pela morte do político foi sacramentada pela reação do povo nas ruas. Vargas morreu no dia 24 de agosto de 1954, mas o populismo sobreviveu a ele muito tempo após essa data.

O papel do *ethos* discursivo de Vargas levou o pesquisador ao último subtítulo deste capítulo.

5.1.5 Vertente do *ethos* discursivo

Vargas construiu seu *ethos* discursivo de modo a apresentar-se enumerando suas qualidades. Falando de si, explicita seu estilo, suas crenças, suas competências linguísticas e sua maneira de ser, ao enunciar o seu dizer, as suas palavras.

Segundo a linha de pensamento de Maingueneau, o *ethos* configura-se como a voz do fiador ou o tom que Vargas, no caso em estudo, confere ao seu texto, com a finalidade de persuadir e de obter a adesão do coenunciador.

A comunicação que se estabelece entre o enunciador de um discurso e o seu público alvo é norteadas pelo texto e também pela maneira desse enunciador relacionar-se com o auditório. Como o *ethos* se relaciona à figura do orador, é o que assegura, a este, parecer probo, de caráter, honesto e digno de crédito.

Como político, Vargas não permite que estudiosos façam uma leitura única de seu discurso: as diferentes leituras podem ser legitimadas pela pluralidade de enfoques, nuances, paradigmas e induções. O discurso político é, por pressuposto, aquele que vem propor, sugerir, mudar, justificar, negar, afirmar, esconder, camuflar ou revelar. Assim sendo, só pode ser entendido dentro do contexto em que foi manifestado.

Vargas manteve algumas características desde o tempo de estudante até a assinatura da carta-testamento. Vários aspectos de seu caráter receberam influência de diferentes correntes filosóficas e ideológicas. Pela extensão do tempo, mudanças e alterações ocorreram tanto na esfera nacional, como na internacional: duas guerras mundiais, emergência do socialismo, a crise de 1929, a ascensão e queda do nazi-fascismo, a Guerra Fria e a hegemonia norte-americana.

O discurso de Vargas foi estudado em três períodos: a) do início do século XX, de quando datam as primeiras fontes, até 1928, quando assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, período de forte influência positivista; b) de 1943, período em que predomina a ideologia desenvolvimentista, associada ao autoritarismo em voga; c) de 1943 a 1954, período marcado pelo trabalhismo.

Vargas deixou farto material escrito que se constitui em preciosa fonte de pesquisa. Jornais e revistas contêm entrevistas, artigos, opiniões, críticas, discursos reproduzidos na íntegra ou em excertos. Seus discursos mais importantes, desde a campanha presidencial de 1929, foram publicados, fruto da propaganda do Estado Novo.

Aluno da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1903), Vargas aderiu cedo ao positivismo de Augusto Comte. Em discurso ao recém-eleito presidente Afonso Pena, em 1906, como líder estudantil, proferiu um discurso com retórica positivista, ao afirmar:

A lei não é arbítrio do legislador; esta nada mais faz do que reconhecer as necessidades gerais, garantir-lhes o desenvolvimento, aplainando as dificuldades que lhes possam sopear a marcha progressiva (CORREIO DO POVO, 16/08/1906, p. 1).

A influência positivista em Vargas, durante a República Velha, evidencia-se pelo vocabulário utilizado: evolução, etapas, progresso, ordem, ciência. Cabe também lembrar que os autores por ele citados são Comte, Stuart Mill e Spencer, antiliberalistas. Vargas, em debate com Gaspar Saldanha, defendeu que a teoria da nacionalização dos serviços de iniciativa particular referentes ao desenvolvimento econômico ou industrial, por parte da administração pública, se justifica pelo fato de que nos países novos, como o Brasil, a intervenção do governo é uma necessidade real. Vargas considerava o governo, qualquer governo, mais experiente do que a iniciativa particular.

5.1.5.1 O desenvolvimentismo autoritário: 1928-1943

O ano de 1928 marcou nova fase na trajetória política de Vargas. Ele assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul, tornando-se chefe do Poder Executivo. Então, gradualmente, foi abandonando a retórica positivista e assumindo uma proposta de conciliação entre *chimangos* (republicanos do PRR, Partido Republicano Rio-Grandense) e a oposição Libertadora.

O desenvolvimentismo transformou-se em verdadeira ideologia, formando uma visão mais abrangente da economia. Abandonou-se o princípio positivista das finanças sob controle e passou-se a pregar o princípio de que o “crédito” era viável. O Estado deveria atuar com firmeza na esfera econômica. Esta nova retórica estava em consonância com o espírito da época, em um mundo polarizado entre fascismo e comunismo, por conta da crise das democracias liberais afundadas na Grande Depressão de 1929.

Através da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, evidenciou-se que a regra da atuação estatal iria além do tradicional controle da oferta monetária, da arrecadação e dos gastos públicos. O novo ministério coordenaria e proporia ações desenvolvimentistas, num diálogo aberto com o empresariado, não deixando de lado a tarefa de implementar a legislação trabalhista e a estruturação sindical. Era o “ministério da revolução”, como o chamou Vargas.

O desenvolvimento tornou-se sinônimo da modernização e assumiu um papel central durante o Estado Novo. Neste, a ditadura foi defendida como necessária e até salvadora diante das circunstâncias internas de ameaças integralistas e comunistas, além das ameaças externas advindas da guerra. Esse estado centralizado, modernizador e industrializante deveria se opor ao marasmo da República Velha.

O discurso do Estado Novo sobrepuja o velho ao novo, apregoava a mudança com continuidades não menos definidoras, apelava à tradição, e enaltecia um futuro a construir. Na mensagem ao povo brasileiro, transmitida pelo rádio para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937, Vargas prometeu restaurar a nação na sua autoridade e liberdade de ação, deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

5.1.5.2 O discurso do trabalhismo: 1943-1954

O Estado Novo deu prosseguimento ao trabalho iniciado em 1930: em seus primeiros anos não houve grande atenção às diretrizes gerais que norteavam a legislação trabalhista, mas fundamentalmente organizou-se a estrutura sindical, definindo-se o funcionamento e a burocracia dos sindicatos, atrelados ao Estado. O discurso era anticomunista, alertando para a ameaça da desintegração social; a integração deveria ser mantida, se necessário, com o uso da força. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, junto aos Estados Unidos e à União Soviética, o cenário internacional indicava o fim do regime ditatorial, a partir de 1943, e começava a se formar uma grande articulação antivarguista, que iria constituir o maior partido de oposição: a UDN – União Democrática Nacional.

Vargas viu-se obrigado a mudar sua política, fortalecendo os laços com os trabalhadores urbanos. Em São Paulo, no estádio do Pacaembu, na comemoração do Primeiro de Maio de 1944, lançou-se a expressão que iria marcar o início de seus discursos: “Trabalhadores do Brasil!”. Nessa ocasião, ele afirmou que os trabalhadores estavam demonstrando uma conduta exemplar, sem greves, sem perturbações e com muita dedicação ao trabalho.

Na década de 1950 desenrolou-se a campanha pelo petróleo, dividindo o Brasil entre “nacionalistas” e “entreguistas”, ou, pelo olhar da UDN, entre “comunistas” e “democratas”. Graças à urbanização, o crescimento da classe operária e a inflação levaram o país, a partir de 1953, a enfrentar inúmeras greves. Relevância enorme teve a “greve dos 300 mil”. Os adeptos da UDN, de Carlos Lacerda, e os militares, estavam prontos para depor o presidente. Este, por sua vez, nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho, pois a penetração de Goulart entre os trabalhadores era grande.

O discurso trabalhista de Vargas mostrou um *ethos* influenciado por três correntes de ideias: o positivismo, a Doutrina Social Cristã e o socialismo, na vertente social-democrata.

Vargas teve a criatividade de associar as três correntes num modelo de discurso com tom de nacionalismo, que se negava a ser mera cópia de ideologias estrangeiras.

O trabalhismo de Vargas oscilava entre uma tendência de colocar-se acima das classes, como positivista, e outra, que se propunha a ser facciosa em favor dos trabalhadores e do “povo”, à maneira populista.

5.1.5.3 Comentários

Em seus discursos, Vargas usava verbos como “abusar”, ao referir-se ao fato de que os ricos “abusavam” dos pobres. Colocava sobre os próprios ombros a responsabilidade do governo de atuar de modo paternalista, evitando a exploração dos pobres pelos ricos. Exemplo:

Isolado na luta pela solução dos seus problemas, o trabalhador foi sempre vencido pelo poder do mais forte. Entretanto, seu conagraamento com o governo, que, atento às reivindicações do povo, incluía em seu programa a questão trabalhista, produzindo o estatuto social, realiza o equilíbrio das forças vitais da Nação, difundindo-lhes os direitos e obrigações recíprocos (VARGAS, 1950, p. 188).

O progresso deveria ocorrer dentro da ordem, evitando a violência, as revoluções e as alternativas ilegais. O povo deveria manter a calma, sem agitação e com boa liderança política, afirmava Vargas.

No discurso de Vargas, desde a República Velha, o socialismo era tido como o oposto do individualismo, o primado do social sobre o indivíduo, da busca de laços de solidariedade contra a concorrência desenfreada. Defendia a ideia de que para vencer os obstáculos o povo precisava se unir e se organizar, pois assim poderia conquistar o poder.

Vargas sempre foi um político situacionista, exceto na disputa com Júlio Prestes, e ao final do governo Dutra, quando se preparava para voltar à Presidência. Assim, seu discurso ganhava a dimensão de ser oficial, porta-voz das continuidades e transformações por que passou o Brasil durante a primeira metade do século XX.

O *ethos* discursivo presente na carta-testamento enriqueceu o trabalho de ACD nesta abordagem inter/transdisciplinar: tratou-se da complexidade dos significados da linguagem,

numa arquitetura singular das partes e do todo, focando-se a estrutura da língua como um sistema orgânico de signos linguísticos.

5.2 Por fim...

Busca-se, por fim, nesta parte, fechar os estudos inter/transdisciplinares sobre a carta-testamento de Getúlio Vargas, articulados às bases teóricas da ACD.

Em cada vertente apresentada visou-se trazer um olhar específico para a análise do texto. À soma dessas vertentes, deu-se o nome de abordagem inter/transdisciplinar.

Sabe-se que o termo inter/transdisciplinar é novo. Contudo, a atitude inter/transdisciplinar acompanha desde sempre o comportamento humano. Sabe-se, também, que o sistema acadêmico brasileiro se baseia fortemente no cartesianismo (DESCARTES, 1968), ou seja, em disciplinas isoladas e com objetos de estudos próprios.

A disciplina é uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias. (MORIN, 2008. p. 105).

A organização cartesiana das disciplinas foi instituída no século XIX, notadamente com o surgimento das universidades modernas, e desenvolveu-se no século seguinte, com o impulso dado à pesquisa científica. Nota-se, portanto, que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento etc. Tal história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade. Daí se apreende que as disciplinas nascem da sociologia das ciências e da sociologia do conhecimento. Portanto “a disciplina nasce não apenas de um conhecimento e de uma reflexão interna sobre si mesma, mas também de um conhecimento externo. Não basta, pois, estar por dentro de uma disciplina para conhecer todos os problemas referentes a ela” (MORIN, 2008, p. 105).

A organização do conhecimento em disciplinas seria útil se as disciplinas não estivessem fechadas sobre si mesmas, compartimentadas umas em

relação às outras (...). O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas torna-nos cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto (MORIN, 1996, p. 8).

Morin (2008) e Japiassu (1981) defendem o olhar extradisciplinar, invasões e migrações interdisciplinares, objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares. É espantosa a variedade de circunstâncias que podem fazer progredir as ciências, quando se rompe o isolamento entre as disciplinas, numa abordagem inter/transdisciplinar. Isso acontece porque a natureza do homem é biofísica e cósmica: ele sempre se comportou de forma inter/transdisciplinar, em seu modo de raciocinar, sentir e se organizar no ecossistema em que vive, desenvolvendo-se e evoluindo.

Os problemas do conhecimento e do saber tendem a seguir o raciocínio cartesiano de objetividade, linearidade e descontextualização. Percebe-se, portanto, uma discrepância entre o modo de o ser humano se comportar, aqui tido como inter/transdisciplinar, e as disciplinas organizadas cartesianamente em áreas de conhecimento.

A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto (MORIN, 2001, p. 14).

Os problemas devem-se resolver com um pensar de modo inter/transdisciplinar, que é a abordagem proposta para a presente ACD da carta-testamento. Tal abordagem pretende ultrapassar as fronteiras epistemológicas científicas hoje prevalecentes.

Através das relações entre saberes oriundos de mundos diferentes, tais como os das ciências linguísticas, humanas, políticas, sociais, bem como do estudo sobre *ethos* discursivo, buscou-se dar um novo enfoque analítico à carta-testamento, articulado aos princípios da ACD.

Procurou-se fazer uma análise discursiva do *corpus*, tendo como eixo norteador um olhar inter/transdisciplinar. Esse olhar valorizou, também, o *ethos* envolvente e invisível, presente na interpretação dos enunciados, algo a mais do que a explícita comunicação verbal contida no texto da carta-testamento.

Viu-se que o poder de persuasão de um discurso se faz, em parte, através da identificação de valores historicamente especificados. Vargas objetiva colocar-se na posição

de vítima de um sistema político que se opõe à democracia. Ele convoca o povo a continuar a luta por seus direitos.

Trabalhando sobre o *corpus*, observou-se que as ciências do texto se cruzam, desde sempre.

É contra uma visão fixista da textualidade que trabalha a análise textual dos discursos, questionando as próprias fronteiras da textualidade (peritextualidade) e a ideia de um exterior (contexto) que se oporia ao seu interior (fechamento estrutural) (ADAM, 2001, p. 73).

Conclui-se que um texto é passível de diferentes análises: cada leitor o reconhece pelos olhos de suas experiências e no contexto em que se insere. Confirma-se, assim, o princípio da epistemologia de Japiassu (1981) e Morin (2008), segundo o qual o homem efetivamente raciocina de modo inter/transdisciplinar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas Considerações Finais dizem respeito à hipótese principal que se levantou: é possível fazer uma análise crítica da carta-testamento de Getúlio Vargas, numa abordagem inter/transdisciplinar? A que conclusões essa análise conduzirá?

Abriu-se um diálogo entre as ciências humanas, tendo por base o referencial teórico da ACD, de modo a viabilizar a pesquisa, centrada no ethos discursivo de Vargas, na escolha cuidadosa de suas palavras e no contexto político daquele importante momento histórico vivido pelo povo brasileiro.

O presente estudo realizou-se à luz do diálogo entre os fundamentos teóricos da ACD, o contexto histórico, ideológico, emocional, místico, linguístico e do discurso, sabendo-se que:

A proposta recente [da ACD] apresenta de maneira mais consistente o princípio da linguagem como um elemento constitutivo da realidade social e constituído por ela. Por um lado, a linguagem colabora com a manutenção ou com a transformação de práticas sociais e, por outro, incorpora traços de tais práticas. Assim, sentidos de textos são vistos como recursos potenciais que apontam tanto para a mudança quanto para a preservação das relações assimétricas de poder (RAMALHO, 2005, p. 295).

A análise inter/transdisciplinar da carta-testamento, à luz da ACD, incorporou, além da experiência do analista, atitudes, intenções, e fatores não linguísticos. A esse propósito convém lembrar que “um texto não é em si coerente ou incoerente; ele o é para um leitor/alocutário numa determinada situação” (FÁVERO, 1997, p. 60).

À primeira e desarmada leitura, pode-se afirmar que a carta-testamento é um comovedor documento histórico. Mas, sob o prisma da Análise Crítica do Discurso, ela revelou como a elite, por meio de seus representantes político-ideológicos, sabe manipular o povo brasileiro. Manipulação eficaz – perdem-se eventualmente alguns anéis, mas ficam os dedos –, responsável, em boa medida, por se reproduzir e perpetuar-se a dominação.

O texto selecionado para análise evidenciou que Vargas estava em busca de interação com o leitor. Vargas refletiu, explicou e expôs suas ideias buscando a cumplicidade e a aceitação do leitor. Colocou-se numa situação de vítima da oposição política a seu governo. As marcas linguísticas detectadas no texto permitiram a construção do sentido nessa direção.

O texto exige do leitor uma tomada de posição clara. A inter-relação autor/texto/leitor no universo linguístico da carta-testamento revela-se na busca de apoio e consentimento. A Carta apresenta ao povo/leitor os maus, injustos e antipatrióticos, em contraposição ao bom, justo, defensor do povo e da nação.

As possibilidades existentes na Carta abrem um amplo espectro para a análise das construções de sentido nos pronunciamentos políticos. A interação autor/texto/leitor permite que, pelas várias leituras cabíveis, se possa apostar na formação de um leitor mais consciente e crítico. A construção do sentido deve ser precedida de reflexão, e não de um simples seguir de pistas visíveis e óbvias.

De acordo com os pressupostos da ACD, relacionar linguagem, discurso, ideologia e sociedade, é um convite para a reflexão:

A análise textual passa a figurar como parte da análise do discurso e a relação determinista de estrutura social sobre a ação individual é substituída por um enfoque dialético, que considera o discurso um elemento constituinte do social, mas também constituído por ele (RAMALHO, 2005, p. 282).

Deve-se reafirmar que há, na trama da Carta (enunciado), uma clivagem entre o enunciador (Getúlio Vargas) e o enunciatário (o povo brasileiro).

O presidente suicida apresenta-se explicitamente como representante e máximo defensor do povo. Grande populista que era, o enunciador emprega, ao longo da Carta, não por acaso, os pronomes pessoais *eu* (duas vezes), *mim* (duas vezes), *meu* (sete vezes), *minha* (seis vezes), e *me* (sete vezes), totalizando assim, reveladoramente, com esses pronomes, nada menos do que vinte e quatro autorreferências.

Esse efeito de subjetividade, acrescente-se, veio a ser reforçado, em nível discursivo, pelo emprego dos seguintes flexões verbais: *defendi*, *fiz*, *venci*, *inicie*, *instaurei*, *voltei*, *quis*, *assumi*, *ofereço*, *escolho*, *lutei*, *dei*, termos indiciadores, todos eles, do descompasso existente entre o heroico enunciador (o grande líder populista) e o desvalido enunciatário (o povo brasileiro).

De um lado, portanto, estavam o enunciador e o enunciatário (os possessivos *nosso*, *nossa*, *nossas* aparecem uma vez, cada um, no corpo da Carta). De outro lado, encontram-se “os grupos econômicos e financeiros internacionais”, os “grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho”, as “empresas estrangeiras” cujos lucros “alcançaram até 500% ao ano”, “as aves de rapina”, e “os que pensam que me derrotaram”.

Mas é preciso atenção: se no segundo e terceiros parágrafos enunciador e enunciatário se confundem – *nosso, nossa, nossas* –, no quarto e quinto aparecem significativamente os pronomes pessoais *vosso* (três vezes), *vossa* (três vezes), *vos* (seis vezes), *vós* (uma vez) e *convosco* (uma vez) revelando também existir, da perspectiva do enunciador, uma clivagem entre ele próprio e o enunciatário.

Quanto ao emprego dos pronomes e dos tempos verbais, pareceu ser intenção do enunciador, prestes a ser novamente deposto, comparar-se a outro grande líder e mártir: Jesus Cristo.

O pesquisador, convém enfatizar, a partir de um olhar inter/transdisciplinar, ressaltou os desdobramentos políticos da carta-testamento. O suicídio e a mensagem da Carta viraram a conjuntura política de cabeça para baixo: a UDN golpista ficou numa situação de encolhimento, de receio, de paralisia.

Acrescente-se que a leitura da carta-testamento levou o povo ao delírio: milhares de pessoas foram ao Catete prestar sua homenagem ao presidente-suicida. A última vontade de Vargas era ser enterrado em São Borja, no Rio Grande do Sul. Durante todo o trajeto do Palácio ao Aeroporto, o caixão seguiu acompanhado pela multidão. A polícia e o Exército, que haviam guarnecido o caminho com tropas e armamento pesado, contiveram a massa popular que, após o embarque, ameaçou depredar as instalações da Aeronáutica.

E para ultimar estas Considerações, vale a pena transcrever o poema “A palavra”, de Rodrigo Ladeira, médico e dileto amigo do pesquisador. Rodrigo Ladeira, médico e poeta, reúne em sua personalidade duas características que o tornam um ser humano verdadeiramente inter/transdisciplinar.

Eis o poema:

A PALAVRA

A palavra

é como prego

ao penetrar a razão,

recende pelo poema

um olor ácido

de emoção.

Quanto mais penetra
mais desmedida
a procura;
quanto mais aprofunda
mais completamente
se desconhece.

A palavra
é a parte mais íntima
de um poeta.
Nada se move
sem que lhe soubesse
um olhar.
Nada se modifica
sem sua incerteza.
Nada é tão próprio
e tão profundo
que não possa
ser alcançado.

O poeta
é mais raso
que a poesia.

As palavras de Vargas, parece não haver dúvidas, chegaram à alma do povo brasileiro.

Os caminhos de estudos sobre a carta-testamento continuam abertos. Que outros pesquisadores possam aprofundá-los. Dentro de suas possibilidades, o intuito deste pesquisador foi o de contribuir com algumas reflexões para esses estudos, tendo como base teórica a ACD e a inter/transdisciplinaridade.

Também traz uma contribuição para as áreas de Linguística e da História, ao mesmo tempo em que serve como um alerta para a leitura e interpretação dos discursos políticos, repletos de conteúdos nebulosos.

REFERÊNCIAS⁵

ADAM, Jean Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; HEIDMANN, Ute. **O texto literário**: por uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2011.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 8º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. 26ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

AMARAL, Glória. Sévigné em ação: sévignações. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 19-33.

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antonio. **Língua Portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

_____. **Comunicação e opinião do leitor**: a interação social na correspondência publicada na imprensa paulista. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli, São Paulo: Humanitas, 2013. p. 209-229.

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. A arte de escrever cartas e sua aplicação nas práticas escolares. **Linha D'Água**, Brasil, p. 97-117, set. 2010. ISSN 2236-4242. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/62345>>. Acesso em: 2 mar. 2016

_____. Contexto e funcionamento do discurso oral. **Revista ANPOLL**, São Paulo, v. 4, p. 203-220, jan./jun. 1998.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e a arte poética**. São Paulo: Ediouro, 1998.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 2006.

⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1995/1999.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.

BARBOSA, João Alexandre. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

BARROS, Edgard Luiz. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

BAZERMAN, Charles. Cartas e a base social de gêneros diferenciados. In: DIONÍSIO, Angela P.; HOFFNAGEL, Judith C. (Org.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad. Judith C. Hoffnagel. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 83-100.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas; Pontes, 1995.

_____. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

BISHOP, Elizabeth. **Uma arte**: as cartas de Elizabeth Bishop. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno**: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1998.

BRANDI, Paulo. **Vargas da Vida para a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Ensaio machadianos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTRO, Silvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**: o descobrimento do Brasil. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CORREIO DO POVO. Rio de Janeiro, p. 1, 16 de agosto de 1906.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CUNHA, Antônio G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DALRYMPLE, Theodore. **Podres de mimados**: as consequências do sentimentalismo tóxico. São Paulo: Realizações Editora, 2015.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

DORATIOTO, Francisco; DANTAS FILHO, José. **De Getúlio a Getúlio**. São Paulo: Atual Editora Ltda., 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília R. **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-103.

_____. El analisis del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (Ed.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedesa, 2003. p. 179-203.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textual**. São Paulo: Ática, 1997.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**. Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

_____. **Interdisciplinaridade: história, teoria, pesquisa**. Campinas: Ed. Papyrus, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Médio Dicionário Aurélio**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.

FONSECA, Rubem. **Agosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Trad. L. F. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAMA, Guilherme C. N. **Fundamentos Jurídicos**: direito das sucessões. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GAMA, Rinaldo. Retratos falados para os eleitores. **VEJA**, São Paulo, ed. 2394, p. 68-69, 2014.

GLEDSOON, John. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAMSCI Antonio. **Selections from prison notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL.. São Paulo: Nova Cultural, 1998. v. 17

GOMES, Eugênio. **Espelho contra espelho**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

GUIMARÃES, Elisa (Org.). **Texto e Discurso: confluências**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

_____. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. **Textualidade e discursividade na linguística e na literatura**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

HALLIDAY, Michael A. K. Language structure and language function. In: LYONS, John. **New Horizons Linguistics**. London: Pinguin Books, 1970. p. 140-165.

_____. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

_____; HASAN, Rugaiza. **Cohesion in English**. London and New York: Longman, 1997.

HODGE, Robert; KRESS, Gunter. **Language as ideology**. Routledge: London and New York, 1993.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

_____. **O sonho interdisciplinar e as razões da Filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2001.

KOCH, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Introdução à linguística textual:** trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2015.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica:** Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa. São Paulo: Vozes, s.d.

KRESS, Gunther. Considerações de caráter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso.** Lisboa: Caminho, 1998. p. 47-76.

LEEUVEN, Theo Van. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso.** Lisboa: Caminho, 1998. p. 169-222.

LÉVI-STRAUSS, Claude; DIDIER, Eribon. **De perto e de longe.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?:** o Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Valentina da Rocha. **Getúlio:** uma história oral. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIRA NETO, João C. **Getúlio:** dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio:** Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio:** Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **D.E.L.T.A.**, v. 21, São Paulo, p. 181-205, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997/2002.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTAR, Tuffik. **Nas entranhas do poder**. São Paulo: Maltese, 1992.

MELO, Iran F. (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

MELO, Iran F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. São Paulo, ano 5, n. 11, 2º sem. de 2009, ISSN 1807-5193. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/analise-de-discurso-x-analise-critica-do-discurso.html>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MENDES JÚNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: Era de Vargas**. São Paulo, Brasiliense, s.d.

MENDONÇA, Manuela; VENTURA, Margarida Garcez. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Mar de Letras Editora, s.d.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero? In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 35-40.

MOCELIN, Renato. **A História Crítica da Nação Brasileira**. São Paulo: Editora do Brasil, 1987.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Política de civilização e problema mundial. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n. 5, p. 360, nov. 1996.

MOURA, Jefferson José Ribeiro de. A carta-testamento de Getúlio Vargas: uma análise da interação pela linguagem. Disponível em <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/acartatestamento-N1-2002.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil: da colônia à república**. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.

NICOLA, Nilton. **Díscolos e Sicofantas: Crônicas (1990-1992)**. São Paulo: Giz Editorial, 2013.

NOSSO Século. São Paulo: Abril Cultural, 1982. volume IV.

O ESTADO DE S. PAULO. Um tiro na História: edição especial, 22 de agosto de 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Trabalho e Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos (42)**. Campinas, p. 1-160, jan./jun. 2012.

OSAKABE, Haquira. A carta-testamento ou a cena final de Getúlio Vargas. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 373-378.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Variações tipológicas no gênero textual carta. In: BARROS, Kazue S. M. de; KOCH, Ingedore G. V. (Org.) **Tópicos em Linguística de Texto e Análise da Conversação**. Natal: EDUFRN, 1997. p. 118-124.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PEDRO, Emília R. Prefácio e análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: _____. (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho S. A., 1997.

_____. O discurso dos e nos media. In: **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998. p. 293-312.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

PIZA, Daniel. **Um gênio brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

POITIER, Sidney. **Life Beyond Measure**. New York: Harpers Collins Publishers. 2009.

PRADO JR., Caio. **O que é Filosofia?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRETI, Dino; LEITE, Marli Q. (Org.). **Comunicação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2013.

RAMALHO, Viviane C. V./RESENDE, Viviane de M. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. Disponível em

<<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0501/050109.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

RODRIGUES, Maria Galf. S.; SILVA NETO, João. G.; PASSEGGI, Luiz; MARQUESI, Sueli C. A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual no discurso político. **Revista de Filologia linguística portuguesa**, nº 14 (2), p. 285-307, 2012.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Riso e melancolia**: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SENNA, Marta de. **O olhar oblíquo do bruxo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SIDOU, J. M. Othon. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1991.

SILVA, Hélio. **1930 – A revolução traída** (O ciclo de Vargas). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **1954: um tiro no coração** (O ciclo de Vargas). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. s/d. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016

SILVA, Renata. A linguagem e ideologia: embates teóricos. **Linguagem em (Dis)curso**. LemD, Tubarão, v. 9, n. 1, p. 157-180, jan./abr.2009.

STEDMAN, José. **Meu Missal Dominical**. Petrópolis, 1959.

SOARES, Jô. **O homem que matou Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TELES, Maria Luisa S. **O que é Psicologia?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

TELLES JR, Goffredo. Carta aos Brasileiros. s/d. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66836/69446>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lísio. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Studies in the pragmatic of discourse**. The Hague: Mouton, 1981.

_____. A semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emília R. (Org.) **Análise crítica do discurso**. Lisboa: Caminho, 1998. p. 104-168.

_____. **Ideologia: una aproximación multidisciplinaria**. Sevilla: Gedisa Editorial, 2006.

_____. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

_____. **A campanha presidencial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____. **O governo trabalhista do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. Discurso. **Annais da Assembléa**, p. 124, 1919.

VEJA. São Paulo, ed. 2394, 8 de outubro de 2014.

VEJA. São Paulo, ed. 2421, 15 de abril de 2015.

VEJA. São Paulo, ed. 2443, 16 de setembro de 2015.

VEJA. São Paulo, ed. 2444, 23 de setembro de 2015.

VEJA SÃO PAULO. São Paulo, edição especial, 23 de setembro de 2015.

VIANA, Mário Gonçalves. **Os Epistológrafos na Literatura Portuguesa**: Ensaio histórico-crítico. Porto: Editora Educação Nacional, 1940.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

WEINBERG, Monica. Voando para o futuro. **VEJA**, São Paulo, ed. 2431, p. 85-93, 24 de junho de 2015.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el language**. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1968.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004.

_____. **Disorders of Discourse**. Londres e Nova York: Longman, 2006.

Teses e dissertações

NICOLA, Nilton. **Um conto e vários encontros**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

RAMALHO, Viviane. **Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos**: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SEARA, Isabel Roboredo. **Da epístola à mensagem electrónica**: metamorfose das rotinas verbais. 2006. 562 p. Tese (Doutoramento em Linguística) – Instituto, Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – A carta-testamento de Getúlio Vargas

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos.

Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vou ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

(BRANDI, Paulo. **Vargas: Da Vida para a História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 296-297.)

ANEXO B – Carta aos Brasileiros

Das Arcadas do Largo de São Francisco, do “Território Livre” da Academia de Direito de São Paulo, dirigimos a todos os brasileiros esta Mensagem de Aniversário, que é a *Proclamação de Princípios* de nossas convicções políticas.

Na qualidade de herdeiros do patrimônio recebido de nossos maiores, ao ensejo do Sesquicentenário dos Cursos Jurídicos no Brasil, queremos dar o testemunho, para as gerações futuras, de que os ideais do Estado de Direito, apesar da conjuntura da hora presente, vivem e atuam, hoje como ontem, no espírito vigilante da nacionalidade.

Queremos dizer, sobretudo aos moços, que nós aqui estamos e aqui permanecemos, decididos, como sempre, a lutar pelos Direitos Humanos, contra a opressão de todas as ditaduras.

Nossa fidelidade de hoje aos princípios basilares da Democracia é a mesma que sempre existiu à sombra das Arcadas: fidelidade indefectível e operante, que escreveu as Páginas da Liberdade, na História do Brasil.

Estamos certos de que esta Carta exprime o pensamento comum de nossa imensa e poderosa Família – da Família formada, durante um século e meio, na Academia do Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito de Olinda e Recife, e nas outras grandes Faculdades de Direito do Brasil – Família indestrutível, espalhada por todos os rincões da Pátria, e da qual já saíram, na vigência de Constituições democráticas, dezessete Presidentes da República.

1. O Legal e o Legítimo

Deixemos de lado o que não é essencial.

O que aqui diremos não tem a pretensão de constituir novidade. Para evitar interpretações errôneas, nem sequer nos vamos referir a certas conquistas sociais do mundo moderno. Deliberadamente, nada mais diremos do que aquilo que, de uma ou outra maneira, vem sendo ensinado, ano após ano, nos cursos normais das Faculdades de Direito. E não transporemos os limites do campo científico de nossa competência.

Partimos de uma distinção necessária. Distinguimos entre o *legal* e o *legítimo*.

Toda lei é legal, obviamente. Mas nem toda lei é *legítima*. Sustentamos que só é *legítima* a lei provinda de *fonte legítima*.

Das leis, a *fonte legítima primária* é a comunidade a que as leis dizem respeito; é o Povo ao qual elas interessam – comunidade e Povo em cujo seio as *ideias* das leis germinam, como produtos naturais das exigências da vida.

Os dados sociais, as contingências históricas da coletividade, as contradições entre o dever teórico e o comportamento efetivo, a média das aspirações e das repulsas populares, os anseios dominantes do Povo, tudo isto, em conjunto, é que constitui o manancial de onde brotam normas espontâneas de convivência, originais intentos de ordenação, às vezes usos e costumes, que irão inspirar a obra do legislador.

Das forças mesológicas, dos fatores reais, imperantes na comunidade, é que emerge a alma dos mandamentos que o legislador, na forja parlamentar, modela em termos de leis legítimas.

A *fonte legítima secundária* das leis é o próprio legislador, ou o conjunto dos legisladores de que se compõem os órgãos legislativos do Estado. Mas o legislador e os órgãos legislativos somente são fontes *legítimas* das leis enquanto forem representantes autorizados da comunidade, vozes oficiais do Povo, que é a fonte primária das leis.

O único outorgante de poderes legislativos é o Povo. Somente o Povo tem competência para escolher seus representantes. Somente os Representantes do Povo são legisladores legítimos.

A escolha legítima dos legisladores só se pode fazer pelos processos fixados pelo Povo em sua Lei Magna, por ele também elaborada, e que é a Constituição.

Consideramos *ilegítimas* as leis *não nascidas* do seio da coletividade, não confeccionadas em conformidade com os processos prefixados pelos Representantes do Povo, mas *baixadas* de cima, como carga descida na ponta de um cabo.

Afirmamos, portanto, que há uma *ordem jurídica legítima* e uma *ordem jurídica ilegítima*. A *ordem imposta*, vinda de cima para baixo, é *ordem ilegítima*. Ela é ilegítima porque, antes de mais nada, ilegítima é a sua origem. Somente é legítima a ordem que *nasce*, que *tem raízes*, que *brota* da própria vida, no seio do Povo.

Imposta, a ordem é violência. Às vezes, em certos momentos de convulsão social, apresenta-se como remédio de urgência. Mas, em regra, é medicação que não pode ser usada por tempo dilatado, porque acaba acarretando males piores do que os causados pela doença.

2. A Ordem, o Poder e a Força

Estamos convictos de que há um *senso leviano* e um *senso grave* da ordem.

O *senso leviano da ordem* é o dos que se supõem imbuídos da ciência do bem e do mal, conhecedores predestinados do que deve e do que não deve ser feito, proprietários absolutos da verdade, ditadores soberanos do comportamento humano.

O *senso grave da ordem* é o dos que abraçam os projetos resultantes do entrechoque livre das opiniões, das lutas fecundas entre ideias e tendências, nas quais nenhuma autoridade se sobrepõe às Leis e ao Direito.

Ninguém se iluda. A ordem social justa não pode ser gerada pela pretensão de governantes prepotentes. A fonte genuína da ordem não é a Força, mas o Poder.

O Poder, a que nos referimos, não é o Poder da Força, mas um Poder de persuasão.

Sustentamos que o Poder Legítimo é o que se funda naquele *senso grave da ordem*, naqueles projetos de organização social, nascidos do embate das convicções e que passam a preponderar na coletividade e a ser aceitos pela consciência comum do Povo, como os melhores.

O Governo, com o *senso grave da ordem*, é um Governo cheio de Poder. Sua legitimidade reside no prestígio popular de quase todos os seus projetos. Sua autoridade se apoia no consenso da maioria.

Nisto é que está a razão da obediência voluntária do Povo aos Governos legítimos.

Denunciamos como ilegítimo todo Governo fundado na Força. Legítimo somente o é o Governo que for órgão do Poder.

Ilegítimo é o Governo cheio de Força e vazio de Poder.

A nós nos repugna a teoria de que o Poder não é mais do que a Força. Para nossa consciência jurídica, o Poder é produto do consenso popular e a Força um mero instrumento do Governo.

Não negamos a utilidade de tal instrumento. Mas o que afirmamos é que a Força é somente útil na qualidade de *meio*, para assegurar o respeito pela ordem jurídica vigente e não para subvertê-la ou para impor reformas na Constituição.

A Força é um *meio* de que se utiliza o Governo fiel aos projetos do Povo. Desgraçadamente, também a utiliza o Governo infiel. O Governo fiel a utiliza a serviço do Poder. O Governo infiel, a serviço do arbítrio.

Reconhecemos que o Chefe do Governo é o mais alto funcionário nos quadros administrativos da Nação. Mas negamos que ele seja o mais alto Poder de um País. Acima dele, reina o Poder de uma Ideia: reina o Poder das convicções que inspiram as linhas mestras da Política nacional. Reina o senso grave da Ordem, que se acha definido na Constituição.

3. A Soberania da Constituição

Proclamamos a soberania da Constituição.

Sustentamos que nenhum ato legislativo pode ser tido como lei superior à Constituição.

Uma lei só é válida se a sua elaboração obedeceu aos preceitos constitucionais, que regulam o processo legislativo. Ela só é válida se, em seu mérito, suas disposições não se opõem ao pensamento da Constituição.

Aliás, uma lei inconstitucional é lei precária e efêmera, porque só é lei enquanto sua inconstitucionalidade não for declarada pelo Poder Judiciário. Ela não é propriamente lei, mas apenas uma camuflagem da lei. No conflito entre ela e a Constituição, o que cumpre, propriamente, não é fazer prevalecer a Constituição, mas é dar pela nulidade da lei inconstitucional. Embora não seja razoável considerá-la inexistente, uma vez que a lei existe como objeto do julgamento que a declara inconstitucional, ela não tem, em verdade, a dignidade de uma verdadeira lei.

Queremos consignar aqui um simples mas fundamental princípio. Da conformidade de todas as leis com o espírito e a letra da Constituição dependem a unidade e coerência do sistema jurídico nacional.

Observamos que a Constituição também é uma lei. Mas é a Lei Magna. O que, antes de tudo, a distingue nitidamente das outras leis é que sua elaboração e seu mérito não se submetem a disposições de nenhuma lei superior a ela. Aliás, não podemos admitir como

legítima lei nenhuma que lhe seja superior. Entretanto, sendo lei, a Constituição há de ter, também, sua fonte legítima.

Afirmamos que a fonte legítima da Constituição é o Povo.

4. O Poder Constituinte

Costuma-se dizer que a Constituição é obra do Poder. Sim, a Constituição é obra do *Poder Constituinte*. Mas o que se há de acrescentar, imediatamente, é que o Poder Constituinte pertence ao Povo, e ao Povo somente.

Ao Povo é que compete tomar a *decisão política fundamental*, que irá determinar os lineamentos da paisagem jurídica em que deseja viver.

Assim como a validade das leis depende de sua conformação com os preceitos da Constituição, a legitimidade da Constituição se avalia pela sua adequação às realidades socioculturais da comunidade para a qual ela é feita.

Disto é que decorre a competência da própria comunidade para decidir sobre o seu regime político; sobre a estrutura de seu Governo e os campos de competência dos órgãos principais de que o Governo se compõe; sobre os processos de designação de seus governantes e legisladores.

Disto, também, é que decorre a competência do Povo para fazer a Declaração dos Direitos Humanos fundamentais, assim como para instituir os meios que os assegurem.

Em consequência, sustentamos que *somente o Povo*, por meio de seus Representantes, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, ou por meio de uma Revolução vitoriosa, tem competência para elaborar a Constituição; que somente o Povo tem competência para substituir a Constituição vigente por outra, nos casos em que isto se faz necessário.

Sustentamos, igualmente, que só o Povo, por meio de seus Representantes no Parlamento Nacional, tem competência para emendar a Constituição.

E sustentamos, ainda, que as emendas na Constituição não se podem fazer como se fazem as alterações na legislação ordinária. Na Constituição, as emendas somente se efetuam, quando apresentadas, processadas e aprovadas em conformidade com preceitos especiais, que a própria Constituição há de enunciar, preceitos estes que têm por fim conferir à Lei Magna do Povo uma estabilidade maior do que a das outras leis.

Declaramos ilegítima a Constituição outorgada por autoridade que não seja a Assembleia Nacional Constituinte, com a única exceção daquela que é imediatamente imposta por meio de uma Revolução vitoriosa, realizada com a direta participação do Povo.

Declaramos ilegítimas as emendas na Constituição que não forem feitas pelo Parlamento, com obediência, no encaminhamento, na sua votação e promulgação, a todas as formalidades do rito, que a própria Carta Magna prefixa, em disposições expressas.

Não nos podemos furtar ao dever de advertir que o exercício do Poder Constituinte, por autoridade que não seja o Povo, configura, em qualquer Estado democrático, a prática de usurpação de poder político.

Negamos peremptoriamente a possibilidade de coexistência, num mesmo País, de duas ordens constitucionais legítimas, embora diferentes uma da outra. Se uma ordem é legítima, por ser obra da Assembleia Constituinte do Povo, nenhuma outra ordem, provinda de outra autoridade, pode ser legítima.

Se, ao Poder Executivo fosse facultado reformar a Constituição, ou submetê-la a uma legislação discricionária, a Constituição perderia, precisamente, seu caráter constitucional e passaria a ser um farrapo de papel.

A um farrapo de papel se reduziria o documento solene, em que a Nação delimita a competência dos órgãos do Governo, para resguardar, zelosamente, de intromissões cerceadoras dos poderes públicos, o campo de atuação da liberdade humana.

5. O Estado de Direito e o Estado de Fato

Proclamamos que o Estado legítimo é *o Estado de Direito*, e que o Estado de Direito é *o Estado Constitucional*.

O Estado de Direito é o Estado que se submete ao princípio de que Governos e governantes devem obediência à Constituição.

Bem simples é este princípio, mas luminoso, porque se ergue, como barreira providencial, contra o arbítrio de vetustos e renitentes absolutismos. A ele as instituições políticas das Nações somente chegaram após um longo e acidentado percurso na História da Civilização. Sem exagero, pode dizer-se que a consagração desse princípio representa uma das mais altas conquistas da cultura, na área da Política e da Ciência do Estado.

O Estado de Direito se caracteriza por três notas essenciais, a saber: por ser *obediente ao Direito*; por ser *guardião dos Direitos*; e por ser *aberto para as conquistas da cultura jurídica*.

É obediente ao Direito, porque suas funções são as que a Constituição lhe atribui, e porque, ao exercê-las, o Governo não ultrapassa os limites de sua competência.

É guardião dos Direitos, porque o Estado de Direito é o *Estado-Meio*, organizado para servir o ser humano, ou seja, para assegurar o exercício das liberdades e dos direitos subjetivos das pessoas.

É aberto para as conquistas da cultura jurídica, porque o *Estado de Direito* é uma democracia, caracterizado pelo regime de representação popular nos órgãos legislativos e, portanto, é um Estado sensível às necessidades de incorporar à legislação as normas tendentes a realizar o ideal de uma Justiça cada vez mais perfeita.

Os outros Estados, os Estados não constitucionais, são os Estados cujo Poder Executivo usurpa o Poder Constituinte. São os Estados cujos chefes tendem a se julgar onipotentes e oniscientes, e que acabam por não respeitar fronteiras para sua competência. São os Estados cujo Governo não tolera crítica e não permite contestação. São os *Estados-Fim*, com Governos obcecados por sua própria segurança, permanentemente preocupados com sua sobrevivência e continuidade. São Estados opressores, que muitas vezes se caracterizam por seus sistemas de repressão, erguidos contra as livres manifestações da cultura e contra o emprego normal dos meios de defesa dos direitos da personalidade.

Esses Estados se chamam *Estados de Fato*. Os otimistas lhes dão o nome de *Estados de Exceção*. Na verdade, são *Estados Autoritários*, que facilmente descambam para a Ditadura.

Ilegítimos, evidentemente, são tais Estados, porque seu Poder Executivo viola o princípio soberano da obediência dos Governos à Constituição e às leis.

Ilegítimos, em verdade, porque seus Governos não têm Poder, não têm o Poder Legítimo, que definimos no início desta Carta.

Destituídos de Poder Legítimo, os Estados de Fato duram enquanto puderem contar com o apoio de suas forças armadas.

Sustentamos que os Estados de Fato, ou Estados de Exceção, são sistemas subversivos, inimigos da ordem legítima, promotores da violência contra Direitos Subjetivos,

porque são Estados contrários ao Estado Constitucional, que é o Estado de Direito, o Estado da Ordem Jurídica.

Nos países adiantados, em que a cultura política já organizou o Estado de Direito, a insólita implantação do Estado de Fato ou de Exceção – do Estado em que o Presidente da República volta a ser o monarca *lege solutus* – constitui um violento retrocesso no caminho da cultura.

Uma vez reimplantado o Estado de Fato, a Força torna a governar, destronando o Poder. Então, bens supremos do espírito humano, somente alcançados após árdua caminhada da inteligência, em séculos de História, são simplesmente ignorados. Os valores mais altos da Justiça, os direitos mais sagrados dos homens, os processos mais elementares de defesa do que é de cada um, são vilipendiados, ridicularizados e até ignorados, como se nunca tivessem existido.

O que os Estados de Fato, Estados Policiais, Estados de Exceção, Sistemas de Força apregoam é que há Direitos que devem ser suprimidos ou cerceados, para tornar possível a consecução dos ideais desses próprios Estados e Sistemas.

Por exemplo, em lugar dos Direitos Humanos, a que se refere a Declaração Universal das Nações Unidas, aprovada em 1948; em lugar do *habeas corpus*; em lugar do direito dos cidadãos de eleger seus governantes, esses Estados e Sistemas colocam, frequentemente, o que chamam de *Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico*.

Com as tenebrosas experiências dos Estados Totalitários europeus, nos quais o lema é, e sempre foi, “Segurança e Desenvolvimento”, aprendemos uma dura lição. Aprendemos que a Ditadura é o regime, por excelência, da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico. O Nazismo, por exemplo, tinha por meta o binômio Segurança e Desenvolvimento. Nele ainda se inspira a ditadura soviética.

Aprendemos definitivamente que, *fora do Estado de Direito*, o referido binômio pode não passar de uma cilada. *Fora do Estado de Direito*, a Segurança, com seus órgãos de terror, é o caminho da tortura e do aviltamento humano; e o Desenvolvimento, com o malabarismo de seus cálculos, a preparação para o descalabro econômico, para a miséria e a ruína.

Não nos deixaremos seduzir pelo canto das sereias de quaisquer Estados de Fato, que apregoam a necessidade de Segurança e Desenvolvimento, com o objetivo de conferir legitimidade a seus atos de Força, violadores frequentes da Ordem Constitucional.

Afirmamos que o binômio Segurança e Desenvolvimento não tem o condão de transformar uma Ditadura numa Democracia, um Estado de Fato num Estado de Direito.

Declaramos falsa a vulgar afirmação de que o Estado de Direito e a Democracia são “a sobremesa do desenvolvimento econômico”. O que temos verificado, com frequência, é que desenvolvimentos econômicos se fazem nas mais hediondas ditaduras.

Nenhum País deve esperar por seu desenvolvimento econômico, para depois implantar o Estado de Direito. Advertimos que os Sistemas, nos Estados de Fato, ficarão permanentemente à espera de um maior desenvolvimento econômico, para nunca implantar o Estado de Direito.

Proclamamos que o Estado de Direito é sempre *primeiro*, porque primeiro estão os direitos e a segurança da pessoa humana. Nenhuma ideia de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Econômico prepondera sobre a ideia de que o *Estado existe para servir o homem*.

Estamos convictos de que a segurança dos direitos da pessoa humana é a primeira providência para garantir o verdadeiro desenvolvimento de uma Nação.

Nós queremos segurança e desenvolvimento. Mas queremos segurança e desenvolvimento dentro do Estado de Direito.

Em meio da treva cultural dos Estados de Fato, a chama acesa da consciência jurídica não cessa de reconhecer que não existem, para Estado nenhum, ideais mais altos do que os da Liberdade e da Justiça.

6. A Sociedade Civil e o Governo

O que dá sentido ao desenvolvimento nacional, o que confere legitimidade às reformas sociais, o que dá autenticidade às renovações do Direito, são as livres manifestações do Povo, em seus órgãos de classe, nos diversos ambientes da vida.

Quem deve propulsionar o desenvolvimento é o Povo organizado, mas livre, porque ele é que tem competência, mais do que ninguém, para defender seus interesses e seus direitos.

Sustentamos que uma Nação desenvolvida é uma Nação que pode manifestar e fazer sentir a sua vontade. É uma Nação com organização popular, com sindicatos autônomos, com centros de debate, com partidos autênticos, com veículos de livre informação. É uma Nação

em que o Povo escolhe seus dirigentes, e tem meios de introduzir sua vontade nas deliberações governamentais. É uma Nação em que se acham abertos os amplos e francos canais de comunicação entre a Sociedade Civil e o Governo.

Nos Estados de Fato, esses canais são cortados. Os Governos se encerram em Sistemas fechados, nos quais se instalam os “donos do Poder”. Esses “donos do Poder” não são, em verdade, donos do Poder Legítimo: são donos da Força. O que chamam de Poder não é o Poder oriundo do Povo.

A órbita da política não vai além da área palaciana, reduto aureolado de mistério, hermeticamente trancado para a Sociedade Civil.

Nos Estados de Fato, a Sociedade Civil é banida da vida política da Nação. Pelos chefes do Sistema, a Sociedade Civil é tratada como um confuso conglomerado de ineptos, sem discernimento e sem critério, aventureiros e aproveitadores, incapazes para a vida pública, destituídos de senso moral e de idealismo cívico. Uma multidão de ovelhas negras, que precisa ser continuamente contida e sempre tangida pela inteligência soberana do sábio tutor da Nação.

Nesses Estados, o Poder Executivo, por meio de atos arbitrários, declara a incapacidade da Sociedade Civil, e decreta a sua interdição.

Proclamamos a ilegitimidade de todo sistema político em que fendas ou abismos se abrem entre a Sociedade Civil e o Governo.

Chamamos de *Ditadura* o regime em que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus Governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o Governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime em que o Poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar.

Ditadura é o regime que governa para nós, mas sem nós.

Como cultores da Ciência do Direito e do Estado, nós nos recusamos, de uma vez por todas, a aceitar a falsificação dos conceitos. Para nós a Ditadura se chama Ditadura, e a Democracia se chama Democracia.

Os governantes que dão o nome de Democracia à Ditadura nunca nos enganaram e não nos enganarão. Nós saberemos que eles estarão atirando, sobre os ombros do povo, um manto de irrisão.

7. Os Valores Soberanos do Homem, Dentro do Estado de Direito

Neste preciso momento histórico, reassume extraordinária importância a verificação de um fato cósmico. Até o advento do Homem no Universo, a *evolução* era simples mudança na organização física dos seres. Com o surgimento do Homem, a *evolução* passou a ser, também, um *movimento da consciência*.

Seja-nos permitido insistir num truísmo: a *evolução do homem* é a evolução de sua consciência; e a evolução da consciência é a evolução da cultura.

A nossa tese é a de que o homem se aperfeiçoa à medida que incorpora valores morais ao seu patrimônio espiritual. Sustentamos que os Estados somente progridem, somente se aprimoram, quando tendem a satisfazer ansiedades do coração humano, assegurando a fruição de valores espirituais, de que a importância da vida individual depende.

Sustentamos que um Estado será tanto mais evoluído quanto mais a ordem reinante consagre e garanta o direito dos cidadãos de serem regidos por uma Constituição soberana, elaborada livremente pelos Representantes do Povo, numa Assembleia Nacional Constituinte; o direito de não ver ninguém jamais submetido a disposições de atos legislativos do Poder Executivo, contrários aos preceitos e ao espírito dessa Constituição; o direito de ter um Governo em que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário possam cumprir sua missão com independência, sem medo de represálias e castigos do Poder Executivo; o direito de ter um Poder Executivo limitado pelas normas da Constituição soberana, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte; o direito de escolher, em pleitos democráticos, seus governantes e legisladores; o direito de ser eleito governante ou legislador, e o de ocupar cargos na administração pública; o direito de se fazer ouvir pelos Poderes Públicos, e de introduzir seu pensamento nas decisões do Governo; o direito à liberdade justa, que é o direito de fazer ou de não fazer o que a lei não proíbe; o direito à igualdade perante a lei que é o direito de cada um de receber o que a cada um pertence; o direito à intimidade e à inviolabilidade do domicílio; o direito à propriedade e o de conservá-la; o direito de organizar livremente sindicatos de trabalhadores, para que estes possam lutar em defesa de seus interesses; o direito à presunção de inocência, dos que não forem declarados culpados, em processo regular; o direito de imediata e ampla defesa dos que forem acusados de ter praticado ato ilícito; o direito de não ser preso, fora dos casos previstos em lei; o direito de não ser mantido preso, em regime de incomunicabilidade, fora dos casos da lei; o direito de não ser condenado a nenhuma pena que a lei não haja cominado antes do delito; o direito de nunca ser submetido à

tortura, nem a tratamento desumano ou degradante; o direito de pedir a manifestação do Poder Judiciário, sempre que houver interesse legítimo de alguém; o direito irrestrito de impetrar *habeas corpus*; o direito de ter Juízes e Tribunais independentes, com prerrogativas que os tornem refratários a injunções de qualquer ordem; o direito de ter uma imprensa livre; o direito de fruir das obras de arte e cultura, sem cortes ou restrições; o direito de exprimir o pensamento, sem qualquer censura, ressalvadas as penas legalmente previstas, para os crimes de calúnia, difamação e injúria; o direito de resposta; o direito de reunião e associação.

Tais direitos são valores soberanos. São ideais que inspiram as ordenações jurídicas das nações verdadeiramente civilizadas. São princípios informadores do Estado de Direito.

Fiquemos apenas com o essencial.

O que queremos é ordem. Somos contrários a qualquer tipo de subversão. Mas a ordem que queremos é a *ordem do Estado de Direito*.

A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o *Estado de Direito*, já.

Goffredo Telles Júnior

(Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66836/69446>>. Acesso em: 2 mar. 2016.)

ANEXO C – Carta ao Povo Brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. Há nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação

independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, de graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

(Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016).